

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Ciclo de Formação Geral

SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO - SND

João Ricardo Gama
Andréa Simone rente Leão
Organizadores

Volume 1



SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO - SND





UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR - CFI

SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO - SND

João Ricardo Gama e Andréa Simone Rente Leão
Organizadores

Ciclo de Formação Geral da UFOPA

Coleção DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Série MÓDULOS INTERDISCIPLINARES - TEXTOS

Volume 1

Santarém - Pará
2012

Ficha Catalográfica

GAMA, João Ricardo; LEÃO, Andréa Simone Rente, orgs.
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento - SND/ João Ricardo
Gama e Andréa Simone Rente Leão . - São Paulo: Acquerello, 2012.
208 p. (Coleção Diálogos Interdisciplinares; 1)

ISBN 978-85-64714-06-9

1. Desenvolvimento 2. Meio Ambiente. 3. História. 4. Geografia.
5. Economia. 6. Ética. 7. Cidadania. 8. Diversidade biocultural. 9.
Brasil. I. GAMA, João Ricardo, org. II. LEÃO, Andréa Simone
Rente, org. II. Título. III. Coleção.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA

José Seixas Lourenço

Reitor pro tempore

Dóris Santos de Faria e Maria de Fátima Matos de Souza

Diretoria do CFI – Centro de Formação Interdisciplinar

Dóris Santos de Faria

Marianne Kogut Eliasquevici

Sônia Nazaré Fernandes Resque

Devison Nascimento

Desenho metodológico instrucional da série Módulos Interdisciplinares – Textos

Dóris Santos de Faria e João Tristan Vargas

Organização da série Módulos Interdisciplinares – Textos

João Ricardo Gama e Andréa Simone Rente Leão

Organização do livro Sociedade, Natureza e Desenvolvimento - SND

Marianne Kogut Eliasquevici

Sônia Nazaré Fernandes Resque

Devison Nascimento

Integrantes da AEDI – Assessoria de Educação a Distância da UFPA

Apoio técnico e metodológico à produção da série Módulos Interdisciplinares – Textos

Maíra Fátima Araújo da Silva

Apoio técnico ao livro Seminários Integradores – SINT

Reitoria da Universidade Federal do Pará e AEDI

Parceria Institucional

Rose Pepe Produções e Design

Autoria Gráfica

Editora Progressiva

Impressão

Agradecimentos

O CFI agradece a toda a equipe da AEDI, especialmente aos professores da UFPA José Miguel Veloso e Selma Leite, seus diretores, que colaboraram na produção técnica e metodológica desta série. Agradece também a todos os alunos do primeiro semestre interdisciplinar da UFOPA por sua participação nas aulas, pois é por meio do diálogo que se dá no processo de ensino/aprendizagem que este Centro vem obtendo as referências necessárias para o aperfeiçoamento do presente material textual. O Centro registra ainda seus agradecimentos a todos aqueles professores desta universidade que com suas observações críticas têm colaborado para o mesmo fim.

APRESENTAÇÃO

A ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE, O CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR E OS TEXTOS DA SÉRIE

A Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA – foi criada pela Lei n.º 12.085, de 5 de novembro de 2009, pela fusão dos campi da Universidade Federal do Pará/UFPA e da Universidade Federal Rural do Pará/UFRA existentes em Santarém. Ela é fruto do esforço conjunto dos governos federal, estadual, municipais e da sociedade em geral, os quais reconhecem a importância do papel da Universidade Pública como vetor de desenvolvimento local e regional e, sobretudo, como importante contribuinte da integração do conhecimento científico, tecnológico e cultural pan-amazônico.

Mais do que uma simples fusão, a criação da UFOPA significa a presença, de forma inovadora, de uma Universidade Federal no coração da imensa região amazônica. A UFOPA elege como prioridade para sua atuação o contexto regional, em articulação e sintonia com os contextos nacional e mundial, visando à formação continuada de recursos humanos qualificados – graduados e pós-graduados –, assim como à produção e reprodução de conhecimentos.

Para tanto, privilegia novos instrumentos e modelos curriculares, a começar pela sua estrutura acadêmica organizada em Institutos, voltados para o ensino, a pesquisa (com ênfase na produção de conhecimentos interdisciplinares) e a extensão. Os Institutos da UFOPA oferecem cursos que atendem a uma formação de graduação e de pós-graduação, no conjunto de grandes temas de conhecimento, de interesse científico geral e amazônico, em particular, atuando multi e interdisciplinarmente.

Os seis organismos estruturantes da UFOPA são os seguintes:

- Centro de Formação Interdisciplinar – CFI
- Instituto de Biodiversidade e Floresta – IBEF
- Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas – ICTA
- Instituto de Ciências da Educação – ICED
- Instituto de Ciências da Sociedade – ICS
- Instituto de Engenharia e Geociências – IEG

São três os seus Ciclos de Formação:

1. O Ciclo de Formação Graduada Geral
2. O Ciclo de Formação Graduada Específica
3. O Ciclo de Formação Pós-Graduada

A formação acadêmica em três ciclos evidencia a opção pelo conceito e pela práxis de um processo de educação continuada, que se verifica desde o acesso à Formação Interdisciplinar I, comum a todos os seus cursos, até a pós-graduação *stricto sensu*.

O primeiro semestre interdisciplinar

O primeiro semestre do Ciclo de Formação Graduada Geral (também chamado de Formação Interdisciplinar I), a cargo do CFI, procura proporcionar ao aluno o contato com um amplo leque de conhecimentos oriundos de diversas áreas disciplinares, abordados de maneira integrada por meio de módulos interdisciplinares. Os módulos são seis:

- *Origem e Evolução do Conhecimento;*
- *Lógica, Linguagem e Comunicação;*
- *Sociedade, Natureza e Desenvolvimento;*
- *Estudos Integrativos da Amazônia;*
- *Seminários Integradores;*
- *Interação com a Base Real.*

Como se pode notar, cada módulo, considerado especificamente, apresenta um caráter de integração entre áreas de conhecimento. Um deles, porém, tem por objetivo aprofundar ainda mais essa integração, pois seu objetivo é ensinar a concatenação e uma ressignificação de todos os conteúdos trabalhados nos outros módulos. Trata-se dos Seminários Integradores. Por meio da discussão de temas pertinentes a todos os módulos, os Seminários, oferecidos pelos diversos Institutos da UFOPA, proporcionam ao aluno a oportunidade para interligar por si mesmo as múltiplas referências que vai adquirindo ao longo do primeiro semestre. Por essa via, abre-se a oportunidade também para que o aluno desenvolva um viés de integração para o olhar que dirigirá às carreiras e profissões para as quais se encaminharão nos outros Institutos, após sua passagem pelo CFI. O módulo Interação com a Base Real, por sua vez, objetiva mais explicitamente a aplicação de conhecimentos, competências e habilidades adquiridos ou enriquecidos ao longo do primeiro semestre, para a construção de novos conhecimentos e para a intervenção na realidade: constitui um programa de iniciação à pesquisa e de extensão, preferencialmente voltado para as comunidades em que os alunos atuam.

O objetivo dessa organização é, de um lado, proporcionar aos alunos a experiência com a *multidisciplinaridade* – que caracteriza os conteúdos programáticos de cada módulo –, para que, a partir daí, possam avançar na compreensão da *interdisciplinaridade* que caracteriza o modo pelo qual tais temas se relacionam uns com os outros em todos os módulos. Essa opção lhes permitirá construir significados mais abrangentes e aprofundados para os conhecimentos fundamentais com os quais entrarão em contato ao longo do Ciclo e de sua trajetória nos Institutos. De outro lado, a opção por tal organização visa favorecer o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem aos alunos alcançar autonomia intelectual. Desse modo, o Ciclo de Formação Graduada Geral poderá proporcionar uma base sólida para o

prosseguimento dos estudos nas diversas áreas do conhecimento sob responsabilidade dos diversos Institutos desta universidade – no âmbito dos quais, o aluno encontrará novos ambientes para a busca de seu desenvolvimento integral.

A Formação Interdisciplinar I é trabalhada por equipes multidisciplinares empenhadas na construção interdisciplinar dos conhecimentos que compõem o conteúdo programático dos cursos da UFO-PA. Nesse primeiro semestre são utilizados, entre outros, materiais pedagógicos exclusivos, com textos inéditos, produzidos por expressivos autores locais, regionais e nacionais, apresentados neste e em todos os livros da Série Módulos Interdisciplinares - Textos. Tais textos têm como finalidades a introdução ao “estado da arte” dos temas que abordam e a discussão fundamentada a respeito destes. A Série integra a Coleção Diálogos Interdisciplinares, cujo propósito é estimular o debate interdisciplinar por meio da publicação de textos oriundos das mais diversas áreas, que de forma plural possam contribuir para a construção de um conhecimento de caráter integrativo.

Assim, durante o seu primeiro período acadêmico, o estudante adquire uma formação geral de natureza múltipla e interdisciplinar, que abrange conhecimentos relativos aos âmbitos local, nacional e mundial, inextricavelmente conectados nestes tempos de globalização. A formação proporcionada pelo CFI é não apenas acadêmica, mas também cidadã, pois a realidade em que o aluno se insere é objeto de contínua reflexão no semestre inicial.

A boa performance nesse primeiro semestre permite aos alunos o acesso a cada um dos Institutos, ingressando assim na Formação Interdisciplinar 2, específica de cada Instituto escolhido. Trata-se de formação organizada a partir da síntese de conhecimentos básicos e comuns aos cursos aí oferecidos. Na sequência, e em função de seu desempenho nesse novo semestre interdisciplinar, o aluno ingressa no curso de Bacharelado Interdisciplinar ou na Licenciatura Interdisciplinar pretendidos, obtendo, ao final do Primeiro Ciclo, o seu primeiro diploma universitário. Optando por continuar na UFOPA, ingressa no Segundo Ciclo, para obter o seu segundo diploma universitário, desta feita uma graduação específica. Em seguida, poderá continuar seus estudos, pleiteando os vários níveis de pós-graduação oferecidos no âmbito do Terceiro Ciclo.

Dóris Santos de Faria e Maria de Fátima Matos de Souza
Diretoria do CFI

SUMÁRIO

- 13 Prefácio
- 17 Texto 1 - Desenvolvimento e meio ambiente
- 61 Texto 2 - Conflitos sociais no Brasil no início do período republicano
- 105 Texto 3 - Geografia do Brasil
- 137 Texto 4 - Ciência Econômica: elementos de uma síntese introdutória
- 151 Texto 5 - Ética, sociedade e cidadania
- 181 Texto 6 - Diversidade biocultural: conversas sobre Antropologia(s) na Amazônia

PREFÁCIO

Os textos que compõem este livro abordam um amplo conjunto de dados e questões relacionados ao tema geral *sociedade, natureza e desenvolvimento*. Tal tema, por sua vez, desdobra-se em três grandes eixos temáticos:

- Poder, Estado e Sociedade
- Desenvolvimento e Meio Ambiente
- Diversidade Cultural

Como os demais livros do volume I da série Módulos Interdisciplinares – Textos, este não foi organizado com o propósito de ser utilizado como manual, e sim de fornecer elementos essenciais para que o leitor inicie a construção de um quadro geral a respeito da área de conhecimento. Assim, embora todos os textos busquem apresentar o fundamental dentro do assunto escolhido, cada um deles apresenta um perfil próprio, que expressa o ponto de vista de seu autor ou autores. A rica diversidade de perspectivas teórico-metodológicas que caracteriza esta obra é um dos traços que distinguem a UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) e que, a nosso ver, devem marcar a atividade acadêmica de modo geral.

O primeiro texto, *Desenvolvimento e meio ambiente*, produzido por Edna Castro, professora do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) da UFPA (Universidade Federal do Pará), inicia discutindo o conceito de desenvolvimento e apresentando um histórico das visões e propostas a respeito. Partindo do período em que são construídos os fundamentos desse conceito (época do Iluminismo), a autora discorre sobre a emergência do debate acadêmico quanto à questão, por volta dos anos 1930, as discussões na América do Norte e Europa nos anos 1940 relativas às economias avançadas, a grande polêmica das décadas de 1950 e 1960 sobre os modelos de desenvolvimento, centrada na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), e o crescimento, a partir dos anos 1960, do debate sobre a preservação ambiental, que contribuiu para a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, fundamental nos dias de hoje. Aborda a seguir as questões da ética do desenvolvimento e da valorização dos saberes tradicionais sobre a natureza (de índios, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outros), destacando a contribuição da antropologia para o debate a respeito desta última. Discute em seguida as diversas noções de “natureza” que medeiam a discussão sobre as relações entre sociedade e meio ambiente na atualidade, o significado da Amazônia no contexto internacional, as formas de exploração econômica

que predominaram nesse território (pecuária, madeira, soja, mineração) a partir da década de 1970, as relações destas com o desmatamento e a posterior institucionalização da questão ambiental, que passa a ser objeto de políticas públicas e de acordos internacionais.

O segundo texto, intitulado *Conflitos sociais no Brasil no início do período republicano*, de autoria de João Tristan Vargas, professor do CFI (Centro de Formação Interdisciplinar) da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), versa sobre os principais conflitos sociais ocorridos no período da Primeira República, no campo e na cidade, trazendo, assim, algumas referências importantes para o entendimento da formação da sociedade brasileira. Ao discorrer sobre as relações de trabalho no espaço urbano e sobre as questões relacionadas à criação dos direitos trabalhistas, enfatiza a organização da classe operária e extravasa o recorte histórico indicado no título, tecendo considerações sobre o período posterior, marcado pela figura de Getúlio. Com uma abordagem histórica, são discutidos: a Guerra de Canudos; a Revolta da Vacina; a Guerra do Contestado; e a Revolta da Chibata. Trata-se de conflitos que, como o autor procura demonstrar, estavam estreitamente relacionados com a consolidação da ordem política e social republicana do Brasil e com a ênfase conferida na época às noções de modernidade e progresso.

Outras referências de importância para o estudo da realidade brasileira são fornecidas pelo terceiro texto, *Geografia do Brasil*, de autoria de Josilda Moura e Ivaldo Lima, ambos docentes da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O modo como expõem o assunto evidencia a vocação interdisciplinar das áreas de História e Geografia, pois as questões relativas à transformação do espaço geográfico são por eles apresentadas numa perspectiva histórica. Assim, no início de sua exposição abordam o período colonial, discutindo as relações entre expansão territorial, apropriação/ocupação de terras e a instituição de relações de poder. Na sequência, tocam em questões como a da reconfiguração das estruturas espaciais ocasionadas pela transição do modelo agroexportador para o urbano-industrial, suas relações com as alterações na divisão territorial do trabalho e no aparelho de Estado no século XX, apresentam o conceito de *semiperiferia*, discutem a formação dos blocos econômicos supranacionais, como o Mercosul, e a diversidade territorial do espaço brasileiro, com destaque para o contexto amazônico.

No quarto texto, que leva o título de *Ciência econômica: elementos de uma síntese introdutória*, José Oliveira Jr. e Marcelo Diniz (professores da UFPA) fazem uma breve introdução à Ciência Econômica. Indicam previamente seus nexos com as esferas das

relações de poder e da ideologia. Apresentam a seguir noções e conceitos importantes para essa disciplina, como as ideias de equilíbrio e de eficiência, e expõem o método próprio dos estudos em Economia.

O quinto texto, *Ética, sociedade e cidadania*, de José Claudinei Lombardi e Mara Regina Martins Jacomeli, ambos professores da Unicamp (Universidade de Campinas), coloca numa perspectiva histórica a ideia de cidadania, expondo seu conceito na Antiguidade Clássica (Grécia e Roma) e após as revoluções burguesas. A seguir, ressaltando a importância do conceito de *público* para a ideia de cidadania, apresentam sua visão a respeito das diferenças entre esse conceito e o de *estatal*. Para isso, tomam como exemplo a escola pública e percorrem de forma sucinta o longo trajeto das reflexões clássicas acerca do Estado moderno, de Maquiavel a Marx. Os autores também se colocam a respeito do tema correlato da ética, o qual discutem por meio de contextualização histórica.

De autoria de Jane Beltrão, Denise Schaan e Hilton Silva, docentes da UFPA, o último texto do livro, intitulado *Diversidade biocultural: conversas sobre antropologia(s) na Amazônia*, tem como elemento norteador a ênfase na ideia de diversidade, aplicada à espécie humana. Os autores iniciam a discussão explicando porque não é válida a noção de *raça* – e seguem a trajetória evolutiva dos hominídeos, desde seu surgimento na África até o aparecimento, nesse mesmo continente, da espécie humana atual. Também trazem informações sobre a arqueologia, enfatizando a importância desta ciência, ao lado da antropologia, para o estudo dos povos amazônicos.

Ao finalizar este livro, o leitor terá tomado contato com um grande número de questões, que poderão enriquecer o conjunto de referências de que já dispõe. As informações e indagações aqui apresentadas também convidam para um contínuo aprofundamento nos temas discutidos, a que o leitor certamente se sentirá estimulado à medida que percorre os textos.

João Tristan Vargas¹
Andréa Simone Rente Leão²

¹ Doutor em História Social pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e professor do CFI (Centro de Formação Interdisciplinar) da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará); é um dos organizadores desta série.

² Mestre e doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); é professora do CFI (Centro de Formação Interdisciplinar) da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) e coordenadora do módulo de SND. É a organizadora deste livro, juntamente com João Ricardo Gama.

Texto 1

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Edna Maria Ramos de Castro¹

INTRODUÇÃO

A humanidade tem pela frente um grande desafio que é o de encontrar um modelo de sociedade e de economia que seja capaz de incorporar a noção de natureza (homem e meio físico) como matriz fundamental do desenvolvimento. Isso significa pensar no modelo de desenvolvimento que vigorou nos últimos séculos e nos acompanha neste terceiro milênio, no qual o interesse principal esteve no crescimento econômico, sem considerar os impactos sobre a sociedade e a natureza.

Mas o que é desenvolvimento, e qual a relação entre desenvolvimento e meio ambiente? O que significa desenvolvimento sustentável? E a Amazônia, de que forma participa nesse debate global sobre desenvolvimento e meio ambiente? Estas são algumas das perguntas que norteiam este texto, que está dividido em duas partes. A primeira reconstitui a trajetória do debate intelectual e político sobre desenvolvimento e meio ambiente, identificando o sentido que tomou o conceito de desenvolvimento sustentável no ideário e nas utopias do século XX. Percorre, assim, os conceitos mais expressivos que tornaram essas discussões extremamente fecundas e interessantes. Na segunda parte, esboçamos uma análise sobre a Amazônia, com o objetivo de entendê-la na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Esta região, por ser rica em recursos naturais, ímpar no planeta pela extensão da floresta e da rede hidrográfica, além da diversidade étnico-social, é olhada com bastante interesse tanto por aqueles que propugnam a intensificação do crescimento econômico, quanto por outros que vêem a possibilidade de conservação ambiental, justamente por essa região conter ainda ecossistemas bastante preservados. Entre

¹ Doutora em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris - França) e professora do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) da UFPA (Universidade Federal do Pará).

esses pontos polêmicos, várias interpretações são propostas. Mas, também, a Amazônia é vista por interesse de pesquisas que buscam entender se a floresta tem importância quanto à emissão de gases de efeito-estufa e aos serviços ambientais que ela possa prestar para o equilíbrio do planeta.

As ciências sociais, e em especial a economia, produziram sobre o desenvolvimento um conjunto de conceitos e teorizações que ficou conhecido como “teorias e princípios do desenvolvimento”. Estas teorizações procuram interpretar como as sociedades conseguiram organizar seu processo produtivo para aproveitamento dos recursos naturais e aumento da produtividade. Por que é importante rever essas teorizações? Justamente porque elas elucidam o entendimento desse processo, ao longo do tempo, e ajudam a iluminar os dilemas atuais que as nossas sociedades enfrentam, como a crise ambiental na qual se inserem as mudanças climáticas e o aquecimento global. Por isso, neste texto, optamos por percorrer alguns conceitos formulados no debate sobre o desenvolvimento, por sinal bastante exaustivo desde meados do século XX.

Essas interpretações polêmicas de alguma forma influíram nos crivos e olhares não apenas das análises sobre a Amazônia, que associam notadamente sua imagem ao “verde” e ao desenvolvimento sustentável, mas também numa sequência de projetos de intervenção, de políticas governamentais e de empreendimentos econômicos (CASTRO, 2004; CASTRO, 2005; CASTRO, 2007).

1 DESENVOLVIMENTO VISTO COMO PROCESSO CIVILIZATÓRIO E “MODERNO”

Com a emergência da sociedade industrial a partir da Revolução Industrial no século XVIII, tornou-se dominante a crença na ciência e na tecnologia. Uma crença que embalou os sonhos de várias gerações, pelo qual a razão humana poderia encontrar soluções mais eficazes para alcançar um desenvolvimento que atendesse as necessidades de cada nação. Esse movimento, que considera a primazia da razão, que valoriza a racionalidade humana no sentido de que a mesma possa fazer escolhas mais racionais, se chama Iluminismo. Quer dizer, ilumina, ou lança “luzes” pela razão, e não pela fé, como

vigorara anteriormente na sociedade feudal. O iluminismo permitiu ao homem acreditar nas ferramentas racionais para construir outra ordem econômica, cuja aventura principal era o crescimento econômico capitalista, que passa a ser o objetivo maior e a obsessão da ciência moderna e da tecnologia (FALCON, 1991).

O iluminismo formula uma noção de conjunto, de participação de todos os povos numa única direção, que era dada pelo que ficou conhecido como “processo civilizatório”. Neste sentido, ele orientou o avanço do conhecimento, do progresso e da ordem “civilizatória”, que correspondia a novos padrões de costumes, de valores e de organização social.

A razão seria o instrumento intelectual que garantiria ao homem a capacidade de conhecer a verdade e, com base nela, encontrar os meios corretos para intervir na realidade, orientando assim, com segurança, os rumos do desenvolvimento, do progresso e do controle da natureza.

Essa ideia de domínio da razão, ou de sua hegemonia, é vista também como um processo de secularização, pois valoriza mais o conhecimento científico em relação à filosofia e à religião e, em última análise, também ao conhecimento popular. Ela está ligada à concepção histórica de progresso, ou seja, de progresso civilizatório, entendendo-o como o “caminho natural” para todas as sociedades. As Ciências Sociais nascem nesse contexto de valorização do conhecimento científico. Fazia-se necessário entender as sociedades, suas estruturas e seus processos, sua economia, suas contradições e conflitos, face às transformações que vinham ocorrendo de forma acelerada com os impactos da revolução industrial sobre a vida e os costumes incorporados pelas pessoas e sociedades.

Estas noções de secularização e de progresso correspondem à modernidade como racionalidade instrumental (WEBER, 1989; BRÜSEKE, 1993). Para Habermas (1987), a modernidade coloca o homem diante de difíceis dilemas. São impasses e contradições de uma sociedade que caminha cada vez mais rápido em direção ao progresso, mas seccionando a vida social e cultural. A análise da modernidade feita por este autor é uma crítica profunda à razão, que, para ele, instrumentaliza a vida em nome do progresso econômico. Ele analisa a dinâmica social e os processos de diferenciação interna nos sistemas sociais, levando em conta a crescente racionalidade

das sociedades, pois, cada vez mais, as pessoas orientam as suas ações pela razão e não pelo sentimento. Faz uma distinção entre o que chama de *esfera do mundo vivido* (que ele considera as relações sociais organizadas em torno de subsistemas da cultura, da vida social, do simbólico e da personalidade) e a *esfera do sistema* (que corresponde às estruturas de poder, ao subsistema do Estado e ao sistema da economia de mercado).

A representação (imagem) sobre a sociedade moderna se forma nesse contexto de ideias. Assim, iluminismo, racionalidade e modernidade são noções referidas aos processos de mudança (tempo e espaço) das formas de produzir a vida decorrente da revolução industrial. Todas elas são noções intimamente relacionadas ao conceito de “desenvolvimento”, no sentido de desenvolvimento da sociedade e da economia capitalista.

2 EVOLUCIONISMO, DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO

Muitas análises em ciências sociais têm sido influenciadas pela concepção evolucionista que subjaz às noções de progresso e modernidade. Consideram elas que as sociedades tendem a trilhar um mesmo caminho, que iria das sociedades mais simples às mais complexas, isto é, de “sociedades atrasadas” para “sociedades modernas”. O pensamento evolucionista dominou as filosofias nos séculos XVIII e XIX e balizou a formação das ciências da vida, da terra e inclusive das ciências sociais (Sociologia, Geografia, Economia, História, Antropologia, Direito etc.) como um paradigma do pensamento cartesiano ocidental. Ele prossegue influenciando o pensamento no século XX e chegando até o XXI, como iremos observar nas ideias sobre o desenvolvimento e o meio ambiente.

Assim, o desenvolvimento é associado ao progresso e à modernização, estabelecendo um sistema de valor comparativo. E como consequência desse pensamento, os países desenvolvidos e industrializados tornam-se o modelo a ser seguido pelos demais, consagrando a dicotomia países desenvolvidos x países subdesenvolvidos. Essa matriz evolucionista vê as sociedades

segundo níveis de desenvolvimento (indicadores econômicos)², como se fosse possível reduzir a complexidade social, cultural, política e econômica de cada sociedade, no mundo, segundo um dado padrão de desenvolvimento. Como os países foram concebidos conforme esses graus de desenvolvimento, obscureceu-se o fato importante de que essa diferença dependia muito do processo histórico de dominação entre os países no mundo capitalista. E foi dessa maneira que alguns conseguiram se desenvolver (países colonialistas da Europa ou os Estados Unidos da América, por exemplo) com base na exploração de recursos naturais e mão de obra dos países menos desenvolvidos (América do Sul, África e Ásia), onde estavam suas ex-colônias, ou através de outros meios de articulação e dominação das relações mercantis, como mostra Cardoso (1993) na análise sobre a relação entre a história dos países da América Latina e sua situação estrutural de dependência e pobreza econômica.

3 O DESENVOLVIMENTO VISTO COMO CRESCIMENTO ECONÔMICO E PROGRESSO

As interpretações sobre o desenvolvimento que emergem nos anos 30 do século passado têm, em síntese, duas dimensões principais: a dimensão acadêmica, que procura entender e construir interpretações sobre o desenvolvimento enquanto processo histórico de expansão da sociedade moderna e do capitalismo, e a dimensão normativa, que procura aplicar aqueles resultados através da implementação de políticas públicas, de estratégias e ações do Estado e dos agentes econômicos.

O termo desenvolvimento foi concebido, nas teorias do século XX, como crescimento econômico. Não eram considerados, assim, nessa época, os impactos sociais e ambientais gerados pelo crescimento econômico, pela intensificação da tecnologia e pelo aumento de produtividade e de competitividade (DIESEL, 1995). Muito menos o social e o ambiental como componentes do conceito de desenvolvimento.

² Os índices econômicos mais utilizados, que visam mostrar a renda dos indivíduos e a produção da coletividade, os quais são a *Renda per capita* e o *PIB (Produto Interno Bruto)*, não permitiam uma análise do desenvolvimento dos países segundo outros indicadores importantes do ponto de vista da qualidade de vida, a propósito do que se deve se incluir também o ambiental.

Para Diana Hunt (1989), os primeiros pensadores econômicos tiveram um objetivo comum, que era entender como as sociedades se organizam para produzir seus meios de vida e propor medidas para o aumento da produtividade, o que levaria ao crescimento econômico. A economia é uma ciência aplicada e nasce orientada para dar soluções políticas voltadas para o crescimento econômico. Os autores pioneiros da economia pensaram este campo de estudos com base na ideia da ciência como conhecimento racional, seguindo os princípios iluministas. Procuravam descobrir as leis da sociedade e as regularidades da ação econômica, bem como racionalizar os processos de intervenção visando maior eficiência dos fatores econômicos e do uso dos recursos escassos (tecnológicos, naturais, humanos). A ideia central sempre foi a de organizar racionalmente a produção e o crescimento de tal forma que maximizasse a oferta de bens e serviços no mercado.

A relação fundamental entre sociedade e natureza sempre foi a de retirar da natureza recursos com potencial de transformação para obtenção de bens através do trabalho. Nessa concepção, a natureza é vista como fonte inesgotável de recursos. E pela organização da atividade econômica e do trabalho, a natureza é processada para gerar utilidades, ou seja, há bens (materiais e imateriais) importantes para as pessoas, para seu uso (valor de uso), mas não para vender, e bens que passam a ter um valor de mercado (valor de troca), como mercadoria. E esse valor é referido como o preço a ser pago pela sua aquisição. Ao longo do desenvolvimento capitalista, cada vez mais bens com valor de uso passam a ter também um valor de troca.

Como se trata de uma economia capitalista, ela busca sempre o aumento da produtividade do trabalho para obter maiores ganhos de capital e assim realizar os movimentos de acumulação e de concentração de capital (POLANYI, 1980). Mas o avanço da economia foi também possível devido à intensificação do desenvolvimento tecnológico, considerado como instrumento para aumentar a eficiência dos processos produtivos. O avanço da ciência e da tecnologia tem um papel fundamental. A Revolução Industrial e seus desdobramentos em busca de novas tecnologias favoreceram esse processo de desenvolvimento, permitindo o aumento da produção de bens e serviços pela via da intensificação do trabalho, com longas jornadas de um trabalho mal remunerado, ao mesmo tempo

que aumentava a produtividade também pela via da inovação tecnológica. Ao longo da história do capitalismo, várias teorias procuraram discutir o trabalho como a base das relações de produção, de marxistas a funcionalistas, identificando relações entre crise e novos modos de regulação do trabalho (LIPIETZ, 1997; CASTELS, 2000).

Mas cabe lembrar que o desenvolvimento como crescimento econômico foi objeto de muita polêmica, travada em função das diferentes percepções e conceitos. Por outro lado, a polêmica também envolvia as orientações dadas para solucionar os problemas de crescimento econômico, seja no interior do país, seja nas relações dele com outros países. É esse debate que iremos esboçar de forma sintética a seguir.

3.1 A escola estruturalista e a do núcleo de modernização capitalista

A ideia central em quase todas as teorias de desenvolvimento é alcançar o crescimento econômico, mesmo que as teorias e os modelos variem. Hunt (1989) descreve detalhadamente as diferentes correntes teóricas e os autores principais – e indica os seguintes temas de discussão: dinâmica econômica agrícola; altas taxas de crescimento populacional; crescimento histórico das forças produtivas; liberalismo do mercado; e distinção entre desenvolvimento e crescimento.

Segundo a mesma autora, nos anos 1930 iniciam-se as discussões na América Latina que dariam origem a uma corrente de pensamento que ficou conhecida como *escola estruturalista*. Esta escola procurava explicar as razões de certos países permanecerem pobres em relação a outros países industrializados, sustentando a tese de que essa situação era devida à dependência daqueles países. Os autores dessa corrente estavam interessados nos países da América Latina e tentavam responder por que esses países se mantinham com economia vulnerável em relação aos países industrializados e por que também perdiam nas relações comerciais com os países mais

ricos. Essa corrente encontra na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) a referência institucional principal.

Nos anos 1940 surgiria a *escola do núcleo de modernização capitalista*, na América do Norte e na Europa, interessada mais em analisar o modelo de crescimento adotado pelas economias avançadas, as razões do sucesso e as crises de desenvolvimento. Essas duas escolas fomentaram um interessantíssimo debate sobre a natureza do desenvolvimento, as causas do subdesenvolvimento, o papel do Estado no processo de desenvolvimento, os modelos econômicos e, enfim, sustentavam a relevância do planejamento para alcançar maior desenvolvimento.

O argentino Prebisch, pioneiro da escola estruturalista, interessado na superação da dependência estrutural dos países da América Latina, entendia que era fundamental a autonomia dos países para seu crescimento econômico. Partia da constatação de que esses países que tinham como base econômica a exportação de produtos primários (matérias-primas para alimentar a indústria dos países mais ricos) perdiam nas relações comerciais, o que impedia o seu crescimento. Essa constatação reforçava a tese de que a industrialização era o caminho do desenvolvimento, tese defendida por vários autores brasileiros, como Celso Furtado (1982) e Fernando Henrique Cardoso (1993).

Ambas as escolas acima referidas acreditavam no papel planejador e intervencionista do Estado, ou seja, o Estado deveria investir mais recursos na construção de infraestrutura para o desenvolvimento (estradas, energia etc.) e mesmo investir diretamente em setores produtivos de base para desenvolver a indústria, a exemplo da siderurgia no Brasil. E também definir políticas de desenvolvimento econômico, orientando os investimentos e as ações públicas³.

3.2 A polêmica do desenvolvimento nos anos 1950 e 1960

O debate latino-americano (e brasileiro) sobre o desenvolvimento foi mais fecundo na década de 1950. Ele trazia novos elementos, mas sempre reafirmando a crença no

³ Cabe ressaltar, embora *en passant*, que o Estado tem um caráter intervencionista conforme dominava na época de grande influência da teoria keynesiana.

planejamento como forma de os países alcançarem patamares mais elevados de crescimento econômico e tecnológico. No caso brasileiro, essa década é de muito entusiasmo e de investimentos que levaram a um importante surto de crescimento econômico. É quando se fortaleceram muitos ramos industriais, notadamente a indústria automobilística. E é quando o sonho brasileiro de fincar sua capital no coração do país irá se realizar, com a construção de Brasília. É a década também em que o país integra o sul ao norte com a construção da rodovia Belém-Brasília. Essas decisões governamentais encontraram respaldo na ideologia nacional-desenvolvimentista que predominou no país nesse período.

A CEPAL abrigou intelectuais de várias linhas teóricas e origens institucionais. Teve um papel importante, pois, no bojo das discussões, outras linhas de interpretação sobre o desenvolvimento apareceram, como é o caso da teoria da dependência. Nos anos 1960, as formulações da teoria da dependência beberam nas fontes das Ciências Sociais, visando apoiar as críticas ao desenvolvimento como crescimento econômico e se propondo o desafio teórico de integrar economia e sociedade no conceito de desenvolvimento.

Várias interpretações procuraram centralizar-se na dimensão sociopolítica do desenvolvimento, pois nos países latino-americanos aumentava a pobreza e o número de miseráveis. No âmbito da teoria da dependência, foram acrescidas noções importantes vindas de outras ciências sociais, como a História, a Sociologia, a Geografia e o Direito, e não só da Economia, permitindo abrir novas perspectivas pela análise interdisciplinar.

Inúmeros intelectuais brasileiros, argentinos, uruguaios, colombianos, chilenos e mexicanos na década de 1950 falavam que era importante uma política protecionista da economia para levar à frente um programa de industrialização. Acreditavam que a industrialização era a saída do subdesenvolvimento e que esses países seriam capazes de fabricar esses produtos internamente. Isso era apresentado como um modelo de desenvolvimento, conhecido mais precisamente como *modelo de substituição de importações*. Em que consistia esse modelo que forjou a base do desenvolvimento industrial no Brasil e em vários outros países latino-americanos? De forma sucinta, consistia na progressiva substituição de produtos importados

por outros, similares, que seriam produzidos internamente no país. Essa substituição deveria ser primeiramente de produtos de consumo simples, depois bens de consumo mais complexos, até chegar à substituição de bens de produção, como máquinas, equipamentos, etc. Enfim, produtos cada vez com maior densidade tecnológica. Mas, também estava presente a compreensão de que a estagnação e a falta de capital para investir eram grandes desafios, e comuns a todas as economias latino-americanas.

Essas ideias dominaram as áreas acadêmicas, empresariais e políticas, influenciando, dos anos 1950 a 1970, a formulação de políticas econômicas para a América Latina. A CEPAL teve um papel importante na discussão, assessorando governos no planejamento e na elaboração de modelos de desenvolvimento. Nessa linha de raciocínio, além dos investimentos, também estava sendo considerada a importância da formação de uma classe média com poder de consumo. Por isso, as análises também tinham o olhar voltado sobre a massa de salários que passaria a ser paga com o aumento da oferta de emprego nas indústrias, levando a crescer o consumo, sobretudo nas áreas urbanas. Desta forma, sustentavam a necessidade de aumentar a capacidade de investimento desses países e sua industrialização.

Esta década de 1970 representa um marco na história. É a década em que a sociedade se reorganiza em movimentos que lutam pela democracia e restabelecimento de direitos políticos e sociais. Em alguns países, como é o caso do Brasil, a sociedade se organizou em torno de lutas pela redemocratização do país. Conseguiu pressionar o poder público para garantir a elaboração de uma nova constituição. E não é por acaso que a Constituição Brasileira de 1988 é mais avançada em relação às anteriores, quanto aos direitos sociais, políticos, econômicos e mesmo ambientais, pois reflete um espaço de luta política bem anterior.

Um autor bastante influente, o marxista americano Andre Gunder Frank (1971), no bojo das discussões que originaram a teoria da dependência, importante na década de 1970, acreditava que as trocas comerciais resultaram sempre em perdas para os países subdesenvolvidos, pois esses países sempre foram dominados, como periferias, por países hegemônicos, e, por isso, reforçavam a ideia de que era impossível alcançar o desenvolvimento, se mantida essa dependência. Segundo

Hunt (1989), a teoria da dependência estava próxima da perspectiva marxista. Efetivamente, ela se forma com certa influência da teoria crítica. Enfim, o autor citado assinalara que o subdesenvolvimento decorria da apropriação da mais-valia (lucro, ou seja, valor do trabalho não pago) produzida nos países periféricos.

Entretanto, apesar desse debate de caráter heterogêneo, e da influência das ideias da escola estruturalista da CEPAL e da teoria da dependência em muitos governos latino-americanos, como é o caso do Brasil, na década de 1970 acabaram dominando as políticas econômicas mais conservadoras (neoliberais). As forças sociais e as elites nacionais com suas alianças internacionais acabaram por determinar os processos políticos na América Latina e a sequência de golpes militares. Emerge, a partir de então, uma fase de governos autoritários e ditatoriais (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, entre outros) e de fortalecimento das políticas que resultam em maior dependência econômica.

A problemática social é incorporada ao debate, chamando-se atenção para a pobreza desses países, a concentração de renda e a dinâmica política, temas assinalados como fundamentais para entender o jogo de forças sociais na dinâmica do desenvolvimento, por autores como Sunkel (1973), Furtado (1982) e Cardoso e Falletto (1967). Indicadores utilizados em pesquisas mostravam contradições entre os dados econômicos e sociais, como vinham sendo mostrados anteriormente, mesmo antes de ter sido formulado o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)⁴.

Ficou claro, portanto, nos anos 1970, que as contradições e os conflitos de classe deveriam ser considerados nos estudos sobre o desenvolvimento, bem como as origens e as estruturas históricas das sociedades, pois eram dinâmicas que interferiam

⁴ O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), produzido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), constitui uma forma alternativa de usar alguns outros indicadores para medir a situação de desenvolvimento, que não apenas a renda. Em sua composição entram, assim, dados de educação, saúde, longevidade e renda. Outros indicadores mais usuais medem apenas variáveis de renda e mascaram a situação real dos países, regiões e municípios quanto ao desenvolvimento. Esse índice pode ser combinado com o ISI (Indicador da Sociedade da Informação), que se ocupa de variáveis ambientais. Continuam as tentativas de se ter índices ainda melhores, mas por enquanto são esses os mais completos que se têm. Enfim, estão entre os mais baixos do país, ganhando apenas para o Nordeste. Aconselhamos uma visita ao site do PNUD (<http://www.pnud.org.br>) para outros dados sobre o IDH.

na compreensão do projeto de desenvolvimento de uma sociedade, como sustentam Furtado (1982) e Ianni (1992), entre outros. Igualmente, os interesses das elites exportadoras, que se beneficiavam com o comércio internacional, predominavam sobre os interesses públicos e por isso tinham um papel importante na escolha de estratégias de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos.

Enquanto essas correntes de ideias se concentravam na preocupação com o crescimento econômico, a sociedade civil se inquietava com a qualidade do que comia e do ar que respirava. E se manifestava nas ruas de Paris, Nova York, Berlim e Londres, para dar alguns exemplos, contra a poluição vinda dos processos industriais, as usinas atômicas e o uso de agrotóxicos na agricultura.

4 MOVIMENTO ECOLÓGICO E CONSCIENTIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

O debate sobre meio ambiente apareceria apenas nos anos 60 do século passado, graças a um movimento social que surgiu na Europa e nos Estados Unidos, conhecido como *movimento ecológico*. Várias correntes de pensamento político alimentaram acirrada discussão no seio do movimento ecológico em busca de soluções para as contradições crescentes relacionadas ao uso intensivo dos recursos naturais e aos efeitos da industrialização sobre a vida e a saúde das pessoas e sobre o meio ambiente.

Nos anos 1970 e 1980, o movimento ecológico havia acumulado um poder de mobilização nos países da Europa e nos Estados Unidos, mas em todos os demais continentes e países surgiam movimentos ambientalistas com bandeiras, até mesmo distintas, pois incorporavam as questões locais. No conjunto, essas mobilizações formularam extensa pauta de denúncias dos impactos da industrialização sobre o meio ambiente, o perigo das usinas atômicas, a geração de energia poluente, o uso intensivo de agrotóxicos na agricultura, o avanço da fronteira agrícola sobre as florestas e o uso dos cursos d'água para gerar energia hidrelétrica sem considerar os impactos sociais e ambientais, entre tantos outros questionamentos. No entanto, por muito tempo a pressão do movimento ecológico não teve eco. No meio

acadêmico e na área governamental foi muito lenta a tomada de consciência da problemática ambiental.

Mas, o papel do movimento ecológico foi importante para agendar, ainda que lentamente, uma pauta ambiental no correr dos anos 1980. No interior do movimento, várias correntes de ideias fomentavam a discussão sobre a possibilidade de um *desenvolvimento alternativo*, com várias tendências das esquerdas nos diversos países. O debate ambiental é construído nesse campo fértil em discussões críticas. Novas utopias sobre o desenvolvimento começam a ser esboçadas.

A Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, e a Declaração de Estocolmo de 1972, junto com a Declaração de Cocoyoc de 1974, foram momentos oficiais de discussão entre os Estados e, de certa forma, também eram respostas às questões levantadas pelo movimento ecológico. Esta Conferência teve muita repercussão, pois representou o primeiro momento oficial de tomada de consciência sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. E também foi um momento de grande manifestação da sociedade civil mundial através de fóruns organizados, manifestações públicas e elaboração de documentos assinados por entidades e representantes do movimento ecológico, em torno da questão do desenvolvimento e do meio ambiente.

Em 1992 a ONU (Organizações das Nações Unidas) realizou a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (vinte anos depois da realizada em Estocolmo): a Rio-92, como é conhecido mundialmente o evento. A cidade escolhida, Rio de Janeiro, foi o palco das tensões sobre a poluição do planeta e o pouco avanço ocorrido nos vinte anos passados. A polêmica opõe países do Sul e países do Norte, e ao mesmo tempo a afirmação de que a questão ambiental é global e envolve a todos. Para o Brasil foi importante, pois contribuiu para uma consciência ambiental nacional. Entre as grandes questões em debate estavam os impactos ambientais na Amazônia, para os quais se buscavam encaminhamentos de soluções.

O movimento ambientalista internacional teve papel importante na construção de novos conceitos sobre desenvolvimento e meio ambiente. A partir dos anos 1980 emergem outros conceitos trazidos por grupos sociais e étnicos, organizados em torno de questões as mais diversas, mas com

uma condição comum que era a sua reprodução ligada à floresta ou outro ecossistema. Pela ação desses grupos e de ONGs (organizações não governamentais), além de pesquisadores, apoiados, no caso brasileiro, pela Constituição de 1988, são valorizados os pleitos de titulação de terras de domínio coletivo (terras indígenas, territórios quilombolas) e os saberes tradicionais sobre a natureza, notadamente sobre a floresta. A premissa que passa a predominar é de associar preservação de ecossistemas e saberes tradicionais, ou seja, biodiversidade e manejo de recursos naturais.

Depois de percorridas mais de três décadas, é possível tomar distância para avaliar melhor as diferentes vertentes que aparecem no debate sobre o *desenvolvimento alternativo*. Uma primeira constatação é que os limites impostos pela natureza ao crescimento econômico passaram a contar cada vez mais na discussão do desenvolvimento. Porém, o crescimento econômico permanece como modelo dominante. Ainda que a perspectiva ambiental tenha se fortalecido nas últimas décadas do século passado, há um grande caminho a percorrer quanto à responsabilidade de todos para com o meio ambiente.

5 PRINCIPIOS E CONCEITOS SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Ao fazer um balanço sobre as diferentes correntes que discutem o que é desenvolvimento, Veiga (2008) reconhece, em síntese, duas grandes linhas, a do “desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico” e a do “desenvolvimento como uma ilusão”. Veiga (2008) considera Ignacy Sachs como o economista que conseguiu transitar para além dessas duas correntes. E para responder sobre o que é desenvolvimento sustentável, sintetiza igualmente duas correntes: a formada pelos que ignoram que exista um dilema entre conservação e crescimento econômico e a que reúne aqueles que acham possível uma conciliação. Vê ainda as alternativas para essas linhas extremas de ideias. A polêmica entre ideias e correntes continua aberta e está sempre atualizando um debate que está longe de terminar. Talvez por isso, Ignacy Sachs, no prefácio ao livro de Veiga (2008), diga que o tema *desenvolvimento* manterá sua centralidade nas Ciências Sociais neste terceiro milênio.

É nesse contexto que surgem alguns conceitos novos, no meio de outros apenas requeitados, para construir a reflexão sobre desenvolvimento e meio ambiente.

5.1 Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

O conceito de ecodesenvolvimento é, de certa forma, pioneiro na perspectiva ecológica e tem um papel importante na intermediação entre as propostas do movimento ecológico, a academia e as áreas governamentais. Consiste em uma abordagem que atribui peso importante à ecologia. E fomenta a busca de novos enfoques e propostas de intervenção que superem a dominante, que trata o desenvolvimento apenas na perspectiva da economia. No conjunto estava em questão também a metodologia interdisciplinar. Sachs (1994) difundiu este conceito e as análises sobre a interdisciplinaridade como condição da produção do conhecimento e de diálogo entre campos diferentes da ciência, e entre Estado e sociedade.

O termo *desenvolvimento sustentável* decorre de certa forma desse processo político, mas foi utilizado pela primeira vez apenas em 1979, em Estocolmo, por W. Bunker, no Simpósio da Organização das Nações Unidas sobre as Interrelações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. Porém, passaria a ser difundido a partir de 1987 por ocasião da Assembleia Geral da ONU, quando foi apresentado o Relatório Brundtland, publicado com o título *Nosso Futuro Comum*. Esse relatório foi feito pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland. O conceito-chave de *Nosso Futuro Comum* é o desenvolvimento sustentável, que será um conceito cada vez mais usado como uma orientação, utopia ou ideário, para ser construído com sentido comum.

A situação social no mundo, com o agravamento da pobreza e o aumento das diferenças nas condições de vida entre países ricos e países pobres levou a afirmar a necessidade de incorporar também, como assinalara a teoria da dependência, a dimensão social ao desenvolvimento. Uma ideia que circulava era a da necessidade de diminuição da pobreza e da desigualdade entre países do norte e do sul devida à dramática diferença nos níveis de vida, ou seja, riqueza no norte e pobreza no sul. Vamos

passar alguns desses conceitos em revista, brevemente, num esforço de síntese.

O conceito de *desenvolvimento sustentável* expressa o desejo, ou a meta, de se encontrar outra via de desenvolvimento que não seja simplesmente o crescimento econômico: outro desenvolvimento, que desse conta da questão social e da pobreza que crescia no mundo, como uma dimensão da justiça social. E que fosse um desenvolvimento ambientalmente sustentável. Isso quer dizer, conseguir um equilíbrio ambiental como um compromisso ético. Em síntese, a ideia era que a humanidade deveria adotar uma concepção de desenvolvimento que garantisse atender às necessidades das sociedades do presente, mas condicionando isso à garantia dos direitos das gerações futuras e reconhecendo, assim, que estas têm o direito a gozar de um ambiente saudável e das riquezas naturais. E, finalmente, que o crescimento econômico pudesse ir na contracorrente da concentração de renda, para que a humanidade, como um todo, pudesse usufruir da riqueza produzida nas nações, diminuindo a pobreza, a miséria e a injustiça.

Tal conceito representou certamente um enorme avanço normativo, pois institucionalizou no âmbito dos Estados a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, definindo propostas bem precisas. Mas, assim mesmo, o conceito de desenvolvimento sustentável na formulação da ONU está ligado, em última análise, ao de crescimento econômico e de progresso, que fundaram a utopia do industrialismo dos séculos XIX e XX e que ainda estão bastante presentes nas sociedades modernas. E, por isso, esse conceito está sujeito à discussão e à crítica, mas permanece como uma utopia de nosso tempo, orientando o futuro.

No contexto das preocupações com a desigualdade e a pobreza, surge um termo que passaria a ser uma dimensão do planejamento, que é o *princípio de necessidades básicas* (ou *basic-needs*). Foi utilizado desde os anos 1970 para sustentar a tese de que era possível um crescimento com equidade, com justiça social. As necessidades essenciais deveriam ser atendidas universalmente pelos serviços de saúde, educação, geração de emprego e renda, capacitação para o trabalho, saneamento, enfim, um patamar de bem-estar. Passou assim a fazer parte do ideário ético das sociedades. Foram implantados programas de

ação contra a pobreza nos diferentes países, seguindo metas de redução da pobreza definidas pela ONU.

Mas, fazendo um balanço, os programas contra a pobreza não lograram reduzi-la. E a América Latina e o Brasil, que estavam com governos autoritários, elaboraram estratégias que não diminuiram a pobreza e acabaram por aumentar a dependência. Por isso, era ressaltada a necessidade de se buscar *estilos alternativos de desenvolvimento*, com geração de tecnologia dentro do país.

Mas o crescimento econômico não estaria sendo questionado como tal nos diferentes países, de forma oficial ou explícita. O certo é que, para haver crescimento com taxas ainda maiores, é necessário maior pressão sobre os recursos naturais, o que implica maior transformação de matéria e energia em bens e serviços. Por isso, aí reside a grande contradição do modelo de produção. E, assim, surgem outras ideias, na busca de um modelo compatível entre a produção econômica e a natureza.

5.2 Novos conceitos e abordagens nas décadas de 1970 e 1990: Economia, Ciência Política e Antropologia

Na década de 1980 há um avanço da consciência ecológica no mundo. A questão ambiental é internalizada como tema importante. Começa a haver maior clareza tanto sobre os limites impostos pela natureza como pelos limites intrínsecos ao modelo de desenvolvimento. Eles começam a ser revistos, mas ainda há bastante resistência e desconfiança nos meios acadêmicos e governamentais, nos diversos países.

A América Latina, incluindo o Brasil, enfrentava uma crise política grave, a economia lidava com altas taxas de inflação e de desemprego, e a dívida externa crescia. Com esse ambiente desfavorável, essas economias submeteram-se aos ajustes estruturais impostos pelos países ricos e pelas agências internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial.

Mas, nessa mesma década, apareceram no debate outros conceitos. No geral eles incorporavam a questão ambiental e princípios mais democráticos na relação entre Estado e sociedade, propugnando por políticas distributivas de renda. Os princípios de *igualdade*, de *democracia participativa*, de *autonomia*

e de *direitos humanos*, que haviam sido alinhavados em acordos internacionais, passam a ser contados na formulação de políticas e prioridades dos governos mais democráticos. Acabaram, assim, sendo absorvidos como modelo de organização política na atualidade.

A *liberdade*, a *ética* e a *política* como condição para o desenvolvimento é uma abordagem teórico-política sustentada por Amartya Sen (1999), que considera a possibilidade de os indivíduos fazerem suas escolhas e reconhece que a liberdade depende de muitos outros determinantes que não são apenas os econômicos. O autor entende que os benefícios do desenvolvimento devem atender às qualidades humanas para o seu bem-estar, materiais e imateriais (educação; qualidade de vida, traduzida em saúde e longevidade; dignidade; e participação política). Outra abordagem, a *institucionalista*, acredita que as instituições têm um poder de regular a posição polêmica entre desenvolvimento e meio ambiente e, por isso, têm um papel fundamental no desenvolvimento.

Outra perspectiva aborda o desenvolvimento usando o *princípio de precaução*, que expressa a preocupação com o meio ambiente e os cuidados que devem ter as pessoas, as empresas e as políticas públicas formuladas pelo Estado. Os autores que adotam essa linha propõem que se façam cálculos para avaliar qual a capacidade que um determinado sistema natural tem para suportar a exploração dos recursos que nele existem. Por isso, essa abordagem é identificada como *capacidade de suporte*. Isso leva a outra pergunta: qual é a capacidade de um determinado sistema natural de se recuperar? Essa discussão é também conhecida pelo conceito de *capacidade de resiliência* do meio ambiente. Ela se inspira na constatação de que os sistemas produzem e despendem energia, podendo se autorrecuperar. Isso significa ter resiliência.

Esse tema tem orientado muitas pesquisas na Amazônia perguntando qual a capacidade da floresta em suportar a intensificação de sua exploração e qual a capacidade que tem de se recuperar. Outro exemplo é a exploração pesqueira na Amazônia. Caberia perguntar: até que ponto os estoques de peixes e a biodiversidade aquática podem suportar a exploração pesqueira intensiva praticada no litoral amazônico e nas áreas interiores - neste caso, de pesca fluvial e lacustre? E quando

começa a ser ameaçada a sua reprodução? E qual a capacidade de resiliência que essa natureza tem?

Nessa perspectiva, o princípio de precaução tem orientado metodologias de manejo, de gestão dos recursos naturais e tem sido bastante adotado em políticas governamentais, organizações não governamentais e projetos sociais. Por sinal, agências internacionais de desenvolvimento têm financiado projetos e planos de manejo com essa orientação. Essas iniciativas defendem, portanto, um enfoque que busca integrar o econômico ao social e ao ambiental, mas que tem sérios limites, pois, como outros, não coloca em questão o modelo de desenvolvimento em si.

É preciso uma real clareza sobre o que se impõe como necessidade hoje, diante de uma crise ecológica que, ao avançar, ensina, efetivamente, que é necessário usar com muita precaução o que se tem ainda no planeta como recurso natural, renovável ou não. Tal clareza é fundamental para uma sociedade que se projeta também sob outra matriz de direitos sociais e que se pretende consciente dos dilemas e das opções que devem ser feitas em relação ao desenvolvimento.

Na esteira da revisão de conceitos e princípios do desenvolvimento, foi incluída a discussão sobre a *ética do desenvolvimento* e a respeito da *valorização de saberes tradicionais sobre a natureza* que os povos tradicionais, no mundo inteiro, detinham. No caso da América Latina e do Brasil, os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, entre outros segmentos sociais, testemunham até hoje a eficácia de seus conhecimentos tanto para a realização de vários tipos de trabalho, como para seus sistemas de curas (materiais e espirituais) e sua reprodução social e cultural. São organizações sociais que funcionam com um padrão de tempo mais lento, talvez mais próximo ao tempo da natureza, de tal forma que permitiu, ao longo de séculos, menor impacto sobre os sistemas agroflorestais (COSTA, 1996; HURTIENNE, 1989).

Finalmente, é fundamental entender que o debate sobre o meio ambiente não pode ser feito fora do contexto da globalização. Mesmo que se discutam questões locais, como uma dada região do Pará ou do Amazonas, ou algum lugar na China, no Senegal ou na Indonésia, os efeitos ao meio ambiente que ali ocorrem têm a ver com a situação nacional e mundial do modelo econômico e do modo de dominação das sociedades na

atualidade. O modelo capitalista é conhecido, historicamente, como propulsor da exploração intensiva dos recursos naturais (floresta, minérios, etc.), bem sabemos, e hoje temos de reconhecer que ficaram mais claros os limites da natureza. A abordagem do *desenvolvimento local* é vista nessa relação de escalas, do local ao global.

Outro conceito que emerge no debate, e mais radical, é o de *ecologia profunda* (ou *deep ecology*), formulado por Arne Naess, que considera que a cultura é uma extensão da natureza, a consciência em si da natureza, radicalizando a percepção da ecocentralidade, ou seja, a que considera a natureza como objetivo maior, por isso centro de uma concepção de vida na sociedade. Opõe-se, assim, à visão do *antropocentrismo ecológico*, cujo centro é o homem.

Numa perspectiva marxista, existem várias correntes, entre elas o ecossocialismo, que entende que os problemas ambientais decorrem da organização social, do modo de produção capitalista e das formas de alienação e apropriação da natureza e exploração da força de trabalho, visando a maximização do lucro e a mercantilização da natureza.

Estão presentes, ainda, propostas que sustentam ideias diversas, desde a proposta de *revisão radical dos processos industriais*, reduzindo seu teor de poluição, ou uma *gestão rigidamente equilibrada*, mas com base no manejo dos recursos, até as que propõem um *não-crescimento*, ou *crescimento zero*, como única saída para fazer frente à crise ambiental.

Da *Economia do Desenvolvimento*, na formulação de Hirschman (1980), que procura ajudar com análises econômicas o crescimento dos países, à *Economia Ecológica*, mais recente, que adota a perspectiva do crescimento com valoração da natureza, há diferenças certamente, mas ambas se aproximam, pois buscam viabilizar o crescimento econômico. A economia ecológica se propõe a desenvolver teorizações que se baseiam no valor da natureza, ou seja, em atribuir valor aos bens e aos serviços que a natureza presta ao meio ambiente. Assim, a natureza se torna, em si, também uma mercadoria a ser regulada pelo mercado e, por isso, ela é considerada um *capital natural*.

Essa ótica supõe que os bens e serviços da natureza têm valor e podem ser negociados, trocados, vendidos e comprados. Mesmo aqueles que jamais foram percebidos como tal, a exemplo do que agora chamamos de “serviços ambientais”, que, a rigor,

não constituem um bem em si, nem um serviço, mas propriedades da natureza. Em outras palavras, serviços ambientais não correspondem à natureza física, mas a uma propriedade da natureza. Porém, na perspectiva do capital natural, tornam-se um bem de mercado, e já existem e se institucionalizam várias modalidades de cálculo para saber quanto custa esse ou aquele «serviço» prestado para reduzir a camada de ozônio ou evitar as mudanças climáticas, por exemplo.

Em síntese, essa visão sustenta que as pessoas e as empresas iriam valorizar mais o meio ambiente se ele tivesse preço, pois teriam de pagar. É uma visão do mercado, e, em última análise, o mercado passa, nessa perspectiva, a ser o regulador, ainda que seja o Estado que tem a função pública e o poder de ordem. Essa é a ideia que tem sido mais utilizada para orientar políticas, programas e ações nas áreas governamental e empresarial, no Brasil, em relação à floresta amazônica. Os trabalhos de Costanza (1994) foram nessa direção – a de elaborar modelos e contabilidades para contar os recursos e gastos de energia nos processos produtivos, de modo a possibilitar balanços quantitativos sobre quanto cada país polui, o que permite avaliar a contribuição de cada um com o aquecimento global. Essa ideia também tem sido aplicada. Esse mercado, no sentido de uma economia de serviços ambientais, tende a se ampliar.

Nicholas Georgescu-Roegen, em 1971, foi quem primeiro chamou atenção para o conceito de entropia em *The Entropy Law and the Economic Process* (A Lei da Entropia e os Processos Econômicos). A preocupação era sobre o balanço energético entre produção econômica e natureza, altamente desfavorável para os recursos naturais, em função do aumento de entropia. A seu ver, a humanidade precisa, para se reproduzir, de energia e calor encontrados na natureza, mas a tendência é aumentar cada vez mais a retirada desses elementos da natureza (combustível fóssil, por exemplo), devido ao modelo intensivo de crescimento industrial, sem possibilidade de reposição. Ele mostrou a relevância da análise da entropia gerada nos processos produtivos. Chaves (1997), citando Georgescu-Roegen (1971), concorda com a relevância dessa análise, pois:

[...] se o processo econômico, na base do crescimento da produção, tende sempre ao aumento da transformação de matéria e

energia e esses dois elementos não podem ser criados, e, portanto têm limites dentro do sistema, então o processo entrópico se desenvolve também em ritmo acelerado. Assim como a tendência da entropia vai na direção do seu valor máximo, o sistema econômico que incorporou somente a dimensão da valorização do valor contribui de forma decisiva para a desordem da sua base natural, e também de si próprio.

Essa perspectiva foi adotada por Altvater (1995), tomando a Amazônia como reflexão, e Bunker (1985), este no livro *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of modern State* (Subdesenvolvimento na Amazônia: extração, mudança desigual e falência do Estado moderno), no qual o autor interpreta os processos de desestruturação de atividades tradicionais e a emergência de novas dinâmicas na Amazônia, intensivas em capital, na produção mineral.

6 A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO COMO CRÍTICA À MODERNIDADE

Essas noções e teorias estão continuamente sendo colocadas em questão. Vários movimentos sociais que, nos anos de 60 do século passado, confluíram com múltiplas manifestações coletivas – movimento ecológico, movimento estudantil, movimento feminista, movimento negro, entre outros –, demarcam o desencantamento com a ciência e postulam a busca de novos paradigmas do conhecimento científico.

Nos anos 1970, o debate intelectual e político, neste caso puxado pelos movimentos sociais, estava aberto, enfocando os limites sociais e ambientais ao desenvolvimento e ao progresso. Há nesse momento uma consciência dos limites da razão e dos efeitos decorrentes do crescimento econômico sobre a vida social e o planeta. Uma constatação comum é o fracasso do projeto ocidental de modernidade, revelando que a razão e a ciência serviram para tornar alguns países mais ricos, aumentar as contradições sociais, as desigualdades de renda entre classes sociais, regiões e países e a perda irreversível de recursos naturais, sobretudo os não renováveis, empurrada pela corrida

em direção ao aumento da produtividade, da produção e do consumo.

Habermas (1987) mostra que a modernidade como a hegemonia da razão instrumental dominam a esfera do sistema e da razão comunicativa. Isso leva a permitir que o sistema da economia e o sistema do poder-Estado sejam controlados pelas grandes empresas. Um número reduzido de empresários determina as regras do jogo social, político e econômico sem consultar a sociedade, declarando o filósofo que, “à medida que o sistema se fortalece em detrimento do ‘mundo vivido’, ele passa a impor a este último sua própria lógica e suas regras de jogo” (HABERMAS, 1987). O autor considera a necessidade de fortalecer a cultura, as instituições que organizam o cotidiano e a vida social – o mundo vivido – em detrimento do mundo sistêmico (economia e poder).

Para Giddens (1991), a modernidade trouxe tensões entre a ordem tradicional e a ordem moderna, em função da alteração no ritmo de mudanças. O tempo e o espaço foram revolucionados, e, com eles, os costumes, e os tipos tradicionais de ordem social, que tendem a se perder. A rapidez das mudanças é enorme; altera mesmo dimensões mais profundas da existência cotidiana, e a comunicação se dá cada vez mais pelas redes informacionais, com formas de interconexão com extensão global, configurando-se uma transformação jamais conhecida pela humanidade. Sem precedentes, alteraram-se os sistemas que funcionavam para manter o equilíbrio social e, por isso, tinham eficácia simbólica. Os saberes dos povos tradicionais sobre a natureza, por exemplo, não são reconhecidos pelo saber científico, sendo na realidade estigmatizados.

As incertezas e as inseguranças se instalam na ordem moderna, e, por isso, Giddens (1991) mostra que o funcionamento das instituições na sociedade moderna, e as pessoas, precisam de mecanismos de confiança em sistemas abstratos, especialmente em sistemas peritos⁵, em assessores, em especialistas, que servem como mediadores entre a sociedade e os indivíduos.

⁵ **Sistemas peritos**, na visão de Giddens (1991), são sistemas (formados por instituições, prestadores de serviços, profissionais etc., que atuam com base em normas e conhecimentos especializados) que organizam diversas áreas do ambiente em que se vive – seja ele material ou social. Por exemplo: o ambiente do trânsito urbano é organizado pelo sistema perito formado pelos organismos públicos ou instituições particulares responsáveis pela abertura e manutenção de vias públicas, colocação de placas, regulamentação do tráfego, fabricação de veículos etc. (Nota da organização da série.)

A Amazônia é contemporânea desse processo e está diretamente a ele conectada, sobretudo pela via da problemática ambiental. A revisão de conceitos que acabamos de fazer informa como as sociedades refletem sobre o presente, se preocupam, se inquietam, buscam soluções. E procuram projetar o futuro. Caminho também encontrado nas análises sobre desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia.

Banerjee (2006) pergunta “*Quem sustenta o desenvolvimento de quem?*”, em artigo publicado pela Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAZ), e tem razão ao dizer que o “discurso do Desenvolvimento Sustentável focaliza mais os efeitos da destruição ambiental sobre o crescimento econômico do que as consequências negativas do mesmo” (BANERJEE, 2006, p. 88). Há necessidade de ir à crítica de categorias como racionalidade, no sentido empregado por Habermas (1987), e categorias da modernidade avançada. Considera que, na noção de desenvolvimento sustentável, “a lógica do capital e do mercado nunca está em questão” (BANERJEE, 1987, p. 89) e, por isso, é insustentável ambiental e socialmente.

7 SOCIEDADE E NATUREZA NA AMAZÔNIA

Porque a Amazônia é importante no debate sobre o meio ambiente? Terá ela, como maior reserva florestal e abrigando diferentes ecossistemas ainda preservados, um papel importante na crise ambiental? Apesar da inigualável riqueza natural e cultural, a Amazônia tem tido seus recursos naturais explorados de forma intensiva e predatória, sobretudo se pensarmos na velocidade desses processos, a partir da segunda metade do século XX, com alta entropia.

7.1 Amazônia e biodiversidade

Primeiramente, devido ao esgotamento das reservas naturais no mundo, como as florestas, a biodiversidade aquática, os recursos minerais, e também em função dos serviços ambientais que a Amazônia possa prestar, além da disponibilidade ainda de terras não ocupadas pelos processos produtivos do capitalismo, esta região tornou-se importante no

interesse nacional e internacional. Isso faz da Amazônia uma região estratégica para o mundo. Para o Brasil, ela é estratégica também pelo fato de ocupar uma grande área (quase 2/3 do país), ter a maior fronteira contínua (com oito países da América do Sul) e ter facilidade de acesso aos mercados dos países das Américas Central e do Norte - e aos dos países asiáticos, através do Canal do Panamá.

Além disso, ela constitui a parte do planeta com maior diversidade biológica (floresta e água), composta por uma área de 6 milhões de quilômetros quadrados, que corresponde a 61% do território nacional. Tem aproximadamente 1/5 da água doce do planeta, além de possuir excepcional banco genético, sobretudo se considerarmos os demais países sul-americanos que têm áreas amazônicas (Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Inglesa).

A Amazônia é um espaço de energia e biomassa, e por isso muitos interesses se voltam para ela, principalmente os do mercado. É por isso que o principal conceito com que ela é vista é o de capital natural. Ela não é referida ao *meio ambiente como natureza e conservação*, mas ao *meio ambiente como recursos para valorização do capital*. Essa noção é encontrada subjacente às políticas governamentais, mesmo as ambientais, e em organizações não governamentais, talvez ingenuamente, talvez porque não encontrem outra possibilidade real de ação, ou porque acreditam realmente no poder de regulação do mercado.

É preciso esclarecer que se trata não apenas do mercado de uma larga gama de produtos derivados da floresta e dos cursos d'água, mas também do novo mercado de "bens e serviços ambientais". Lipietz (1997), com um olhar da economia política e da teoria da regulação, sustentava nos anos 1990 a tese da emergência de regulações nas esferas globais sobre bens comuns (bens de direito comum), tensionando as relações entre países pobres e países ricos, com a emergência de um novo mercado ambiental da natureza. Efetivamente, a economia no mundo se fez comercializando produtos naturais, e ainda continua; mas agora se amplia o leque do comércio. Numa outra perspectiva, Ostron, prêmio Nobel de Economia em 2008, diz que foi sendo introduzido um novo comércio, que é o das "funções dos ecossistemas", e essas funções podem ser um bem comum, cuja natureza é objeto de discussões polêmicas e atuais (Ostron et al.,1994).

Como a Amazônia tem ainda um potencial natural enorme, tem estado no foco dos interesses daqueles que querem reduzir a emissão de gases de efeito-estufa, procurando diminuir as queimadas e o desmatamento. Porém, esses objetivos são contraditórios com o crescimento da demanda dos mercados mundiais por *commodities* (que tem origem justamente com a intensificação da produção pecuária, da agricultura intensiva e da exploração extrativista de madeira e de minérios) e, por isso, esbarram nas incompatibilidades com os interesses que são assinalados como ambientalistas, mas que na realidade dizem respeito à preservação da humanidade.

7.2 Amazônia e sociedade

Nas últimas quatro décadas, a Amazônia brasileira passou por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas, acompanhadas por grandes alterações territoriais. Alguns ângulos desses processos serão demonstrados a seguir, no sentido de contextualizar como a região se insere no debate global sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Os princípios da modernização ou, em outras palavras, do modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista moderna, estiveram na base das mudanças que ocorreram na Amazônia nas últimas décadas. Assim, vejamos. As elites brasileiras e os governos nacionais viam essa região nos anos 1950 e 1960 no contexto de um projeto de desenvolvimento nacional. Mas, para isso, era necessário criar meios de integração ao território brasileiro. O Estado nacional-desenvolvimentista dos anos 1950, com o Presidente Juscelino Kubitschek, formulou seus projetos e, dentre eles, dois materializar-se-iam em grandes obras que definiriam, a partir daí, e de forma irreversível, o futuro da Amazônia e de sua integração à economia nacional: a construção de Brasília, criando assim estruturas de ocupação do Brasil Central, e a construção da rodovia Belém-Brasília, que abriria uma nova área de terras e recursos naturais, no correr da estrada. Posteriormente, os governos militares levariam em frente um ambicioso projeto nacional de incorporação dessas novas terras ao mercado e às cadeias produtivas da pecuária, agricultura, madeira e mineração, objetivando o crescimento econômico.

Usando incentivos fiscais⁶, o Estado procurou atrair capital e empreendedores para diversos setores da economia. Contingentes de brasileiros atravessaram as fronteiras de seus estados em direção à Amazônia. Embalados pelo sonho de melhores terras para plantar, deslocaram-se milhares de camponeses para frentes de colonização, e outros trabalhadores se dirigiram às obras de infraestrutura e a atividades produtivas como madeira, garimpo, grande mineração, pecuária e serviços. Também se deslocaram empresas de médio e grande porte, que fizeram dessas novas fronteiras um espaço de oportunidades, de investimentos, beneficiando-se em larga escala do financiamento público, seguindo inclusive as prioridades setoriais e locais definidas nos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento) e nos PDAs (Planos de Desenvolvimento da Amazônia).

As narrativas sobre a saga dos migrantes compõem capítulos de uma história, para uns, trágica, para outros, de sucesso, mas todas contemporâneas de uma mesma dinâmica, isto é, a da incorporação de novas terras do norte à economia nacional, com o objetivo de crescimento econômico do País. Os programas de intervenção do Estado e a predominância de certos atores na dinâmica social acabaram por reconfigurar a geografia da região.

Os territórios de municípios como Santarém, Itaituba, Altamira, Marabá e Tucuruí, dentre outros, foram desmembrados, e deles nasceram inúmeros novos municípios para atender processos econômicos e interesses políticos emergentes. Inúmeras cidades surgiram das estratégias deliberadas pelos projetos de desenvolvimento. As cidades fizeram parte, enquanto um componente do planejamento, dos programas governamentais de desenvolvimento, constituindo eixos de referência e apoio à ocupação e integração nacional. Porém, não podemos pensar apenas nas cidades que surgiram a partir dos anos 1960, como as que emergiram no correr da construção da estrada Belém-Brasília (Imperatriz, Açailândia e Paragominas),

6 Os **incentivos fiscais** são recursos públicos destinados pelo Estado a incentivar o financiamento de projetos econômicos, ou seja, são investimentos do Estado visando o crescimento econômico. A SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Legal), o BASA (Banco da Amazônia), ambas com sede em Belém, e a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), com sede em Manaus, foram criadas como instituições federais responsáveis por gerenciar os planos e programas de desenvolvimento regional, e processar a liberação dos Incentivos Fiscais, segundo projetos econômicos aprovados pelos conselhos deliberativos da SUDAM e da SUFRAMA.

ou entre os anos 1970 e 1980, como Redenção, Rondon do Pará, Novo Repartimento, Breu Branco, Medicilândia, Placas, Uruará, Rurópolis, Carajás ou Porto Trombetas, pois tantas outras surgiram “espontaneamente”, formando um conjunto de cidades bastante expressivo. As redes de sociabilidade nas pequenas e médias cidades têm um papel fundamental na articulação do espaço regional.

O movimento de expansão da fronteira foi impulsionado pelo aumento da demanda de produtos agrícolas para mercados nacionais e internacionais de recursos primários, tais como madeira, minério e produtos da agropecuária. Esses recursos naturais alimentaram a economia nacional e continuam até hoje com um papel importante no mercado internacional exportador de matérias-primas e de *commodities*, pois este é um dos setores de base das exportações brasileiras. O balanço, portanto, é positivo pela ótica do desenvolvimento enquanto crescimento econômico. Houve um aumento de produção em vários setores de produtos primários (não industriais), que passaram a atender de forma crescente o mercado exportador, gerando divisas para o país, como era a expectativa do Estado.

No entanto, a natureza, como biomassa, tem sido intensivamente colocada em risco, em prol de programas desenvolvimentistas que difundiram um modelo de integração à economia de mercado com base em um padrão de apropriação e uso da terra altamente predatório. Seria possível pensar em um modelo de desenvolvimento capaz de lidar com a biodiversidade sem destruí-la? Poderia a Amazônia vir a ser uma região com inovação tecnológica adequada ao padrão moderno, mas preservando a floresta tropical? Ou ainda, seria possível aqui o convívio de tecnologias mais avançadas com os conhecimentos de grupos tradicionais sobre os ecossistemas, sem precisar dilapidar sua riqueza biológica nem os conhecimentos milenares sobre os ecossistemas? Essas são algumas das questões de fundo que podem servir ao debate sobre a Amazônia na perspectiva de sua sociobiodiversidade.

Além disso, é importante lembrar que nessa região vive a maior parte dos índios brasileiros. Eles contribuem, junto com outros grupos de população tradicional (quilombolas, ribeirinhos, pescadores, etc.) para a diversidade de saberes sobre os complexos e variados ecossistemas naturais, saberes esses

que lhes garantem produzir as condições de existência material e imaterial, na relação direta com a floresta.

Disciplinas como a História Ecológica e a Antropologia Ambiental nos ensinam que a relação entre homem e natureza pode também promover o enriquecimento dos ecossistemas existentes em dado território, e não apenas destruí-los. Um exemplo interessante é o caso de certas áreas na Amazônia que se destacam por serem extremamente ricas em nutrientes e em biodiversidade, tendo os pesquisadores as associado à longa presença de populações indígenas. Foram encontrados sítios arqueológicos que mostram a antiguidade da ocupação humana nessas áreas, o que confirma, de certa forma, essa hipótese da participação humana na construção da biodiversidade da floresta amazônica. É citado o exemplo da “terra preta de índio”, altamente rica em nutrientes e que coincide com sítios arqueológicos onde foram encontrados muitos objetos da cultura material de índios da Amazônia.

Não é por acaso, portanto, que a noção de desenvolvimento está associada, na literatura acadêmica recente (antropologia, sociologia, etnociência, antropologia ambiental etc.) com as percepções desses grupos étnicos sobre a relação homem x natureza. É uma contribuição milenar que os povos indígenas das Américas trazem ao debate para validar a possibilidade de outros modelos de desenvolvimento fundados em um padrão distinto da relação sociedade x natureza. Essas percepções permitem relativizar o olhar cartesiano da ciência moderna.

7.3 Processos de mudanças e economia na Amazônia

Observa-se, como efeito econômico da dinâmica de avanço da fronteira na Amazônia, o aumento da pressão sobre os recursos naturais antes explorados em outra escala e intensidade. Efetivamente, houve uma mudança na economia regional, com crescimento em vários ramos, aumento do PIB e uma modernização do setor agropecuário, industrial e de serviços. Examinaremos alguns aspectos de atividades econômicas que indicam a relação atual entre desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia.

7.3.1 Agricultura e fronteira

A Amazônia brasileira foi concebida, no seio das elites nacionais, enquanto fronteira de recursos com a qual o capital poderia refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponibilizados. Planejadores governamentais e economistas do desenvolvimento definiram o interesse da intervenção do Estado em um espaço a ser mudado. A fronteira, por ser móvel, se refaz pelas novas dinâmicas dos atores sociais e econômicos. A expansão das frentes pioneiras em direção à floresta tropical era vista como o processo de incorporar novos territórios de recursos e oportunidades ao mercado. Por isso, a fronteira constitui um território que paulatinamente é incorporado ao nacional e global.

Certamente está em jogo a discussão do papel da agricultura e de seus novos arranjos na economia que se moderniza e da sociedade que vive um rápido processo de urbanização. O avanço da *revolução verde* pressionaria a expansão de terras para a agricultura em regiões com vantagens comparativas e, por isso, com possibilidades do desenvolvimento agrícola. A abertura da fronteira em direção ao norte se destinava ao mercado capitalizado, mas também às famílias camponesas do sul e do nordeste do País. O uso dessa disponibilidade de terras constitui parte da estratégia geopolítica nacional colocada em prática, mas sem poder, evidentemente, anular as contradições da propriedade da terra enquanto relação social.

7.3.2 A Pecuária e o avanço da fronteira

O preço da terra é certamente o motivo maior da vinda crescente de pessoas capitalizadas para adquirir terras em novas áreas, como ocorre nesse início de século XXI, por exemplo, nos municípios do oeste do Pará e sudeste do Amazonas. São terras reputadas como de excelente qualidade e propícias à pecuária e à agricultura. Os processos de grilagem vêm acompanhando a capitalização nessas novas áreas, como fundamentais para avaliar a alta rentabilidade das fazendas. Em cada nova fronteira aberta tem-se verificado a predominância da pecuária.

Há uma modernização que se amplia e busca ganhar mercados globalizados, a exemplo de projetos de grandes

pecuaristas do sudeste do Pará. Eles pretendem ganhar mercados com o “selo verde,” ou o “boi orgânico”, como os pecuaristas nomeiam as características mercadológicas de seu gado criado solto no pasto. Agregam, assim, a imagem da Amazônia (verde) ao padrão de criação extensiva. Esses grandes empreendimentos, contendo até 40 mil cabeças de gado, com frigoríficos de alta tecnologia para abate em cadeia, que se integram aos padrões internacionais de medidas, cortes e embalagem especializados, estão direcionando suas negociações para cadeias de supermercados e mercado de *commodities*.

As atividades econômicas voltadas à incorporação de novas áreas para a expansão da produção agropecuária na Amazônia têm relação com a dinâmica econômica de outras regiões no país. Não é possível entender esse processo sem religar com a fronteira consolidada do norte do Mato Grosso, de Goiás, Maranhão e Tocantins, espaço de reprodução de agentes econômicos que se deslocam, capitalizados ou não, à Amazônia. Esses são os fluxos mais recentes, na sequência daqueles que vieram nos anos 1970 e 1980, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Para Margulis (2003), o que conta como atores sociais são justamente os empreendedores modernos na área de fronteira consolidada, pois eles, em si, definem a pressão sobre as novas áreas. Contudo, o fazendeiro continua sendo o ator principal no desmatamento, reatualizando, em áreas novas, a relação madeireiros + grileiros + fazendas.

Atualmente, a pecuária não depende mais, para se expandir, da transferência dos incentivos fiscais, mas o Estado permanece ainda um fator de capitalização, pela privatização de terras públicas através das grilagens e pelos baixos custos sociais e ambientais, que asseguram empreendimentos de reduzido risco econômico. E o que muda então nas novas áreas de fronteira? Há disponibilidade por parte de grupos econômicos em financiar o avanço da fronteira sobre novas terras. A lógica é que eles estão assim dispostos pela alta rentabilidade da pecuária e pela expectativa de venda futura de terras para o agronegócio. Assim, o ciclo do desmatamento se refaz. E, certamente, grupos capitalizados estão investindo também em outros setores, notadamente na mineração. Afinal de contas, essa é a última fronteira de áreas florestais contínuas, não somente do país, mas do mundo – e uma *província mineral*, com extraordinária quantidade de minérios e volume das jazidas.

7.3.3 Dinâmica da expansão da soja

A produção de soja vem expandindo-se dos Estados do Mato Grosso e Tocantins para o Maranhão e o Pará, em um processo de sucessão da terra, que passa da pecuária para a atividade de grãos. Inicialmente foram municípios do sudeste do Pará (Paragominas) e do Maranhão (Balsas), e atualmente do sudoeste, como Santarém, Itaituba e Anapu. Novas frentes chegam a Altamira, e os interesses de sojeiros aparecem no *lobby* para asfaltamento das estradas (Transamazônica e Cuiabá-Santarém) e para o projeto hidrelétrico de Belo Monte.

O interesse pela atividade começou a manifestar-se há cinco anos, por parte de produtores rurais que foram se localizar em municípios da rodovia Cuiabá-Santarém, e pela vinda de médios e grandes produtores rurais de outras regiões do país, atraídos pelo baixo custo da terra e pela potencialidade do solo para a produção de grãos. A fase atual caracteriza-se ainda pela compra de terras, como estoque. Com a presença de novos produtos, como a soja, o preço da terra dispara. Cinco anos atrás, era relativamente fácil comprar terras boas a preços irrisórios em Santarém. Hoje, esse valor multiplica-se várias vezes. Qual a lógica econômica de incorporação de novas terras? A lógica está no mercado, a ênfase na grande propriedade que se forma pela compra ou pela grilagem de terras ou ainda pela compra de terras dos pequenos produtores, colonos de assentamentos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), desanimados pela ausência de infraestrutura mínima para escoar a sua produção.

7.3.4 Madeira e medidas regulatórias

A exploração da madeira permanece como uma das bases da economia dessa região, organizada em um sistema bastante complexo, que articula segmentos e processos tradicionais com os processos mais agressivos na extração de madeira, como o uso da motosserra, e processos industriais de beneficiamento, produzindo-se pequena variedade de produtos, pois a maior parte do parque madeireiro se concentra em produzir tábuas, lambris, laminados e compensados. O crescimento econômico potencial é finalmente pouco aproveitado, o trabalho muito mal remunerado, com grande desperdício de madeira no processo

de transformação, pouca diversificação dos produtos gerados e grau incipiente de industrialização (e de tecnologia), o que leva a agregar valor muito abaixo do que se poderia alcançar em um processo considerado eficiente e com inovação tecnológica.

As campanhas pela paralisação da exploração predatória do mogno no oeste do Pará, nos anos de 2002 a 2004, e depois em outras regiões, conseguiram bons resultados, graças à ação coordenada entre órgãos do governo federal, do governo estadual, atores locais organizados e organizações ambientalistas nacionais e internacionais. Por outro lado, mudanças vêm ocorrendo no sentido de fortalecer a proposta de exploração madeireira na Amazônia de modo comprometido com a sustentabilidade ambiental. Uma das medidas adotadas é o estímulo ao uso da madeira certificada e dos planos de manejo. Nessa situação (e com a particularidade de tratar-se de madeira de uma qualidade como a tropical), tal atividade pode gerar alto valor, o que contribuiria para elevar a economia regional a outro patamar de mercado. A dificuldade esbarra no controle e fiscalização do Estado, permanecendo a exploração e o comércio clandestinos.

O conceito que tem orientado as ações referentes ao setor madeireiro tem sido o de capital natural, com iniciativas de valoração da natureza, e conforme discussões desenvolvidas no âmbito da Economia Ecológica. Mas a atividade madeireira permanece uma questão polêmica, pois tem relação direta também com o avanço do desmatamento, pela forma como é explorada. Trata-se, por isso, de um setor no qual as medidas regulatórias e de controle do Estado são fundamentais.

7.3.5 Desmatamento

Outro impacto do crescimento diz respeito ao desmatamento, que acompanha até hoje o avanço das frentes pecuária, madeireira, agrícola e de mineração. Décadas passadas desde as frentes pioneiras da integração pós-1960, é necessário fazer balanços e procurar entender as novas dinâmicas locais, nacionais e as que se dão na arena internacional. Internamente, elas se tecem justamente no jogo de disputas pelo território, que acaba alterando a cada momento a geografia das regiões. As mudanças na paisagem regional impressionam pela rapidez. As estatísticas oficiais ou as observações a olho nu feitas em

sobrevãos revelam a enorme alteração ocorrida na floresta. É grande o desmatamento, seguindo as áreas abertas pelas estradas, com a expansão das pastagens, empreendimentos madeireiros, de mineração ou nas proximidades das cidades, e o pior é que ele não mostra sinais efetivos de redução. Ainda que as estatísticas oficiais mostrem às vezes uma redução da taxa de desmatamento, isso não significa que este tenha parado.

A Amazônia é um exemplo do processo de desmatamento que ocorre em todo o país. Na última década, o Brasil perdeu 22 milhões de hectares de floresta, grande parte nessa região. Se fizermos um balanço no tempo, constatamos que, do início da colonização até o ano de 1978, os desmatamentos tinham atingido cerca de 15,3 milhões de hectares da floresta amazônica. E de 1978 a 1988 passa a haver, nessa floresta, uma área desmatada de 37,8 milhões de hectares. Em 1990, a área desmatada ali era de 41,5 milhões de hectares, e atualmente segue na seguinte proporção: a cada ano são devastados mais dois milhões de hectares, segundo dados do MMA (Ministério do Meio Ambiente) e do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Apesar de todo o esforço por parte do Estado e de outros atores sociais, de discursos, de regulamentações e de ações fiscalizadoras, a tendência continua sendo a de um contínuo processo de desmatamento na região.

Embora estudos localizados na Amazônia mostrem que o desmatamento tem várias causas, há uma margem de incerteza sobre estas últimas e também sobre quais as estratégias para reduzi-lo a um nível que não comprometa a reprodução dos ecossistemas. Há relação entre desmatamento na Amazônia e mudanças climáticas? Ainda não se sabem as respostas a essa pergunta, de forma precisa, mas há pesquisas em curso. Não se sabe ao certo, também, a capacidade de resiliência da floresta amazônica, considerando toda a sua biodiversidade (plantas, animais...). Foi aprovada, em 2006, uma Lei de Concessão de Florestas Públicas à iniciativa privada, para exploração – certamente com a exigência de apresentação de planos de manejo, mas sobre estes também pairam incertezas de várias ordens, desde o efeito do seu uso até a eficiência e regularidade do controle do Estado no caso.

7.4 Dinâmica de fronteira e conflitos

É necessário avaliar as consequências sociais das mudanças apontadas, os conflitos e as tensões que definiram, de certa forma, a imagem da Amazônia que foi veiculada no mundo como lugar de pistolagem, de trabalho escravo e de mortes políticas anunciadas. Os índices de pobreza e de falta de qualidade de vida em todos os estados do Norte⁷ são graves, e a esse respeito o desafio se coloca à gestão pública, situada no meio de campo dos conflitos⁸. A lista de sindicalistas e de lideranças rurais que foram mortas é certamente inusitada, se comparada às fronteiras abertas anteriormente no país. Todos esses fatos relacionados à violência têm a ver com a forma de ocupação do território, pois resultam da disputa pela terra e pelos recursos, seja por meio legal, como no caso dos assentamentos do INCRA, das terras liberadas pelo Estado para empreendimentos econômicos, das unidades de conservação, das terras indígenas ou dos territórios quilombolas, seja por meio da *grilagem* de novas terras, das práticas ilegais de derrubada da floresta, da ocupação de cursos d'água para garimpagem, ou das ilegalidades praticadas com o uso dos recursos públicos. O processo de ocupação de terras sempre tem sido conflitivo, pois implica disputa de interesses de grupos ou de indivíduos. Daí a necessidade de um Estado atuante para mediar os conflitos, o que não aconteceu na medida necessária nessas décadas analisadas.

8. O ESTADO E OS PROGRAMAS ESTRUTURAIS PARA A AMAZÔNIA

Nos anos 1970, as políticas governamentais não incorporavam os impactos ambientais, pois este problema não fazia parte das preocupações governamentais da época. Os impactos tratados pelas pesquisas nas universidades, por exemplo, se referiam principalmente aos efeitos da abertura

⁷ O IDH dos estados da região Amazônia Legal, nessas últimas décadas, comparativamente aos demais estados do Brasil, revelam uma significativa redução relativa do IDH. Essa redução se faz paulatina, a cada década, dos anos 1970 aos anos 2000.

⁸ Os índices mais utilizados são os que mostram a renda dos indivíduos e a produção da coletividade, que são a renda per capita e o PIB.

da fronteira, dos programas de colonização, da migração, da expansão pecuária e, sobretudo, dos conflitos fundiários, que começavam a surgir na época. A construção da Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada nessa década, desalojou milhares de famílias e inundou vilas, povoados, aldeias, roças e cemitérios. Por isso, acabou desempenhando um papel emblemático na conscientização e mobilização de grupos locais face às mudanças ambientais sentidas no espaço local.

Os principais impactos dos processos de mudança derivam na Amazônia do modelo de desenvolvimento e das políticas estatais, que, junto com grandes projetos de investimento, acabam por redefinir a ocupação do território. O Estado construiu obras estruturais de infraestrutura – estradas, aeroportos, telecomunicações – e criou incentivos fiscais para atrair investimentos privados para setores que foram escolhidos como prioritários. Foram definidas, ainda, áreas para onde os programas governamentais de colonização dirigiram os fluxos de migrantes.

O planejamento e as ações do Estado afirmam o compromisso da integração de mercado com a implementação de políticas de maior abrangência (ou macropolíticas), a exemplo da implantação dos grandes projetos das décadas de 1970 e 1980⁹, dos quais destacamos, em especial:

- 1 - Programa de *colonização dirigida* do INCRA na Transamazônica, voltado à pequena produção familiar;
- 2 - Programa de incentivos fiscais para fazendas de pecuária de médio e grande porte;
- 3 - Construção de grandes eixos rodoviários – a Rodovia Transamazônica (BR-230), a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), a Rodovia Porto Velho-Manaus (BR-319) e a Rodovia Perimetral Norte;
- 4 - Programas de colonização, como o Polamazônia e o Polonoroeste;

⁹ Entre os principais programas de governo, está a Operação Amazônia (1966), que teve sequência no PIN (Programa de Integração Nacional), de 1970. Ambos foram acompanhados de frentes migratórias formadas por pequenos produtores rurais, colonos, fazendeiros de outras regiões, etc., que ocupavam as terras destinadas pelo Estado aos programas de colonização – inicialmente, às margens e ao longo das estradas e, depois, adentrando pelos fundos das terras às vezes já ocupadas por outras frentes, em geral pela grilagem, e por isso esse modelo logrou uma rápida expansão da pecuária.

- 5 - Programa de incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus;
- 6 - Programa Grande Carajás e outros projetos dos complexos minerais;
- 7 - Grandes projetos de investimento em usinas hidrelétricas (Tucuruí e Balbina).

Os projetos de colonização e a formação de estabelecimentos rurais de médio e grande porte estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização e de crescimento econômico. O Estado apostou em implantar o modelo agropecuário adotado em outras regiões. Efetivamente conseguiu, pois a Amazônia se tornou uma grande produtora de carne, notadamente os estados de Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Pará.

Os grandes projetos minerais começaram a operar na década de 1980, depois da primeira fase de instalação. O Programa Grande Carajás, com seus megaprojetos minerais, viabilizou e avalizou, junto ao Estado, a entrega dos recursos minerais ao capital internacional. A Companhia Vale do Rio Doce teve um papel fundamental nas negociações, beneficiando-se de ser uma empresa estatal.

A segunda fase da mineração, no início do século XXI, com os novos empreendimentos instalados no Pará, tem necessariamente de ser submetida a cálculos ambientais que avaliem os impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Mesmo que programas de governo ou empresários não levem suficientemente em conta a legislação e as normas ambientais, há a vigilância do Ministério Público, federal e estadual, e das organizações da sociedade. Foi o que ocorreu no que diz respeito à instalação de projetos minerais em Juruti, no Pará, e no que se refere à polêmica sobre a aprovação pelo governo do Relatório de Impacto Ambiental da Hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, que não contemplava questões fundamentais na avaliação dos impactos de grandes projetos de energia. Entre essas ausências estavam a falta de contabilidade dos impactos sobre o desmatamento e os referentes ao efeito estufa.

Hoje, a contabilidade ambiental confere vários indicadores para medir as emissões de gases que provocam o aquecimento global. Fearnside (2009) considera importante calcular as emissões de gases de efeito estufa de barragens hidrelétricas para orientar a tomada de decisão em investimentos

públicos voltados tanto para a geração de energia como para a sua conservação.

Belo Monte, hidrelétrica prevista para ser construída no rio Xingu, próximo à cidade de Altamira, como mostra o autor citado, está no centro das controvérsias atuais sobre como deveria ser calculada a emissão de gases de efeito estufa de represas. Segundo Fearnside (2009), devido à magnitude e à natureza dos seus impactos, devem ser estimadas as emissões de Belo Monte e das outras quatro barragens. Contudo, são visíveis as dificuldades de avaliação e acompanhamento dos impactos de grandes projetos no meio ambiente por parte dos órgãos públicos, deixando uma responsabilidade enorme para a sociedade em geral.

9 MODERNIDADE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL

Como vimos anteriormente, os anos de 1970 têm as marcas da Conferência de Estocolmo, da publicação do Relatório do Clube de Roma e das lutas sociais importantes que levaram ao desenvolvimento de uma consciência ecológica e a uma percepção da associação entre ecologia e política. Desde então muitas mudanças ocorreram. Nas décadas de 1980 e 1990, os discursos políticos de denúncia dos impactos sociais e ambientais irão progressivamente ser substituídos por uma perspectiva pró-ativa que objetiva pensar modelos e projetos de desenvolvimento a partir do que se tem como dado. Inclui-se aí a intervenção através de políticas, de programas de crédito para financiar o desenvolvimento de micro a médios projetos, de programas de gestão e de educação ambiental, além da participação de atores locais nesse processo, através de diversas modalidades.

Nos anos 1980, a gestão do meio ambiente passa a ser considerada como uma nova função pública, para a qual o Estado deve criar regras e um modo de funcionamento. No Brasil, o IBAMA nasce nesse contexto e com o objetivo de articular políticas e de se responsabilizar por ações antes dispersas em várias esferas da administração pública. Algumas tensões internas ao aparelho do Estado decorriam e decorrem ainda dessa difícil articulação entre esferas de poder e instâncias

de gestão. Quanto à criação do Ministério do Meio Ambiente, representou o reconhecimento da questão ambiental como problema de macropolítica, o que significou o desenvolvimento de uma consciência ecológica produzindo uma relação entre preocupação ambiental e política. Um avanço, pois a Secretaria de Meio Ambiente, que existia havia mais de 20 anos, sempre teve um raio de ação extremamente limitado.

As bases de uma política ambiental começam a se esboçar, mas com aplicabilidade reduzida, justamente por se tratar de políticas transversais que só podem ser realmente efetivas se a área econômica e outras pastas ministeriais forem também ambientalizadas e se ocorrer um processo similar de integração, mas verticalmente, na gestão federativa. Outra dificuldade vem pelo lado da governabilidade, não somente de órgãos ambientais, que ainda têm pequeno alcance, mas em função do rumo planetário que tomou o debate ambiental, tornando-se objeto de decisões em Reuniões e Conferências multilaterais de países, o que passou a implicar uma ordem de governabilidade global.

O ambientalismo é um fenômeno da modernidade e, por isso, é universal. Emerge justamente na esteira do avanço dos processos de globalização e de inovação tecnológica dos sistemas de comunicação. A literatura vem associando os esforços de preservação ambiental da biodiversidade ao debate ético sobre a propriedade desse patrimônio (DESCOLA, 1997; CASTRO, 1997). Os *saberes tradicionais*, ou *conhecimentos tradicionais*, constituem um patrimônio coletivo, mas sobre eles houve e há ainda um enorme debate interpondo os regras do direito constitucional e um novo direito que se instaura pelo confronto de olhares de grupos sociais e étnicos antes sem voz, mas que trazem agora questões polêmicas sobre as quais a atual estrutura jurídica do país não tem como julgar, enquanto direito difuso. A reinvenção do direito fora dos padrões conservadores e positivistas parte de outra noção de justiça (RAWLS, 2002). Quanto a esse aspecto, observam-se muitas mudanças conceituais, com a participação ativa de grupos étnicos, a exemplo dos conceitos de *conhecimentos tradicionais* e de *propriedade intelectual* que foram divulgados na Carta dos Pajés reunidos em São Luis, em 2001.

Movidas pelos preparativos da Eco-92, surgem muitas ONGs no país e na Amazônia. Há uma alta mobilidade dessas estruturas, com desaparecimento e surgimento de novas. Na

década de 1990, avançam os arranjos organizacionais na forma de redes que abrigam associações segundo diferentes modalidades. O crescimento desses mecanismos de participação na Amazônia foi fantástico. Muitas redes foram criadas, reunindo organizações ambientalistas e movimentos sociais, como o Fórum Carajás e as redes de mulheres, de camponeses, de quilombolas, de grupos indígenas, de ribeirinhos e de pescadores, entre outras. Verifica-se ainda a interação dessas estruturas na interface com o Estado, a exemplo do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA).

Afunilando seus canais de intermediação e aprendendo estratégias de funcionamento em rede, essas organizações impressionam pela velocidade com que se articularam para recriar as formas de ação na defesa de interesses e na formulação de um projeto de futuro comum sob outro modo de funcionamento da relação entre sociedade, economia e meio ambiente. Atualmente, acompanhando o debate ambiental que cada vez mais ocorre em esferas de decisão globalizadas, atores locais se deslocam com frequência em espaços locais, nacionais e globais, para discutir e procurar interferir nas decisões relativas à problemática ambiental.

Embora para alguns atores locais a luta ambientalista ressoasse como estranha ao universo das questões sociais (como as sindicais, por exemplo), ela estava posta. No início dos anos 1980, os seringueiros do Acre praticavam os *empate*¹⁰. Os pequenos agricultores rurais de Marabá, por sua vez, realizavam nessa época seus primeiros Encontros para discutir a relação entre agricultura e meio ambiente – inicialmente com muita dificuldade de encaminhamento, por ser dominante a percepção da agricultura familiar como uma das causas do desmatamento (levando-se em conta dados relativos justamente às áreas de colonização), e depois como parte indissociável do debate sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Se o ambientalismo brasileiro em sua vertente amazônica difundiu e politizou os princípios de preservação e de precaução, de valorização da natureza e de biodiversidade e valorizou os saberes de populações tradicionais, o fez com leituras variadas.

¹⁰ Ficaram conhecidas pelo nome de *empate* as ações dos seringueiros do Acre que tentavam impedir o desmatamento dos seringais pelos trabalhadores dos fazendeiros. Nessas ações, os seringueiros ficavam nas áreas, com as famílias, *empatando* o desmatamento.

Essa complexidade de percepções e de formas de apropriação do tema ambiental passou a fazer parte integrante do campo ambiental.

CONCLUSÃO

Como vimos, o tema *desenvolvimento e meio ambiente* constituiu-se como um campo complexo à compreensão. Isto porque, para além do debate acadêmico e de formulação de estratégias e ações governamentais, implica um projeto bem concreto de sociedade. Trata-se de construir um novo ideal de sociedade, na direção de um desenvolvimento que redefina os paradigmas da relação homem x natureza.

Como crescer em um mundo com limites de recursos naturais? Como pensar um modelo alternativo que nos preserve do aquecimento global? Esse é o dilema que nos cerca na atualidade. Somos desafiados a pensar o presente e o futuro, o sonho e a realidade.

A COP-15 (15ª Conferência das Partes sobre o Clima), realizada em Copenhague, na Dinamarca, em dezembro de 2009, era o evento global esperado como um dos mais importantes do ano, justamente em função dos resultados de pesquisas recentes sobre o clima e o aquecimento global e da urgência de decisões e políticas consensuadas no plano mundial. Porém, não conseguiu atender às expectativas. O objetivo era discutir acordos multilaterais ambientais e construir as bases de um tratado que substituísse o Protocolo de Quioto, vigente de 2008 a 2012. A reunião nos mostrou a complexidade do jogo político e da governabilidade global para tomar decisões difíceis, no plano governamental, pois elas esbarram em questões de desenvolvimento, em particular as relativas ao crescimento econômico de cada país. Afinal, quais os países que querem abrir mão da corrida pelo crescimento? Quais os países que podem? Quem se permite desistir da corrida que convoca todos ao consumo? Como se observa, as sociedades atuais têm pela frente o compromisso de enfrentar, de forma clara e objetiva, os problemas sociais e econômicos criados por um desenvolvimento pensado e produzido por outras gerações, no passado.

Cabe registrar, por fim, que o exame da evolução do debate sobre a questão ambiental, como procuramos mostrar,

é bastante revelador das mudanças e das interrelações entre as esferas do local, do nacional e do global. Por isso, também elucida os novos desafios que a problemática ambiental da Amazônia coloca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar. *O Preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem. O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2 ed. Belém: UNAMAZ, 2006.

BRÜSEKE, Franz Josef. *A crítica da razão do caos global*. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

BUNKER, Stephen. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange, and the failure of modern State*. Chicago, EUA: Urbana, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As ideias e seu lugar: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.). *Faces do Trópico Úmido*. Belém: Cejup, 1997.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas em face da globalização e da integração de mercados. In: MATHIS, Armim; CASTRO, Edna; FENZL, Norbert (orgs.). *Estado e políticas públicas*. Belém: CEJUP, 2004.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. In: *NOVOS CADERNOS NAEA*. V. 8, N. 2. Belém: NAEA/UFPA, 2005, p. 5-39.

CHAVES, Daniel. A paradoxal unidade do discurso do desenvolvimento. In: *PAPER DO NAEA*. Belém: NAEA/UFPA, nov. 1997.

COSTANZA, Robert. *Economia Ecológica: uma grande agenda de pesquisa*. In: MAY, Peter; MOTA, Ronaldo Serrôa da (orgs.). *Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

COSTA, Francisco de Assis. *As ciências, o uso de recursos na Amazônia e a noção de desenvolvimento sustentável: por uma interdisciplinaridade ampla*. In: *PAPER DO NAEA*. N. 69. Belém: NAEA/UFPA, 1996.

DESCOLA, Philippe. *Ecologia e cosmologia*. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. (Orgs.). In: *Faces do Trópico Úmido*. Belém: Cejup, 1997.

DIESEL, Vivien. *Leituras sobre a crise do desenvolvimento*. In: *PAPER DO NAEA*. N. 52. Belém: NAEA/UFPA, dez. 1995.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1991.

FEARNSIDE, Philip M. *As Hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa*. In: *NOVOS CADERNOS NAEA*. N. 1, V. 12, Belém:NAEA/UFPA, jun. 2009.

FRANK, André Gunder. *América Latina al margen del sistema mundial; historia y presente*. Santiago, Chile: s. e., 1971.

FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The entropy law and economic process*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1971.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2 ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa II. Crítica de la razón funcionalista*. Madrid, Espanha: Taurus, 1987.

HIRSCHMAN, Albert. *Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo*. In: *EL TRIMESTRE ECONOMICO*. Nº 188.Vol. 47, 1980, p. 1055-1077.

HUNT, Diana. *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*. New York, EUA: Harvester Wheatsheaf, 1989.

HURTIENNE, Thomas. Theories of development, differentiation of the periphery and development strategies of the NICs. In: VÄTH, W. (Org.). *Political regulation in the "great crisis"*. Berlin, Alemanha, s. e., 1989.

IANNI, Octávio. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LIPIETZ, Alain. Cercando os bens comuns globais: negociações sobre o meio ambiente global em uma abordagem do conflito Norte/Sul. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (orgs.). *Faces do Trópico Úmido*. Belém: Cejup, 1997.

MARGULIS, Sérgio. *Causas do desmatamento da Amazônia Brasileira*. Brasília, DF: Banco Mundial, 2003.

OSTROM, Elinor; GARDNER, Roy; WALKER, James. *Rules, games & common-pool resources*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável. O desafio do século XXI*. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamont, 2008.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1989.

Texto 2

CONFLITOS SOCIAIS NO BRASIL NO INÍCIO DO PERÍODO REPUBLICANO

João Tristan Vargas¹

INTRODUÇÃO

No território hoje conhecido como Brasil, inúmeros conflitos sociais ocorreram ao longo do período colonial e durante o Império, envolvendo grupos sociais diversos, como escravos, senhores de terra e trabalhadores livres, assalariados ou não. Na região norte do país, entre 1835 e 1840, uma guerra civil de que participaram dezenas de milhares de pessoas das faixas sociais mais oprimidas virou de pernas para o ar a ordem institucional ali vigente: foi o movimento conhecido como Cabanagem. A partir da década de 1840, quando imigrantes europeus começaram a chegar para trabalhar nas fazendas de café estabelecidas no Sudeste, frequentes conflitos se verificaram entre eles e os fazendeiros que os contratavam. Tais conflitos atravessaram a época do Império e continuaram durante a República.

Conflitos que poderíamos chamar de étnico-sociais (pois envolviam identidades indígenas ou africanas em situações de opressão social) também foram numerosos na história do Brasil. Além dos inúmeros confrontos entre grupos indígenas e não-índios empenhados na escravização e na tomada de territórios, a própria Cabanagem pode ser considerada um desses conflitos de caráter étnico-social, já que em geral os cabanos eram índios, negros ou mestiços movidos pela esperança de melhoria em suas condições de vida. Outros exemplos, bastante conhecidos, são as revoltas de escravos negros (como a insurreição de 1835, em Salvador da Bahia) e as lutas dos quilombolas, de que se tem registro em diversas partes do território nacional.

¹ Doutor em História Social pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e professor do CFI (Centro de Formação Interdisciplinar) da UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará).

Greves de operários e movimentos reivindicatórios de empregados do comércio ocorreram, de forma espaçada, desde pelo menos os meados do século XIX. Em 1857, em Salvador (Bahia) um grupo de carregadores negros, alguns *escravos*, outros não, paralisaram o trabalho para protestar contra uma postura municipal que os prejudicava. Esta provavelmente foi a primeira greve realizada no Brasil. Em 1858, os tipógrafos da cidade do Rio de Janeiro fizeram a primeira greve da categoria no país. Em 1877, carregadores de sacas de café do porto de Santos (São Paulo) pararam por aumento de salário.

Porém, a partir do golpe de Estado de 1889, que deu início ao período republicano, os conflitos sociais, no meio rural ou urbano, intensificaram-se, tornando-se, em certos casos, mais violentos, e alguns dos mais importantes vamos discutir neste texto. Esses conflitos estavam relacionados às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que vinham ocorrendo desde o final do século XIX e que muitos identificavam, na época, como sinais de modernidade e *progresso* do país. Entre essas transformações estava a própria mudança de regime político (de monarquia para república), o crescimento da indústria, a construção de ferrovias pelo interior do Brasil e a remodelação urbana da capital federal na época (a cidade do Rio de Janeiro).

Focalizam-se aqui as primeiras décadas do período republicano (do final da década de 1880 aos anos 1940) porque a construção das bases da forma de cidadania que conhecemos hoje no Brasil é o tema que atravessa todo o texto e, na visão deste autor, foi ao longo desse recorte temporal que tais bases se construíram. Após esse período ocorreram outros conflitos importantes, também relacionados à construção da esfera da cidadania no país. Porém, o texto privilegiou aqueles conflitos que estavam mais diretamente relacionados às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais mencionadas acima.

A maior parte do texto é dedicada ao período da Primeira República porque foi nele que tais conflitos ocorreram. Nos anos que seguiram à instauração da ditadura Vargas, que, ao contrário do que se poderia imaginar, não esteve livre de conflitos sociais relacionados a questões de cidadania, estes, embora tivessem relevantes semelhanças ou analogias com os anteriores, assumiram de modo geral formas bastante diversas deles. O texto se encerra com algumas considerações sobre os direitos trabalhistas decretados durante o Estado Novo e

os debates a seu respeito na atualidade, porque tais direitos permanecem como uma importante referência para a discussão do tema da cidadania na história do Brasil.

1 A GUERRA DE CANUDOS: NUM POVOADO DIFERENTE, REINVENTA-SE O MODO DE VIDA SERTANEJO

O cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro, tinha um certo grau de estudo; escreveu sermões que mostram boa redação e conhecimento de latim. Quando jovem, no Ceará, trabalhou no estabelecimento comercial do pai. Após casar-se, exerceu diversos ofícios, como os de caixeiro e escrivão. O casamento não deu certo, e ele ficou só. Em 1874, com cerca de 40 anos, tornou-se um asceta: deixou de comer carne, passou a jejuar e a peregrinar pelos caminhos do sertão. Em suas andanças, percorreu extensas áreas, em Pernambuco, Bahia e Sergipe. Vestia um camisolão de brim azul (um tecido semelhante ao usado nos *jeans* de hoje) e dormia ao relento. Vivia de esmolas e pregava nas povoações. Como não era padre, seus sermões eram chamados de “conselhos”, e, por isso, passou a ser chamado de Conselheiro. Antônio não era o único leigo a vagar pelo sertão fazendo pregações. A todos os outros que faziam isso o povo também chamava de “conselheiros”. Logo, pessoas começaram a se reunir em torno dele, para ouvir suas pregações e rezar – e o número de seus seguidores aumentou cada vez mais. Há informações sobre plateias de dois mil ou três mil fiéis a ouvi-lo.

No tempo em que viveu o Conselheiro, a religião era, por si só, um dos aspectos fundamentais da vida dos sertanejos nordestinos. Mas, a situação de total desamparo em que a maioria deles vivia os estimulava ainda mais a voltarem-se para a religião, em busca de esperança. Os períodos de seca acentuavam-se cada vez mais, num fenômeno que alguns atribuem à mudança climática provocada pela transformação do meio natural decorrente da ocupação humana. Entre 1877 e 1879, a seca foi avassaladora. Estima-se que tenha causado centenas de milhares de mortes.

O Conselheiro se colocava abertamente a favor da monarquia e contra a forma de governo republicana. Os motivos

para ele ter adotado essa posição estavam relacionados ao fato de o Estado, com a proclamação da República, ter assumido um caráter laico, separando-se da Igreja. Entre as consequências dessa separação estava a possibilidade de o casamento ser apenas um contrato, e não um sacramento. O Conselheiro e parte da população sertaneja viam em mudanças como essa um afastamento em relação a Deus. Essa indisposição com a República, motivada por razões religiosas, era reforçada pelo inconformismo com outras mudanças ocorridas após a alteração do regime político, entre elas a criação de novos impostos. Entre a população pobre do Brasil, era comum as pessoas pensarem no rei como um bom pai, um protetor contra os poderosos.

Contra a República

Trechos de sermões do Conselheiro:

[...] um novo governo [a república] acaba de ter o seu invento [de ser inventado] e do seu emprego [da invenção desse governo] se lança mão como meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião. [...] Todo poder legítimo é emanado da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedecendo ao pontífice, ao príncipe, ao pai, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos. [...] É evidente que a República permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima [...]

[...] ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. Como podem conciliar-se a lei divina e a humana, tirando o direito de quem tem [o rei] para dar a quem não tem [o presidente da república]? Quem não sabe que o digno príncipe o senhor dom Pedro 3º tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? Quem não sabe que o seu digno avô o senhor dom Pedro 2º, de saudosa memória, não obstante ter sido vítima de uma traição a ponto de ser lançado fora do seu governo, [...] que prevalece o seu direito e, conseqüentemente, só sua real família tem poder para governar o Brasil?

[...] o casamento é puramente da competência da santa Igreja, que só seus ministros têm poder para celebrá-lo; não pode portanto o poder temporal de forma alguma intervir neste casamento [...] Assim, pois, é prudente e justo que os pais de família não obedeçam à lei do casamento civil, evitando a gravíssima ofensa em matéria religiosa que toca diretamente a consciência e a alma. [...] O casamento civil é incontestavelmente nulo, ocasiona o pecado do escândalo [...] A República há de cair por terra para confusão daquele que concebeu tão horrorosa ideia. Convençam-se, republicanos, que não hão de triunfar porque a sua causa é filha da incredulidade, que a cada movimento, a cada passo está sujeita a sofrer o castigo de tão horroroso procedimento. [...] (NOGUEIRA, 1978, p. 175-180).

À medida que crescia o prestígio do Conselheiro, os sertanejos o procuravam para ser padrinho de seus filhos. Quem fosse seu afilhado considerava-se também afilhado de Nossa Senhora, de quem ele era devoto. Assim, pouco a pouco foi se formando, na região, uma grande teia de compadrio centrada no Conselheiro. Os laços entre padrinho e afilhado, na época, estavam entre os mais importantes que poderiam existir entre duas pessoas, pois pressupunham proteção, de um lado, e fidelidade, do outro.

Em geral, as famílias abastadas da região também prestigiavam o Conselheiro, comparecendo a suas pregações e convidando-o a suas casas. Havia mesmo algumas pessoas de posses que vendiam seus bens e passavam a seguir Antônio em suas peregrinações. Contudo, um dos maiores latifundiários locais, o barão de Jeremoabo, colocava-se contra ele, recriminando-o por declarar oposição à República.

Muitos padres e autoridades civis desconfiavam do Conselheiro, considerando-o um fanático. Porém, consideravam-no útil, pois mobilizava os sertanejos para reparar ou construir igrejas, cemitérios e açudes - de graça. Às vezes, até lhe pediam que fizesse isso em suas localidades. Entre as pessoas que realizavam esses trabalhos, muitos o faziam como um ato de penitência. Assim, para a Igreja Católica e o governo, a ação do Conselheiro representava economia de gastos.

Em 1893, novos impostos haviam sido baixados. Na porta de cada câmara municipal, era colocada uma tábua na qual se afixava o edital que anunciava a cobrança do tributo. A região vinha sendo atingida por terríveis e sucessivas secas, e a maior parte de seus habitantes enfrentava grande carência de meios de subsistência. Assim, a medida provocou forte descontentamento. Nesse momento, Antônio colocou-se abertamente contra as autoridades governamentais, liderando manifestações contra os tributos em cinco municípios. No protesto, os manifestantes queimavam a tábua com o edital dos impostos. Essa forma de protesto popular não era nova: havia ocorrido no Nordeste na época da monarquia. Depois das manifestações, uma tropa estadual, formada por 30 policiais, chegou para prender os seguidores do Conselheiro, mas foi derrotada.

A partir daí, Antônio decidiu interromper sua peregrinação. Estabeleceu-se com seu grupo no interior do estado da Bahia, numa das margens do Vaza-Barris, numa área cercada por uma grande curva desse rio e por numerosos montes. Bem distante das áreas mais povoadas, o local era uma fazenda abandonada, ocupada por um diminuto povoado, chamado Canudos. Ali o Conselheiro fundou o arraial de Belo Monte, que se sobrepôs ao já existente. Apesar do novo nome, o povoado continuou a ser conhecido como Canudos, denominação de uma planta em forma de tubo que crescia na beira do rio.

1.1 A vida em Canudos

A região onde se localizava o arraial é seca, e o rio que corre por ali é intermitente (só tem água três meses durante o ano). Apesar disso, o local permitia a atividade agrícola e a pecuária, e provavelmente por isso é que havia sido escolhido: plantavam-se gêneros como mandioca, feijão, milho, batata, cana-de-açúcar, abóbora e melão, e se criavam cabras e carneiros. Os rios ali são intermitentes. Assim, em Canudos, faziam-se cacimbas: quando o rio secava, escavavam-se de três a quatro palmos de terra, e do local esperava-se emanar a água, que era empregada no cultivo. Quanto ao couro que ali se produzia, era, segundo acredita Nogueira (1978), levado a Juazeiro, dali enviado a Salvador, de onde era exportado para o exterior. Para esse estudioso, a fabricação do couro ocupava a maior parte da

população canudense, e a venda desse produto seria a principal fonte de renda do arraial.

De modo geral, a terra na povoação era considerada propriedade comum. Mesmo assim, havia diferenças sociais entre os moradores de Canudos. A maioria chegava com muito pouco ou quase nada, e os recém-chegados doavam a maior parte do que possuíam para uma caixa comunitária. Mas, para diversas pessoas, mesmo tendo feito essa doação, ainda sobrava algum dinheiro, além de outros bens. Havia também os antigos moradores do local, alguns dos quais tinham fazendas ou pequenos negócios. Representantes do arraial percorriam a região pedindo doações em roupas, alimentos ou dinheiro, que eram levadas a Canudos e lá distribuídas aos que delas precisavam. Apesar de a grande maioria de seus seguidores ser muito pobre, o Conselheiro não pregava a igualdade social. Sua visão a respeito correspondia à concepção católica tradicional. Num de seus sermões, ele aceitava a existência de ricos e pobres, afirmando, porém, que os primeiros deviam ajudar os últimos, por meio da caridade.

Um padre mantinha residência no arraial, ali chegando a cada quinze dias, para realizar os rituais católicos. O povoado contava com uma professora para educar as crianças. Havia também um homem que tratava os doentes com plantas medicinais e rituais: um pajé da etnia tuxá. Muitos dos habitantes de Canudos eram índios, principalmente das etnias kiriri e kaimbê, ou ex-escravos.

O arraial era protegido por uma força de entre 1.000 e 1.200 homens uniformizados. Algumas mulheres também faziam parte da tropa, que tinha um comandante geral e vários subcomandantes. A comunidade tinha ainda um chefe civil.

Com a formação de Belo Monte, diversas localidades da região se despovoaram, e muitos dos trabalhadores das fazendas próximas deixaram-nas e foram para lá. Além disso, os índios que moravam no arraial vinham de antigos aldeamentos criados por jesuítas, e seu trabalho, antes de se fixarem em Canudos, era explorado por fazendeiros. Toda essa migração para Belo Monte provocou grande escassez de mão de obra. Por isso, os latifundiários locais, que antes da fundação do arraial toleravam o Conselheiro, passaram a exigir que as autoridades dessem fim ao povoado.

1.2 A guerra

À medida que a população de Canudos cresce, a preocupação dos latifundiários muda: passam a temer que os pobres de Canudos invadam e tomem suas terras (coisa que nem sequer era cogitada pelo Conselheiro ou seus seguidores). As coisas estão nesse pé quando, em outubro de 1896, um carregamento de madeira que deveria ter sido entregue no arraial não chega. O material havia sido comprado pelos canudenses na cidade de Juazeiro, destinando-se à construção do telhado de uma das duas igrejas do povoado. Um juiz local, antigo desafeto do Conselheiro, tinha convencido o negociante a não fazer a entrega.

O Conselheiro decide mandar buscar a madeira. Surge o boato de que os sertanejos fariam isso com violência, saqueando o comércio. Entre os estudiosos do assunto, alguns admitem ter existido alguma intenção de violência, e outros a negam taxativamente. O juiz pede ajuda ao governo estadual, que em novembro de 1896 envia uma tropa composta por cerca de 100 homens.

Os soldados acampam na localidade de Uauá, distante mais de 100 quilômetros de Canudos, para onde deveriam se dirigir em seguida. Ao clarear o dia, chega ali uma procissão de talvez uns mil homens, cantando hinos religiosos, com uma bandeira do Divino e uma grande cruz à frente. São os canudenses em busca da madeira. Assustados, os sentinelas atiram, o que provoca o início de um combate. A multidão avança para o acampamento. Suas “armas” são apenas instrumentos de trabalho, como chuços e foices, e algumas velhas espingardas. Cerca de 150 sertanejos caem mortos. Do lado da tropa estadual, morrem 10. Os sertanejos acabam abandonando o local. Os soldados estão exaustos e espantados com o ímpeto e a tenacidade com que os canudenses lutaram, e seu comandante decide voltar para Juazeiro.

A notícia da batalha corre, surgem boatos de que o Conselheiro pretendia massacrar os republicanos da região, e os mais abastados começam a entrar em pânico. Enquanto isso, ainda em janeiro de 1897, uma segunda expedição, composta por forças estaduais e federais, com cerca de 600 homens, dirige-se a Canudos. Torna-se evidente para os habitantes do arraial que uma guerra está iniciando-se, e eles pedem que

amigos e parentes mudem para o povoado e o defendam. Eles o comparam à Arca de Noé num mundo fadado à destruição. A migração para lá é imensa, e Canudos cresce ainda mais. Seus habitantes chegam a 25 ou 30 mil.

A segunda expedição é derrotada. Prevenidos, os canudenses fizeram emboscadas durante o trajeto dos soldados, que acabaram totalmente cercados e recuaram. Diante da resistência do arraial, o Conselheiro começou a ser visto, nos grandes centros urbanos do país, como o líder de um forte movimento pela restauração da Monarquia. Contudo, os historiadores são unânimes em afirmar que a única intenção dos canudenses em sua luta era manter seu modo de vida.

Sem condições de reunir maior força militar para enfrentar os canudenses, o governador pede ajuda ao governo federal, que envia uma terceira expedição, com 1300 homens e 6 canhões. Canudos é atacado em março de 1897. Essa força também é derrotada. Seu comandante, o prestigiado Coronel Moreira César, conhecido por mandar degolar seus prisioneiros, é morto em combate. Ao saber de sua morte, os soldados entraram em pânico e fugiram desordenadamente, abandonando o armamento e tudo que pesasse demais durante a fuga.

As armas e munições abandonadas foram apanhadas pelos canudenses. No decorrer do conflito, eles passaram a atacar carros de boi que transportavam munição e alimentos para o exército. Os sertanejos levavam a munição e deixavam a comida, que consideravam impura, por ser “republicana”. Também atacam algumas fazendas, pertencentes a inimigos de Canudos.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, quando chega a notícia da derrota da força federal, violentas manifestações públicas e toda a imprensa republicana passam a exigir que o presidente Prudente de Moraes esmague Canudos. Com base apenas em suposições (erradas), a imprensa acusa o Conselheiro de receber dinheiro dos monarquistas, e um dos líderes dessa vertente política, o coronel Gentil de Castro, acaba assassinado por um grupo de militares.

Os chamados “jacobinos”², grupo formado por indivíduos de classe média, muitos deles militares, eram os mais exaltados opositores de Prudente de Moraes, acusando-o de falta de “pulso”. Para mostrar firmeza na defesa da República, abalada pouco tempo antes pela Revolução Federalista e pela Revolta da Armada, o presidente faz de tudo para acabar com Canudos. É enviada uma quarta expedição, composta por cerca de 10 ou 12 mil homens, na maior parte do exército, mas também pertencentes a forças dos estados da Bahia, São Paulo, Pará e Amazonas. O número de soldados equivalia a quase a metade do exército brasileiro. Acompanhavam-nos 17 canhões, puxados por bois. Os combates iniciam-se em junho de 1897.

Durante algumas semanas, os canudenses ficaram em vantagem: usando táticas de guerrilha, escondendo-se e deslocando-se de um ponto a outro rapidamente, conseguiram causar pesadas baixas ao inimigo, que, empregando táticas de guerra convencionais, ficava exposto aos ataques. Contudo, as forças governamentais são muito superiores. O Conselheiro morre em setembro. No início de outubro, querosene é jogado na área do povoado, que ainda resistia, e bananas de dinamite explodidas a seguir, queimando casas e pessoas. Canudos resiste tenazmente até o dia 5 de outubro de 1897. Dois dias antes, representantes do arraial pedem uma trégua para entregar cerca de 300 mulheres, crianças e velhos, doentes e feridos. No final da guerra, cerca de 800 prisioneiros foram degolados pelos soldados. Ao todo, morreram 910 militares e a maior parte dos milhares de habitantes do arraial.

Encerrado o conflito e conhecida a realidade sobre Canudos e os métodos empregados para o extermínio de seus habitantes, os militares caem em descrédito. Sua presença na política se retrai por longos anos.

2 A REVOLTA DA VACINA: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E RESISTENCIA CULTURAL NO RIO DE JANEIRO

² Os **jacobinos** foram assim chamados por comparação com o grupo político de mesmo nome que, durante a Revolução Francesa (século XVIII), estavam entre os mais radicais.

Em 1904, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro uma violenta revolta popular. No confronto com as forças do governo, até barricadas foram construídas. O que ocasionou o movimento foi a vacinação contra a varíola, que pela primeira vez era praticada de forma obrigatória no país.

2.1 As Condições sanitárias da cidade, no início do século XX

No início do século XX, a capital federal estava infestada por doenças transmissíveis. Havia um intenso comércio de ambulantes e quiosques nas ruas e no porto, e boa parte da população aglomerava-se em habitações precárias, como cortiços e favelas. Tudo isso multiplicava as possibilidades de contágio por vírus e bactérias, que se reproduziam praticamente sem controle devido às péssimas condições de higiene da cidade.

Como em outras grandes cidades do mundo na época, era muito reduzida a rede de esgotos no Rio de Janeiro. Dela estavam excluídos os mais pobres. Água em torneiras, dentro de casa, era coisa para poucos. Para obter o líquido, em geral era preciso buscá-lo no chafariz público, em poços, cisternas ou bicas.

Além da varíola, havia a malária, a febre amarela, a cólera e até a peste bubônica. Essas moléstias, ocorrendo na própria capital brasileira, eram um risco para a elite que ali vivia. No verão, para fugir do contágio, as famílias ricas partiam rumo a Petrópolis, cidade localizada na serra próxima à baía da Guanabara. As doenças também manchavam a imagem do país e desestimulavam a vinda de imigrantes europeus, numa época em que a cultura do café, embora às voltas com uma crise de superprodução, continuava a exigir cada vez mais braços. Eram um desestímulo também para os investimentos estrangeiros e, por essas razões, vistas como um entrave à economia do país. Diante disso, o presidente Rodrigues Alves (importante cafeicultor paulista), ao assumir em 1902, tomou providências para sanear a cidade. Ao mesmo tempo, deu início a uma profunda remodelação urbana, para modernizar a capital e torná-la um local mais saudável, de acordo com a concepção de saúde da época.

2.2 A remodelação urbana e as condições de vida dos mais pobres

Naquele tempo, era o governo federal que designava o prefeito do Rio de Janeiro, e para esse cargo o presidente nomeou, em 1903, um prestigiado engenheiro civil: Pereira Passos. Ele ficaria responsável pela reforma urbana, que previa eliminar muitas das ruas estreitas que caracterizavam o Rio na época e construir no lugar amplas avenidas e modernos edifícios públicos. Além de facilitar a circulação e embelezar a capital, o objetivo da reforma também era favorecer a saúde, tornando a cidade mais arejada. Com esses fins, foram demolidas centenas de edifícios (incluindo numerosas construções do período colonial).

As demolições, que o povo chamava de “bota-abaixo”, produziram um grande problema social. Os mais pobres, que eram a grande maioria dos atingidos, tiveram que deslocar-se para locais mais distantes, amontoar-se em moradias ocupadas por outras famílias – ou construir barracos nos morros da cidade. A partir daí, as favelas, que até então ocupavam apenas pequenas áreas, começaram a crescer como nunca.

Para sanear a cidade, foi indicado, também em 1903, um médico jovem mas altamente qualificado: Osvaldo Cruz. Ele passaria a chefiar a Diretoria Geral de Saúde Pública, órgão responsável pelo combate às doenças no município e no país. O extermínio de ratos, mosquitos e cães vadios, de um lado, e a vacinação, de outro, foram as principais medidas adotadas. Brigadas de homens apelidados de “mata-mosquitos” passaram a percorrer as ruas, enquanto outros exterminavam ratos, e vacinadores batiam à porta das pessoas.

Agindo de acordo com a vontade do Poder Executivo, o Congresso Nacional aprovou em março de 1904 uma lei que dava amplos poderes às autoridades sanitárias. Os fiscais da Saúde poderiam entrar nas casas e recolher tudo que fosse considerado prejudicial à higiene. As autoridades também poderiam determinar a demolição de construções sem que seus moradores ou proprietários pudessem recorrer à justiça comum contra a decisão. O objetivo era derrubar habitações consideradas inadequadas à saúde (como os cortiços que não permitiam boa circulação do ar).

2.3 A recusa da vacina

Na capital e em diversas partes do país, muitas pessoas se recusavam a receber a vacina. Diante disso, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei para tornar obrigatória a vacinação. Em outubro de 1904, a lei foi aprovada.

Na época, não havia consenso entre os médicos sobre a maneira como as doenças infecciosas se propagavam. Muitos não aceitavam, por exemplo, a ideia de que o mosquito fosse transmissor da febre amarela, e um grande número de pessoas, incluindo algumas das mais cultas do país, avaliavam que a vacina contra a varíola, em vez de imunizar o indivíduo, podia transmitir a própria doença. Assim, as práticas adotadas por Oswaldo Cruz para o combate às moléstias infecciosas foram fortemente criticadas nos meios políticos e na imprensa. Em discurso no Senado, Rui Barbosa disse:

Assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme. Logo não tem nome, na categoria dos crimes do poder, a violência, a tirania, a que ele se aventura, expondo-se, voluntariamente, obstinadamente, a me envenenar, com a introdução, no meu sangue, de um vírus, em cuja influência existem os mais fundados receios de que seja condutor da moléstia, ou da morte. (NOSSO SÉCULO, 1985, p. 54.)

Entre os que protestavam contra as medidas do governo, estavam os positivistas, vários políticos da oposição, diversos militares e líderes operários. O tenente-coronel Lauro Sodré, que era senador, chegou a fundar uma entidade chamada Liga Contra a Vacinação Obrigatória.

2.4 A revolta

Em 10 de novembro, o dia seguinte à regulamentação da lei sobre a vacina, começam a ocorrer choques entre a população e a polícia, encarregada de fazer cumprir a medida. Os ajuntamentos estavam proibidos, e policiais a cavalo atacam as

aglomerações de descontentes que se formam espontaneamente aqui e ali. Há numerosas prisões.

Ao longo dos dias seguintes, o movimento cresce. Há cada vez mais manifestantes nas ruas. Para se defenderem da polícia, viram bondes e carroças, amontoam paralelepípedos e outros materiais – e constroem barricadas. Rolhas são jogadas para que os cavalos da polícia escorreguem.

No dia 15 de novembro, data da proclamação da República, oficiais do exército e alunos das duas escolas militares da capital (a do Realengo e a da Praia Vermelha) tentam dar um golpe para derrubar o presidente Rodrigues Alves. Entre outros motivos, eles estavam descontentes com a perda do espaço que os militares tinham no início da República, e havia tempos vinham conspirando para derrubar o governo. Contudo, o movimento fica restrito às escolas, e é derrotado pelas forças governistas, que chegam a bombardear os rebeldes.

Enquanto isso, a revolta da população contra a vacina prossegue. Porém, diante dos acontecimentos, o governo argumenta que essa revolta era uma preparação para a tentativa de golpe dos militares, o que se torna uma forte justificativa para o presidente, no dia 16, pedir ao Congresso – e obter – a decretação do estado de sítio. Essa medida suspende as garantias constitucionais para as liberdades civis e assim permite reprimir com mais facilidade a revolta popular. Os revoltosos combatem com grande tenacidade, mas acabam sendo derrotados. No final, são muitos os mortos e feridos.

2.5 As razões da revolta

Há várias explicações sobre o que ocasionou a Revolta da Vacina. Os historiadores do tema concordam entre si quanto aos seguintes motivos para a insatisfação da população mais pobre: a alta do custo de vida na época, a falta de empregos, o agravamento das condições de moradia resultante do “bota-abaixo” e o fato de a vacina ser aplicada mesmo contra a vontade das pessoas, com auxílio de força policial.

Além dessas razões, alguns estudiosos apontam outras, que continuam a ser discutidas. O historiador José Murilo de Carvalho enfatiza, entre as motivações, uma questão de ordem moral. Como a injeção era aplicada no braço, as mulheres

tinham de levantar as mangas de suas roupas, o que na época muitos consideravam uma ofensa à honra do marido ou do pai (Carvalho, 1987).

Outro historiador, Sidney Chalhoub (Chalhoub, 1996), cita evidências de que a revolta pode ter tido um motivo ligado à religião. Muitos dos que praticavam cultos de origem africana acreditavam que se uma doença ocorria era porque não haviam sido cumpridos os deveres para com certas entidades, como Omulu, também conhecido como Obaluaiê, do candomblé. Segundo essa religião, é Omulu que traz os cereais para as pessoas, e é ele também que faz surgir os “grãos” da varíola na pele. Assim, na visão dos adeptos do candomblé da época, a varíola, sendo causada por um ser sobrenatural, deveria ser curada por meio de certos rituais, que reconciliariam a pessoa com a entidade. Nesse modo de pensar, como a moléstia seria uma punição, interferências no seu desenrolar (como a vacina) teriam como resultado não a melhora na saúde da pessoa, e sim a piora no seu estado.

Uma das evidências, apontadas por Chalhoub (1996), de que essa pode ter sido uma importante motivação para a revolta, é que a maior resistência popular, durante o movimento, ocorreu justamente nos bairros onde, antes do “bota-abaixo”, localizava-se a maioria dos terreiros de candomblé, desalojados juntamente com a demolição dos cortiços pelo poder público.

3 A GUERRA DO CONTESTADO: NOVAS FORMAS DE VIVER NO SERTÃO DO SUL³

Até o início do século XX, uma vasta área entre a porção norte de Santa Catarina e o Paraná era disputada por esses dois estados e mesmo pela Argentina, país com o qual a região faz fronteira. Por essa razão, o território era chamado de Contestado. Era grande a rivalidade entre os grupos dominantes nos dois estados. Em certos trechos do Contestado ocupados por Santa Catarina, era comum tropas paranaenses atacarem povoações para afugentar as autoridades catarinenses e anular o que elas

³ Todas as informações a respeito da Guerra do Contestado utilizadas aqui foram obtidas em Machado (2004).

tivessem determinado, como a transferência de propriedades e até casamentos.

Nessa região e proximidades, ocorreu um prolongado conflito que envolveu milhares de habitantes pertencentes às camadas mais pobres da sociedade e durou de 1912 a 1916. Por ter ocorrido ali, esse conflito ficou conhecido como Guerra do Contestado, mas suas principais motivações *não* estão ligadas à disputa entre os dois estados.

3.1 O ambiente geográfico e as relações sociais

A área do Contestado era habitada por índios desde muito tempo. Porém, sua ocupação por uma população não índia, formada por mestiços de negros, indígenas e brancos de origem nacional, era relativamente recente: ocorreu nas últimas décadas do século XIX. Havia também imigrantes alemães, poloneses e ucranianos.

A vegetação nativa era composta muito mais por matas e campos de erva-mate do que pelas pradarias características do sul do Brasil. As áreas com bons pastos, muito procuradas pelos grandes criadores de gado, situavam-se mais na porção sul de Santa Catarina (em torno da cidade de Lages, por exemplo), onde as terras eram ocupadas por grandes fazendeiros. Devido a isso, a população na parte sul do estado era formada em grande parte por peões e agregados, inteiramente submetidos ao poder dos “coronéis”.

Como observa o historiador Paulo Pinheiro Machado, na região do Contestado, a menor presença de pastos e a existência de terras devolutas, que ainda podiam ser ocupadas, contribuíram para que ali vivesse uma população muito menos submetida ao coronelismo e formada em grande parte por pequenos posseiros e sitiantes donos de suas terras. Essa população, que tinha na cultura do mate um de seus principais meios de vida, tinha vindo, em sua quase totalidade, do Paraná, mas em geral preferia que a região viesse a pertencer ao estado de Santa Catarina. A razão da preferência era o desejo de escapar ao poder dos coronéis paranaenses, que avançavam cada vez mais sobre as posses dos sertanejos.

3.2 A república e o poder dos coronéis

Na época, a transformação do Brasil em república ainda era muito recente. Muitos habitantes da região achavam que essa não havia sido uma mudança positiva. Um dos motivos dessa avaliação era o fato de que a mudança política havia reforçado o poder dos “coronéis”, isto é, dos grandes fazendeiros. É que, com a formação da república federativa, as províncias, transformadas em estados, passaram a ter grande autonomia em relação ao governo federal. As terras devolutas e o direito de criar leis sobre elas passaram para os estados. Isso facilitou a apropriação dessas terras pelos “coronéis”: afinal, a maior parte dos representantes eleitos nos congressos estaduais estavam ligados a esses grandes proprietários.

Os grupos políticos dominantes nos governos estaduais apoiavam-se no poder dos “coronéis”. Com apoio dos governos estaduais de Santa Catarina e Paraná, os coronéis dominavam os municípios pertencentes a esses estados e procuravam se apropriar das terras ocupadas por posseiros e sitiantes, em busca de pastos e da erva-mate, o principal gênero exportado pela região.

Para se ter uma ideia do poder dos latifundiários nos municípios catarinenses, basta mencionar a lei criada em Lages, em 1904, a qual classificava como zona de pecuária todas as terras localizadas numa faixa de até 6 quilômetros depois das áreas efetivamente ocupadas pela criação de gado. Apoiados nessa lei, os pecuaristas deixavam o gado pastar nas terras próximas a suas propriedades, mesmo que estivessem ocupadas por roças feitas por sertanejos, situadas naquela faixa.

3.3 A ferrovia: duro golpe nos meios de vida dos sertanejos

A situação dos habitantes mais pobres da região complicou-se ainda mais quando uma ferrovia começou a ser construída ali. A estrada de ferro tinha início no estado de São Paulo e deveria chegar ao Rio Grande do Sul. Estava a cargo da Brazil Railway, empresa estadunidense que, como parte do contrato com o governo federal, recebeu uma faixa de terras com largura de até 15 quilômetros em cada lado da linha, para utilizar em projetos de colonização. Ela tinha como subsidiária

a madeireira Lumber. Enquanto a primeira construía a linha de trem, a outra explorava a madeira da região e loteava as terras para vendê-las a imigrantes. O problema é que grande parte dessas terras já estava ocupada por habitantes da região, que na maioria não possuíam títulos de propriedade e que, entre outras atividades, extraíam o mate em ervais ali existentes. Essas pessoas foram pouco a pouco expulsas por homens armados a serviço da madeireira.

Em 1910, foi concluído o trecho da ferrovia que cortava a região do Contestado, indo de União da Vitória, cidade paranaense às margens do rio Iguaçu, até Marcelino Ramos, município gaúcho próximo ao rio Uruguai. A ferrovia trouxe outro grande problema para a população local. Até ser construída, havia na região um intenso movimento de tropas de mulas, que faziam o transporte de praticamente tudo que era comercializado ali. Essa atividade fornecia meios de vida a muita gente, que trabalhava em atividades como a condução e criação de muaras e o comércio ao longo das trilhas por onde passavam os animais. Quando os trens começaram a se deslocar pela estrada de ferro e a concorrer com os tropeiros no transporte de passageiros e mercadorias, um número muito grande de pessoas ficou sem ter do que sobreviver. A elas somaram-se os que haviam sido empregados na construção da ferrovia e que, depois de terminarem os trabalhos, também perderam seus meios de sobrevivência. Para Machado (2004), é provável que a maior parte desses trabalhadores fosse da própria região, e não de outras, como acreditavam diversos estudiosos.

3.4 Os “monges” do Contestado: o primeiro e o segundo João Maria

Desde a década de 1840, ouvia-se falar, na região, de um personagem envolto em mistério: o “monge” João Maria, que percorria os sertões com um cajado, roupas simples e um boné feito de couro de jaguatirica. Fazia pregações, profecias e curas e não comia carne. De acordo com o historiador Oswaldo Cabral (CABRAL, 1979, apud MACHADO, 2004), houve na verdade dois homens que apareceram na região um depois do outro e ficaram ambos conhecidos como João Maria. Nenhum deles pertencia ao clero.

O primeiro, de origem italiana, era bem recebido pelos padres católicos, os quais viam nele alguém que (como Antônio Conselheiro no início) poderia ajudar a reforçar a fé dos sertanejos. Nunca mais foi visto, desde 1870. A partir de 1890, apareceu o segundo, que alguns acreditam ter origem síria e haver chegado ao Brasil vindo da Argentina. Era parecido com o primeiro e agia de modo muito semelhante a ele, erguendo cruzeiros em certos locais e apontando fontes de “água santa” que se acreditava ter poder curativo. Como no caso do primeiro João Maria, onde o segundo “monge” aparecia sempre se formava um ajuntamento de pessoas em busca de bênçãos e curas. Tanto um como outro permaneciam pouco tempo em cada local, para evitar que essas aglomerações crescessem.

Contudo, havia importantes diferenças. O segundo João Maria declarava-se contra a República e pouco se submetia ao clero, com quem costumava entrar em atrito, principalmente pelo fato de batizar crianças. Esse ato era visto pelos padres como intromissão inaceitável numa atribuição que consideravam exclusiva do clero. Os atritos ocorriam também porque, a partir do final do século XIX, o clero da região passou a ser formado cada vez mais por imigrantes alemães, italianos e poloneses. De orientação mais rígida que os padres nacionais, eles se espantavam, por exemplo, com o pequeno comparecimento da população às missas e toleravam muito pouco as práticas do catolicismo popular da região, como as festas dedicadas a santos.

3.5 O “monge” José Maria

Cerca de 1908 ou 1910, João Maria deixou de ser visto. Em 1912, surge um terceiro “monge”: José Maria, que alguns acreditavam ser irmão de João Maria. Segundo testemunhos da época, além de se dedicar às práticas religiosas, ele tinha grande conhecimento de ervas medicinais, sendo muito procurado pela população local em busca de tratamento para problemas de saúde. Contudo, nesse momento ainda não chegava a ser considerado um santo, como João Maria.

3.6 O primeiro ajuntamento sertanejo em torno de José Maria

Em agosto de 1912, José Maria compareceu a uma festa do Bom Jesus no povoado de Taquaruçu, às margens do rio de mesmo nome, convidado por líderes de povoações locais, que costumavam atuar como festeiros. O arraial formado para a festa continuou em pé depois que ela terminou. Atraídas pela presença do “monge” ali, muitas pessoas continuavam a chegar. Entre elas, grande parte era de sertanejos expulsos pela madeireira e pela ferrovia estadunidenses, que não tinham para onde ir. Muitos também estavam lá para aguardar o retorno do mítico “monge” João Maria.

O coronel Albuquerque, superintendente (o cargo correspondia ao de prefeito, na época) do vizinho município de Curitibaanos, mandou que José Maria fosse à sua presença, com o pretexto de que um doente de sua família precisava de tratamento. Na verdade, o coronel pretendia esclarecer o que estava ocorrendo: segundo alguns, ele acreditava que o “monge” podia estar aliado a um coronel opositor. De acordo com relatos da época, José Maria respondeu que Albuquerque é que devia se dirigir a ele, visto que a distância entre os dois era a mesma. Irritado, o superintendente telegrafou ao governador de Santa Catarina, seu compadre, dizendo que em Taquaruçu havia sido proclamada a monarquia e formado um governo provisório.

3.7 A transferência do arraial e o primeiro confronto

É improvável que o governador tenha acreditado na fantástica mensagem. Como vimos no caso de Canudos, a visão tradicional do rei como um pai protetor era frequente entre os mais pobres. Pelo que se contava na época, a monarquia havia sido mencionada (como “lei de Deus”, em conformidade com a visão de João Maria) apenas num desafio de repentistas durante o festejo. Contudo, a insubordinação dos sertanejos de Taquaruçu era motivo suficiente para dar fim ao ajuntamento. Tropas estaduais e federais foram enviadas.

Para evitar um confronto, José Maria, acompanhado de cerca de 40 homens e mulheres, abandonou o local e se dirigiu à região do Irani, onde o grupo se fixou. Próxima dali, a região

fazia parte de uma área que o Supremo Tribunal Federal havia atribuído a Santa Catarina, mas que ainda estava sob domínio do Paraná. Os governantes dali imaginaram que os sertanejos tinham ido para lá por terem sido enxotados pelo governo catarinense. Para as autoridades paranaenses, isso teria sido feito para fornecer um motivo para as tropas federais se dirigirem ao local e colocarem em execução a sentença do Supremo favorável a Santa Catarina. Com base nessa suposição, o governo do Paraná enviou tropas ao Irani.

Diante da ameaça, José Maria decidiu dispersar os sertanejos, mas as tropas paranaenses atacaram o ajuntamento antes que isso fosse possível. No combate, que se deu em outubro de 1912 e envolveu cerca de 200 sertanejos e 64 soldados, morreram José Maria e vários seguidores, mas as forças do governo foram derrotadas, e seu comandante, morto.

3.8 Novas instituições no Contestado: a vida no reduto sertanejo

Depois desse combate, começou a tomar forma, entre os sertanejos que se haviam reunido em torno do “monge”, um conjunto de ideias e instituições novas. Eles começaram a considerar José Maria como um santo, que retornaria à terra junto com um “exército encantado” comandado por São Sebastião, do qual fariam parte os sertanejos que haviam perdido a vida no combate do Irani.

No povoado de Perdizes, um ano após a morte de José Maria, uma menina de 11 anos chamada Teodora, neta do médio fazendeiro Eusébio Ferreira, um dos festeiros que haviam chamado o “monge” para a festa de Bom Jesus, começou a narrar sonhos e visões nos quais ele aparecia. Ela dizia que todos deveriam ir à região de Taquaruçu para esperar a chegada de José Maria e seu exército encantado. Diante disso, em dezembro de 1913, Eusébio, sua família e cerca de 20 outras pessoas dirigiram-se a Taquaruçu, estabelecendo-se nas terras de Chico Ventura, um dos seguidores do “monge”. Surgiu assim um povoado, cuja fundação havia bastante tempo vinha sendo aguardada pelos sertanejos da região.

A comunidade vivia de acordo com os preceitos de José Maria. O “monge”, segundo se acreditava, podia aparecer e

transmitir suas orientações para certas crianças ou adolescentes, mas não para adultos. Por isso, quem liderava a comunidade era sempre uma pessoa muito jovem. Quem primeiro cumpriu esse papel foi a menina Teodora, pouco depois substituída por Manoel, de 18 anos, filho de Eusébio. Mais tarde Manoel foi substituído pelo neto de Eusébio: Joaquim, de 11 anos, que foi chamado de “menino-de-Deus” ou “menino-Deus”. A partir desse momento, as orientações dos jovens chefes passaram a ser interpretadas por um conselho formado de pessoas mais velhas, antes de serem executadas. Entre os motivos para a liderança dos jovens ter sido respeitada estava o fato de sua autoridade ter aval de Eusébio e sua esposa Querubina, prestigiados pelo grupo de pessoas que os seguiram a Taquaruçu.

Em pouco tempo, eram centenas os moradores do “reduto” ou “cidade santa”, como passou a ser chamado o novo arraial, e a população crescia dia a dia. Cada um que entrava no reduto era chamado de “irmão” e devia colocar seus bens (como bois, porcos e galinhas) à disposição de todos os moradores (porém, cavalos, armas e dinheiro eram considerados como propriedade individual e não eram compartilhados). Cada membro da comunidade (chamada de “irmandade”) devia ser sustentado por todos, mesmo que não houvesse trazido nada quando chegou. No local, havia roças, e tudo que era produzido nelas pertencia à “irmandade”. Contudo, é provável que a maior parte dos moradores do reduto possuísse pequenos pedaços de terra na região e voltasse para eles quando era tempo de plantar ou colher.

No reduto, passaram a ser realizadas procissões duas a três vezes por semana. Também começaram a ser feitas as “formas”, isto é, reuniões com todos os habitantes, separados em filas por sexo e idade. Nessas ocasiões, as pessoas gritavam “viva” a São Sebastião, José Maria e a monarquia. À tarde, as pessoas se juntavam para rezar. A disciplina era férrea: quem se mostrava descrente ou tinha um comportamento moral considerado errado apanhava.

Os homens do reduto não usavam barba, e seu cabelo era cortado bem rente. Por isso, os inimigos passaram a chamá-los de “pelados”. Em contrapartida, os sertanejos chamavam os homens do governo de “peludos”. No reduto, destacava-se um grupo de 24 ou mais homens, chamados de os “pares de França”, ou “pares de São Sebastião”. Eram os combatentes mais

hábeis, corajosos e fervorosos. Eles compunham a guarda de honra que receberia José Maria em seu desejado retorno. Eram comandados pelo chefe do reduto. A formação do grupo foi inspirada na história medieval de Carlos Magno e os 12 pares de França, epopeia que caiu no gosto dos sertanejos do Contestado. Eles se identificaram com essa narrativa de uma “guerra santa” (dos cristãos contra os mouros), que dava ênfase a valores como lealdade, honra e coragem e que tinha um rei como personagem principal.

O retorno de José Maria

Um poema que os sertanejos dos redutos costumavam recitar mostra como se imaginava o retorno de José Maria:	Não precisa mais dinheiro Chega a fé em Zé Maria, Temo forga à vontade Pra criá nossas família.
Alegria virá na terra Ao chegá José Maria, Os arroio vira leite, De cus-cuiz nossas coxíia.	Se alegremo minha gente Esperando Zé Maria Viveremo em Paraíso Como nunca se vivia.
Ninguém mais fica doente Ao vortá José Maria, Casa e mesa a todo mundo Bóia quente e água fria.	Temo fé no Santo Monge [João Maria] E também em Zé Maria, Mais São Jorge e São Migué, São Bastião que nós confia. (MACHADO, 2004, p. 205-206)

3.9 Tropas governamentais atacam; os redutos se multiplicam

Menos de um mês depois da criação do reduto, forças estaduais o atacaram. Como da outra vez, foram derrotadas, o que aumentou a atração de Taquaruçu sobre os sertanejos da região. Porém, pouco depois, em janeiro de 1914, o menino Joaquim ordenou que a povoação fosse transferida de lugar, dizendo que o próximo ataque das tropas do governo resultaria na destruição do reduto. Assim, novo reduto foi construído em Caraguatá, região próxima dali. Ele seria chefiado por uma “virgem” (isto é, uma jovem que teria a capacidade de se comunicar com o “monge”): Maria Rosa, de cerca de 15 anos,

que dizia ter sido orientada por José Maria para liderar uma “guerra santa” contra os “peludos”.

A migração foi realizada aos poucos. Os que se mantinham em Taquaruçu aguardando o momento de se mudar eram chefiados por Linhares, menino negro de 10 anos. Em fevereiro de 1914, por volta de 300 pessoas ainda estavam lá e foram atacadas pelas forças do governo, compostas por cerca de 700 homens. O local foi bombardeado, e os moradores, na maioria mulheres e crianças, foram massacrados. Em março, o governo voltou suas forças contra o reduto de Caraguatá, mas os sertanejos, conhecedores da mata e hábeis com seus facões de aço ou madeira, conseguiram derrotá-las. Pouco tempo depois, porém, tiveram que abandonar o local devido a uma epidemia de tifo. As mais de 2 mil pessoas que ali estavam mudaram-se para um novo reduto: Bom Sossego.

Vários outros redutos e povoações menores de sertanejos seguidores de José Maria foram formados nos anos seguintes. Todos eles, porém, estavam subordinados a um reduto principal. A certa altura, os participantes do movimento pretenderam expandir seu modo de vida para outras regiões. Em 1914, chegaram a ocupar a vila de Curitiba, em Santa Catarina, e algumas povoações paranaenses. O território sob seu domínio cobria centenas de quilômetros quadrados, entre o rio Iguaçu e seu afluente Negro e o rio Uruguai. Estima-se que por volta de 30 mil pessoas viveram em Santa Maria, o último reduto principal. Relações comerciais foram estabelecidas com povoações vizinhas, para as quais os redutos vendiam mate e couro.

3.10 A resistência dos redutos e o fim da guerra

À medida que a guerra prosseguia, a vida nos redutos se tornava mais difícil, pois os mantimentos começaram a escassear. Diante disso, uma das soluções encontradas pelos sertanejos para tornar possível a resistência às forças governamentais foi realizar ataques a fazendas para arrebanhar gado. Os rebeldes chegaram a levar à força pessoas da região para dentro dos redutos, provavelmente para reduzir o número de homens disponíveis para serem recrutados pelo governo.

Devido à necessidade de organizar os redutos para a guerra, acabaram surgindo líderes militares, chamados “comandantes de briga”. O último e mais temido desses comandantes foi o jovem tropeiro Adeodato, que chegou à chefia geral do movimento com 26 anos e manteve uma disciplina extremamente rígida no reduto principal. Em dezembro de 1915, depois de muita resistência, o reduto final foi destruído. Em janeiro de 1916 os últimos rebeldes se renderam.

4 A REVOLTA DA CHIBATA⁴

Em 1910, a população do Rio de Janeiro, o governo federal e a imprensa foram surpreendidos por uma grande revolta de marinheiros. Assumindo o controle de modernos navios de guerra, eles exigiam o fim da punição pela chibata, entre outras reivindicações. Essa foi a mais importante de uma série de rebeliões de marinheiros ocorridas no início do período republicano. Sob ameaça de bombardeio à capital federal, o movimento questionou seriamente os limites da cidadania a que podiam ter acesso os mais pobres na Primeira República.

4.1 Homens forçados a embarcar; meninos treinados para a vida no mar

Boa parte dos homens que serviam como marinheiros nos navios de guerra do Brasil no início da República haviam sido recrutados à força, depois de capturados pela polícia por terem sido considerados vadios ou responsáveis por infrações à lei. O recrutamento forçado era uma prática que vinha desde os tempos coloniais e tinha sido comum em vários outros países. Ele continuou sendo usado pelas autoridades até o início do século XX, embora uma lei de 1874 o tivesse proibido, substituindo-o por um sorteio. Com frequência, autoridades policiais, para se livrarem de indivíduos que consideravam prejudiciais à ordem, enviavam-nos para a Marinha; outras vezes, comandantes

⁴ Até o item 4.2, as informações aqui mencionadas foram colhidas em Nascimento (2001).

navais pediam a essas autoridades o envio desses homens. O mesmo ocorria no caso do Exército.

Em geral, procurava-se fugir do alistamento, e praticamente só os mais pobres eram engajados, pois quem tinha recursos conseguia comprar o favor das autoridades para livrar os filhos cujos nomes haviam sido sorteados. Estavam isentos fazendeiros, donos de estabelecimentos industriais, sacerdotes, estudantes e graduados de nível superior e praticantes de certos ofícios, como maquinista de locomotiva. Os voluntários eram poucos: menos de um décimo do total. Quem entrasse para a Marinha era obrigado a servir por no mínimo 6 anos. Estima-se que cerca de 90% dos marinheiros entre o final do século XIX e o início do XX eram negros ou mestiços. Quando promoviam alguém, os oficiais davam preferência aos brancos. Contudo, o serviço no mar não deixava de ser uma opção para quem se encontrava sem meios de vida, principalmente durante a crise econômica dos tempos do encilhamento.

Uma grande parte dos marinheiros havia sido treinada em escolas de aprendizes da Marinha. Muitos dos jovens que se encontravam nesses estabelecimentos eram órfãos, ou garotos que haviam praticado alguma contravenção e tinham sido apanhados pela polícia. Outros haviam sido enviados para lá por pais que não tinham como cuidar deles ou que viam no alistamento uma alternativa para evitar que o filho se tornasse um malfeitor. Os aprendizes se tornavam marinheiros logo que completassem 18 anos ou apresentassem vigor físico considerado suficiente para o embarque.

4.2 Disciplina a bordo: os castigos físicos mantêm-se na República

Nos navios, os marujos enfrentavam as mais duras condições. Além disso, a indisciplina podia ser punida com chibatadas. De acordo com o regulamento do Império, seriam no máximo 25 por dia, mas frequentemente o número de golpes era ultrapassado. Há informações oficiais de punições de 200, 300 e até 500 chibatadas e testemunhos confiáveis sobre castigos de até 800 chibatadas. A punição pela chibata havia sido abolida logo no segundo dia depois da proclamação da República. Nessa ocasião, os marinheiros comemoraram. Porém, poucos

meses depois, em abril de 1890, provavelmente pressionado pelos oficiais da Marinha, o governo baixou, sem alarde, um decreto que restabelecia a punição. O decreto anterior, contudo, não foi revogado.

A medida determinava que 25 golpes de chibata pudessem ser aplicados aos marinheiros que, por serem reincidentes nas faltas disciplinares, fossem inscritos num grupo chamado Companhia Correccional. Esses homens continuariam servindo junto aos outros tripulantes, mas estariam sujeitos a um regime disciplinar diferenciado, bem mais rigoroso, que incluía, entre outras punições, a proibição de sair do navio ou participar das recreações a bordo, a preferência para os trabalhos mais duros, a prisão a ferros (isto é, o aprisionamento a correntes em uma cela) com alimentação a pão e água, em caso de faltas leves, e as chibatadas, para faltas graves. Para o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, esse regime tornou o sistema de punições a bordo ainda mais severo, já que antes o marinheiro punido retomava suas funções e o convívio com os outros, não ficando segregado num grupo à parte. As punições físicas eram diversas. Uma bastante frequente era o uso da golilha no pescoço.

A chibata, no testemunho dos marinheiros

“Quando não eram as varas de marmelo, era uma corda intitulada corda de barca, linha de barca, e sempre os carrascos colocavam agulhas e pregos, preguinhos pequenos na ponta coberto”. Depoimento em áudio, de João Cândido ao historiador Hélio Silva. Rio de Janeiro, março de 1968. Museu da Imagem e do Som e Arquivo Edgard Leuenroth. (NASCIMENTO, 2001, p. 63)

“Muitas vezes apanhei com a vara de marmelo. Mas chicotadas e lambadas que levei quebraram meu gênio e fizeram com que eu entrasse na compreensão do que é ser cidadão brasileiro.” (SANTOS, 1988, apud NASCIMENTO, 2001, p. 67.)

Muitos comandantes de navios continuavam a ultrapassar em muito o número de 25 chibatadas, ao punirem subordinados. Essa prática provocou revoltas entre os marinheiros. Não há

certeza se ocorreram durante o Império. Mas há informações sobre essas revoltas no início do período republicano. Em junho de 1893, os marinheiros de um navio de guerra do Rio Grande do Sul se revoltaram, apoderando-se da embarcação (ancorada próxima à cidade gaúcha de Rio Grande). Liderados pelo marujo Juvino de Sá Barreto, eles não exigiam o fim do castigo pela chibata, e sim a substituição de oficiais acusados de excessos nessa forma de punição. Segundo o historiador Álvaro Pereira do Nascimento, que estudou essa revolta (e de cuja obra os dados a respeito do movimento, mencionados aqui, foram obtidos), até o início do período republicano a existência do castigo físico não era questionada pela maior parte das pessoas, que o viam como algo “normal”, desde que não fosse exagerado. (NASCIMENTO, 2001.)

Os amotinados acabaram presos, sendo desconhecida a sentença que tiveram. Há notícias de outras revoltas, motivadas pelo uso da chibata, ocorridas em 1901, 1904 e 1908, das quais se têm poucas informações.

4.3 A revolta de 1910⁵

A maior revolta de marinheiros foi a de 1910. Ficou conhecida com o nome de Revolta da Chibata. Seu principal líder era o marinheiro de primeira classe João Cândido Felisberto, gaúcho negro de 30 anos. O movimento exigia a abolição da chibata e de outros castigos físicos. Protestava ainda contra a má alimentação, os baixos soldos e o excesso de trabalho. O pessoal a bordo era insuficiente, e em 1910 foram adquiridos grandes e modernos navios de guerra. O serviço tornou-se ainda mais pesado, pois o número de marinheiros não aumentou nas proporções necessárias. Entre outros problemas, essa situação trouxe grandes dificuldades para que os marujos cumprissem as tarefas a contento. Os oficiais muitas vezes entendiam isso como preguiça e respondiam com punições.

A rebelião teve início em novembro, pouco depois da posse do marechal Hermes da Fonseca na presidência. Meses antes, em maio de 1910, João Cândido havia pedido o fim da

⁵ As informações contida neste item foram obtidas em Morel (1979) e Nascimento (2001).

chibata ao presidente anterior, Nilo Peçanha. A audiência com o presidente havia sido obtida por intermédio do então ministro da Marinha, com quem o marinheiro, apesar de sua origem humilde, tinha boas relações.

A revolta estava preparada havia vários meses. O comitê que liderava o movimento decidiu iniciá-lo no dia 22, pois nessa data um marinheiro do encouraçado Minas Gerais, ancorado na baía da Guanabara (Rio de Janeiro), havia sido submetido a uma punição de 250 chibatadas. Mesmo depois de desmaiar, o castigo continuou, até completar-se o número de golpes a que tinha sido sentenciado. O motivo da punição: o marujo havia atingido um superior (um cabo) com uma navalha, depois que ele o denunciou por ter trazido cachaça a bordo.

Os marinheiros tomaram o navio. Houve luta, e vários oficiais e marinheiros morreram. Um tiro de canhão foi disparado, como sinal para as tripulações de outros três navios de guerra próximos (o encouraçado⁶ São Paulo e os cruzadores⁷ Bahia e Deodoro), que estavam comprometidas com a rebelião. No Bahia, houve luta e mortes dos dois lados, mas os marujos se apoderaram da nave. No São Paulo, os marinheiros gritaram “viva a liberdade”, e uma comissão pediu aos oficiais que abandonassem o navio. Um deles, que havia tentado resistir, foi morto. Os outros foram para terra firme. Mais tarde, a tripulação do Deodoro aderiu ao movimento. Os marujos de diversos outros navios também aderiram, mas se transferiram para os quatro maiores, cuja tripulação estava incompleta. No total, os revoltosos eram mais de 2.300.

No Congresso Nacional, o senador gaúcho Pinheiro Machado, que era o político mais poderoso do país na época, pediu que o deputado José Carlos Carvalho, comandante da Marinha e também gaúcho, fosse conversar com os amotinados. O deputado visitou o São Paulo e o Minas Gerais, ouviu as tripulações e retornou com uma carta ao presidente, assinada “Marinheiros”. Acredita-se que tenha sido escrita pelo marujo Francisco Dias Martins, que tinha bastante habilidade com a redação e era uma das principais lideranças da revolta. O texto expunha as razões e as reivindicações do movimento.

⁶ **Couraçado** (ou **encouraçado**): grande navio de guerra, cujo casco é inteiramente protegido por uma couraça de aço.

⁷ **Cruzador**: navio de guerra menor e menos protegido que o couraçado.

Provavelmente antes de o deputado José Carlos ter retornado, o governo ameaçou torpedear os navios rebeldes. Em resposta dirigida “ao Povo e ao Chefe da Nação”, os marinheiros asseguraram que não pretendiam “fazer mal a ninguém”, que só agiriam se atacados “ou de todo perdidos” e pediram, além do fim da chibata, uma anistia geral. Declararam também sua simpatia pelo presidente Hermes. Em outra mensagem, enviada ao ministro da Marinha, pedem mais uma vez o fim da chibata e “outros bárbaros castigos”, “a fim de que a Marinha brasileira seja uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados”. Em terra, enquanto muitas das famílias mais abastadas procuram refugiar-se em Petrópolis, João Cândido começa a ser visto como um herói pela população mais pobre e por diversos jornais.

Os oficiais haviam planejado um ataque aos amotinados, que deveria ocorrer no dia 25, empregando os navios que permaneceram fiéis ao governo. Porém, o presidente ordenou suspender a missão, que era praticamente suicida, pois o poder de fogo dos couraçados era imensamente superior. De qualquer modo, João Cândido já tinha conhecimento do possível ataque: havia sido informado pelo radiotelegrafista de um dos navios não revoltados.

4.4 A anistia

Diante dos fatos, um grupo de influentes senadores propôs ao Congresso Nacional um projeto de lei para anistiar os revoltosos. O projeto foi apresentado aos parlamentares por Rui Barbosa. O senador baiano condenava os meios utilizados pelos insurretos, mas reconhecia que os motivos eram justos e que, apesar de tudo, eles se haviam comportado de forma digna durante a revolta. Pinheiro Machado concordou com os argumentos de Rui Barbosa, mas advertiu que ceder aos revoltosos sob coação seria criar um precedente perigoso: significaria dar o aval do Congresso à quebra do princípio da autoridade, o que poderia estimular o aparecimento de outros movimentos revoltosos no futuro.

Criou-se um impasse, que foi quebrado por um telefonema avisando que os insurretos estavam arrependidos e haviam decidido depor as armas, confiando em que o

Congresso aprovaria a anistia. Tratava-se de uma informação falsa, enviada por indivíduos ligados ao próprio governo. Com isso, os parlamentares tinham uma saída honrosa, acreditando que aprovavam a anistia sem fazê-lo sob coação.

Com a anistia aprovada, o movimento foi encerrado, embora nem todos os marinheiros concordassem: os tripulantes do Deodoro preferiam esperar até que outras reivindicações fossem atendidas. O principal objetivo dos rebeldes foi alcançado: o uso da chibata foi abolido. Um novo código disciplinar para a Marinha foi elaborado, extinguindo os castigos físicos.

Cabe indagar: por que os marinheiros não recorreram a meios pacíficos? Praticamente não existiam meios pacíficos para os marinheiros obterem aquilo que reivindicavam. Os marinheiros não poderiam recorrer, por exemplo, à greve. Como estavam incluídos numa hierarquia militar, deixar de trabalhar seria deixar de cumprir ordens superiores, o que significaria insubordinação, punível pelos regulamentos da Marinha. Havia também o medo de sofrerem represálias por parte dos oficiais, que consideravam as punições físicas uma necessidade, e não estavam dispostos a aceitar nem mesmo limitações a essa forma de castigo. Os marujos nem sequer podiam se manifestar pelo voto: além de estarem excluídos desse direito por serem militares de baixa patente, na maior parte eram analfabetos (como a maioria da população).

Além disso, pela forma como eram tratados, os marinheiros se sentiam totalmente excluídos da esfera da cidadania e não tinham a expectativa de que por meios pacíficos pudessem obter um tratamento condizente com a condição de cidadão. João Cândido havia mesmo pedido pessoalmente ao presidente da República o fim da chibata, sem sucesso. Como diz a carta dos marinheiros de 1910, vinte anos de república não haviam sido suficientes para serem tratados como cidadãos. Sem a revolta, provavelmente a chibata continuaria a ser usada ainda por muitos anos.

4.5 A anistia é burlada: demissões, prisões e nova revolta

Apesar da anistia, no dia 28 de novembro de 1910, um decreto autorizou demitir os marinheiros “cuja permanência se tornar inconveniente à disciplina”. A intenção era excluir

os envolvidos na revolta. Mais de 1.200 foram dispensados. Os navios ficaram tão esvaziados que foi preciso contratar portugueses para ocupar o lugar dos demitidos.

No início de dezembro, as prisões da sede dos Fuzileiros Navais, localizada na Ilha das Cobras, começaram a encher-se de marinheiros acusados de conspiração. Segundo testemunhos da época, diante disso marujos que pertenciam ao quadro dos fuzileiros iniciaram, em 9 de dezembro, uma rebelião no local e libertaram os presos. Começaram a circular boatos de que o Exército atacaria os marinheiros. No cruzador Rio Grande do Sul, ali perto, circulavam os mesmos boatos, e ali também começou uma rebelião, que logo se encerrou por iniciativa dos próprios marujos.

Enquanto isso, a Ilha das Cobras passou a ser bombardeada pelos navios situados nas proximidades, entre eles os quatro cuja tripulação havia participado da Revolta da Chibata. Os marinheiros desses navios (como o próprio João Cândido) procuravam dar mostras de que se mantinham fiéis à hierarquia de comando. A revolta foi esmagada. Como resultado do bombardeio, estima-se que centenas tenham morrido na ilha. O governo aproveitou a situação para pedir – e obter – ao Congresso a decretação do estado de sítio, que lhe daria maiores poderes.

Apesar de ter ajudado a combater a rebelião, João Cândido e outras três lideranças da Revolta da Chibata foram presos no dia 10 de dezembro. Cerca de 600 outros também caíram aprisionados. Por volta de 250 marinheiros (juntamente com centenas de operários e criminosos comuns, além de dezenas de prostitutas) foram levados em navio para a selva amazônica, onde seriam obrigados a trabalhar na construção de uma linha telegráfica e em seringais. Durante a viagem, 7 marujos foram fuzilados e 2 morreram afogados pulando ao mar com pés e mãos amarrados, na tentativa de escapar à execução. Ao chegarem nos locais de destino, inúmeros morreram, abatidos a tiros ou vítimas de doenças.

João Cândido e 17 outros líderes dos marinheiros ficaram presos na Ilha das Cobras, numa pequena cela subterrânea cavada na rocha e úmida, sem iluminação nem ventilação. Depois de alguns dias, foi jogada água com cal lá dentro, com a justificativa de desinfetar o local. Evaporando-se a água, ficou a cal, que provocou a morte por sufocamento de 16 dos presos.

João Cândido estava entre os dois sobreviventes. Passou a ouvir os gemidos dos companheiros mortos e, meses depois, foi levado a um hospício, como louco. Depois de certo período, constatada sua sanidade, voltou à prisão. Foi solto em 1912, e desde então, expulso da Marinha, sobreviveu trabalhando como estivador e vendedor de peixes.

5 NAS CIDADES, A CLASSE OPERÁRIA: EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

Enquanto ocorriam as lutas dos habitantes de Canudos e do Contestado, a Revolta da Vacina e o movimento dos marinheiros contra a chibata, era intensa a atuação da classe operária em prol de seus interesses. A movimentação dos operários se fazia de múltiplas formas.

A partir da segunda metade do século XIX, cresce de maneira considerável a produção industrial no Brasil, realizada em oficinas que empregavam métodos artesanais, ou em manufaturas e fábricas com acentuada divisão de trabalho. O crescimento se acelera no fim desse século. Quando a escravidão foi abolida e o regime político mudou de Monarquia para República, o país continuava predominantemente agrícola, mas, contava com um bom número de estabelecimentos industriais, que usavam a mão de obra de milhares de trabalhadores. A circulação de mercadorias e pessoas era intensa, com trens, veículos movidos a tração animal e embarcações percorrendo o país em inúmeras direções. Os lucros na indústria eram com frequência compensadores.

5.1 Quem pertence à classe operária?

Antes de falarmos sobre a classe operária, cabe definir o que é ela. Porém, isso não é nada simples. As tentativas de formular definições a respeito foram frequentemente objeto de crítica por suas imprecisões. Entre os historiadores, firmou-se a *noção* (pois não chega a ser uma *definição*) utilizada por Marx no conjunto de sua obra: a de que a classe operária começou a formar-se a partir da Revolução Industrial e corresponde ao conjunto dos trabalhadores manuais que dependem essencialmente de

seu trabalho para sobreviver e que exercem, como assalariados, atividades ligadas à produção de mercadorias. Essa noção está relacionada ao *papel ocupado pelos membros dessa classe no conjunto das atividades econômicas*. Segundo essa noção, *não fazem parte da classe operária os empregados no comércio, bancos e escritórios, nem os que desempenham serviços domésticos*.

Contudo, numa obra que provocou muita polêmica (publicada pela primeira vez em 1963), o historiador marxista Edward Thompson propôs que uma classe também pode ser definida pelo modo como os seus membros vêem a si mesmos e pelo modo como agem a partir disso. Assim, integrariam a classe operária todos os trabalhadores que se identificassem como pertencentes a um conjunto de pessoas portadoras de interesses comuns e opostos aos dos membros de outro conjunto de pessoas, a classe patronal ou burguesa, e que buscassem unir-se em torno de objetivos em comum (Thompson, 1997). Tal noção parte da concepção de Marx de que as classes sociais só existem *dentro de uma relação com outras classes sociais*.

Essa noção obteve grande aceitação entre os historiadores que estudam os movimentos de trabalhadores, ensejando a formação de uma importante corrente de estudiosos que incluem na história da classe operária não apenas os operários de fábricas e oficinas, mas também diversos outros grupos de trabalhadores manuais não ligados à produção, como estivadores, carroceiros, motoristas, ferroviários e varredores. Também com base nessa noção, diversos historiadores entendem que a experiência de trabalhadores como os empregados no comércio e no sistema bancário, desde pelo menos o século XIX, em diversos países, tem sido com frequência muito similar à da classe operária e deve por isso ser tratada como um tema que pertence à história dessa classe⁸.

5.2 As condições de existência dos trabalhadores e sua mobilização

Contudo, as condições de trabalho nos estabelecimentos industriais eram, na maior parte dos casos, muito ruins, as jornadas excessivamente extensas (era comum trabalhar 12

⁸ Essa parece ser a opção de Popinigis (2007).

horas ou mais por dia), e a disciplina imposta com dureza. Nas fábricas, era grande o número de mulheres e crianças. Em alguns desses estabelecimentos, tais trabalhadores formavam a maioria. Os jovens às vezes eram espancados pelos capatazes.

Boa parte dos trabalhadores na indústria e no setor de serviços morava em habitações precárias, como cortiços ou barracos, pois os salários em geral eram insuficientes para os gastos cotidianos. Certos patrões construía vilas para a moradia de seus operários, próximas aos locais de trabalho, o que tornava esses trabalhadores ainda mais sujeitos ao controle da empresa.

Para melhorar sua situação, defender seus interesses de modo geral e encontrar meios para usufruir de lazer e convívio social, os operários fabris e outros trabalhadores formaram organizações de diversos tipos, como sociedades de ajuda mútua (que proporcionavam aos associados auxílio em caso de doença ou funeral, por exemplo), clubes recreativos ou culturais, cooperativas e sindicatos. Com ou sem sindicatos, os trabalhadores organizaram inúmeras greves durante a Primeira República.

Os empregados do comércio também se movimentavam em busca de melhorias. Uma de suas principais reivindicações era a regulamentação do horário de abertura e fechamento dos estabelecimentos. Para obtê-la, faziam pressão junto às autoridades municipais, políticos e opinião pública. Quando conseguiam que o horário fosse regulamentado, pressionavam os patrões para que o respeitassem.

As greves não eram proibidas. A lei proibia apenas que os grevistas forçassem outros trabalhadores a entrar em greve. Contudo, frequentemente os movimentos grevistas, mesmo se totalmente pacíficos, eram reprimidos pela polícia, muitas vezes com violência. Os estrangeiros podiam ser expulsos. Os brasileiros podiam ser deportados para regiões muito distantes dos principais centros urbanos, como o então território do Acre.

5.2.1 Repressão ao movimento operário: uma política de Estado?

Para a maior parte dos historiadores que estudaram o movimento operário no Brasil, a política em relação a

este geralmente adotada pelos governos durante a Primeira República teria sido a repressão. Essa teria sido a atitude mais constante e característica dos governantes no período.

Contudo, existe também a visão de que a ação repressiva da polícia não se devia, de modo geral, a uma política deliberada (isto é, uma atitude sistemática dos governantes), e sim ao poder de influência que muitos patrões exerciam diretamente sobre os policiais. Segundo essa concepção⁹, em certos casos os governantes de fato determinavam as ações repressivas, por considerarem que a ordem pública havia sido ameaçada. O governo paulista, por exemplo, teria adotado essa atitude a certa altura da greve de 1917. Mas a repressão aos movimentos de trabalhadores teria sido obtida, inúmeras vezes, por meio de propina e outras compensações aos membros das forças policiais.

5.3 As orientações políticas existentes no meio operário

Entre os trabalhadores no Brasil, havia diversas posições políticas. Muitos eram anarquistas, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, e praticavam a ação direta¹⁰. Outros se definiam como socialistas, e além de defenderem métodos de ação direta, como a greve, também propunham que os trabalhadores buscassem meios para atuar na esfera política, como a formação de um partido.

Havia também os que apoiavam este ou aquele político, não pertencente à classe operária, de uma ou outra orientação política, no qual depositavam sua confiança, como ocorria no Rio de Janeiro ou na Bahia, por exemplo. Em 1922, entraram em cena também os comunistas, que nessa data fundaram seu partido. Os fundadores do Partido Comunista do Brasil eram quase todos ex-anarquistas.

5.4 As grandes mobilizações operárias do período

⁹ Tal visão é defendida pelo autor deste texto (Vargas, 2004).

¹⁰ **Ação direta:** pressão exercida diretamente pelos trabalhadores sobre os patrões (por meio de greves, por exemplo), sem intermediários (como autoridades ou membros do poder legislativo).

Algumas das greves organizadas no período foram tão massivas, que surpreenderam e chegaram a preocupar os grupos dominantes nos meios políticos da época. Foi esse, em especial, o caso das greves gerais de 1917 em São Paulo e Porto Alegre que, sob liderança anarquista, paralisaram completamente essas cidades durante vários dias, espalhando-se também por outras localidades.

Estava-se em plena Primeira Guerra, uma época de grande carestia no país, devido às dificuldades colocadas pelo conflito para a importação de gêneros alimentícios. Nas regiões do Brasil com grande densidade de imigrantes e de seus descendentes (como São Paulo, Rio de Janeiro e estados do sul), a população mantinha hábitos de alimentação europeus, entre eles o consumo de pão feito de farinha de trigo. O grão era pouco produzido no país, e a produção mundial desse gênero - e também de outros importantes itens de consumo - estava sendo dirigida para os países envolvidos diretamente no conflito mundial. A carestia revoltava a população mais pobre, que já tinha de lidar com toda as outras dificuldades advindas da precária remuneração obtida por seu trabalho.

A revolta popular aumentava ainda mais devido à ação do açambarcador e à comparação entre os baixos salários e os altos lucros dos industriais. Com a elevação dos preços durante a guerra, muitos negociantes estocavam gêneros para vendê-los mais caro, ou preferiam exportá-los. A indústria, por seu lado, vivia um período de grande lucratividade, pois, devido ao conflito mundial, as importações estavam muito dificultadas, o que abria espaço para a produção, no país, dos artigos antes importados.

No ano seguinte, no Rio de Janeiro, lideranças anarquistas buscaram organizar uma insurreição para derrubar o governo. O movimento deveria ter início a partir de uma greve geral. No dia marcado, milhares de têxteis entraram em greve. Contudo, as reuniões para a preparação do levante eram frequentadas por um agente policial infiltrado: o movimento foi rapidamente desbaratado, e sua ocorrência foi usada como justificativa para prisões, deportações e expulsões determinadas daí por diante. Mesmo assim, houve ainda grandes mobilizações operárias em 1919 e 1920.

5.4.1 A gripe espanhola

Os trabalhadores ainda se depararam com uma dificuldade inesperada, durante a Primeira República: a gripe espanhola, que ocorreu entre 1918 e 1919. Foi causada pelo vírus Influenza A, subtipo H1N1, e fez entre 30 e 100 milhões de mortes no mundo inteiro.

Apesar do nome, não foi na Espanha que a moléstia se iniciou. Os motivos para ter-se popularizado a denominação “gripe espanhola” são incertos. Contudo, é provável que se deva ao fato de, entre os países atingidos, somente a Espanha, que não participava da Primeira Guerra, poder noticiar a existência da doença em seu território. Assim, mesmo com a moléstia espalhando-se pelas nações aliadas, a imprensa desses países falava apenas de uma “gripe espanhola”, informando que atingia a *Espanha*. A ocorrência da gripe entre os aliados era ocultada, a fim de que o enfraquecimento causado pela moléstia em suas tropas não fosse descoberto pela Alemanha.

Em novembro de 1918, quando se iniciou a greve têxtil no Rio de Janeiro, as autoridades calculavam que 401.950 pessoas tinham pegado a doença. Para se ter uma ideia do que representava esse número, já por si espantoso, basta dizer que a população total da cidade era, pelos registros oficiais, de 914.292 habitantes. No total, morreram 14.459 pessoas em decorrência da gripe.¹¹

5.5 A legislação repressiva: os anarquistas são o alvo principal

Leis foram criadas para permitir a expulsão de militantes do movimento operário, especialmente anarquistas, que defendiam abertamente a destruição da sociedade capitalista e que representavam a principal orientação política no movimento operário da época. Os anarquistas eram o alvo preferencial da repressão policial. As leis de expulsão ficaram conhecidas como “leis celeradas”, porque contrariavam direitos estabelecidos na Constituição:

- 1 - Em 1907, foi decretada uma lei que permitia expulsão e deportação de estrangeiros que pudessem “comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade

¹¹ Os dados constantes deste parágrafo foram colhidos em Fausto (1986, p. 214).

pública”, a não ser que tivessem residido no país por dois anos ou menos que isso (se casados com brasileiras ou viúvos com filhos brasileiros).

- 2 - Em 1913, essa lei é modificada, permitindo a expulsão de estrangeiros com dois anos de residência no país ou casados com brasileiras.
- 3 - Em 1921, uma segunda lei determina que o tempo de residência para que não se esteja sujeito a expulsão é de 5 anos. Esta lei e a de 1907 são conhecidas como “leis Adolfo Gordo”, por terem sido propostas por esse senador.
- 4 - Também em 1921, outra lei baixa medidas contra os anarquistas e autoriza o fechamento de associações, sindicatos e sociedades civis em geral que pratiquem “atos nocivos ao bem público”.

Em 1926, o Congresso Nacional faz uma reforma da Constituição, e uma de suas modificações autoriza a expulsão de estrangeiros considerados “perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República”.

Principalmente operários, mas também outras pessoas, como advogados, jornalistas e escritores, protestavam contra essas medidas legais. Em alguns casos, foi possível impedir a expulsão de militantes operários, por meio de defesas nos tribunais (chamando a atenção para a inconstitucionalidade das leis “celeradas”) e ao mesmo tempo campanhas junto à opinião pública, para pressionar governantes.

5.6 A mobilização operária e o debate sobre a questão social

Não eram poucos os obstáculos que os trabalhadores tinham pela frente quando se decidiam a lutar coletivamente por seus interesses na Primeira República. Porém, sua ação, com frequência, tinha resultados positivos. Grande parte das greves foram vitoriosas e resultaram em conquistas, como aumentos salariais e redução da jornada de trabalho.

Foi durante a Primeira República que ocorreram pela primeira vez grandes manifestações operárias, abrangendo cidades inteiras ou vários municípios no mesmo período de tempo. Esse era um fato inédito no país, e provocava a discussão de um tema novo nos meios políticos (Congresso Nacional,

câmaras municipais, partidos), nos quais predominavam membros dos grupos sociais dominantes: aquilo que foi chamado de *questão social*¹².

Nas discussões sobre a questão social que ocorriam no Congresso Nacional, em assembleias legislativas estaduais e em câmaras municipais, alguns propunham que fossem criadas leis para regulamentar as relações de trabalho. De modo geral, os empresários industriais pressionavam os membros do Legislativo ou do Executivo, buscando influenciá-los para que não permitissem a aprovação ou execução dessas leis, ou para que as modificassem, tornando-as mais adequadas a seus interesses. Os representantes do executivo, por seu lado, mostravam pouco empenho em decretar tais leis. Mesmo assim, foram criadas algumas leis sociais¹³ durante a Primeira República. Foram poucas; as mais importantes foram as seguintes:

- Em 1919: indenização por acidente de trabalho.
- Em 1923: aposentadoria para os ferroviários.
- Em 1925: lei de férias, fixando 15 quinze dias de descanso em cada ano.
- Em 1927: o Código de Menores (determinava, entre outros itens, jornada de 6 horas e proibição do trabalho noturno para os menores de 18 anos).

Os operários a serviço do Estado estavam submetidos a um regime especial, que variava conforme o órgão ou instituição para o qual trabalhassem. Tinham diversos direitos, dos quais os outros trabalhadores estiveram excluídos na maior parte do período da Primeira República, como férias e aposentadoria.

Quanto ao trabalhador rural, durante a Primeira República esteve totalmente excluído de qualquer direito social garantido por lei.

¹² **Questão social:** o conjunto dos problemas relacionados (a) às condições em que trabalhavam e viviam os trabalhadores e (b) às consequências que essa situação poderia trazer para a sociedade como um todo (alguns temiam que, se as condições de existência do trabalhador não melhorassem, as correntes políticas que propunham a destruição do capitalismo poderiam ganhar maior força entre os trabalhadores, e a forma de sociedade existente no país poderia ser destruída).

¹³ **Leis sociais:** leis que instituem *direitos sociais*, isto é, direitos que dizem respeito às condições de existência dos trabalhadores. O conjunto das leis sociais compõe a *legislação social*.

6 COMO FICOU A QUESTÃO SOCIAL DEPOIS DA PRIMEIRA REPUBLICA?

Em outubro de 1930, em final de mandato, o presidente Washington Luís (que representava forças políticas principalmente de São Paulo), foi derrubado em decorrência de um movimento que envolvia grupos políticos gaúchos, mineiros e paraibanos. Desse modo, foi impedida a posse de Júlio Prestes, eleito para sucedê-lo no cargo. Os vitoriosos passaram a chamar de *Revolução de 1930* o seu movimento.

O novo governo, chefiado por Getúlio Vargas, que até então era o governador do Rio Grande do Sul, empenhou-se em divulgar uma imagem de inovação e ruptura em relação aos governos anteriores. O período republicano anterior passou a ser chamado de República Velha, e com isso desejava-se sinalizar que tudo a seguir era “novo” e melhor, inclusive as relações entre trabalhadores e governo. Getúlio buscou o apoio do operariado e ampliou os direitos trabalhistas que vinham sendo fixados em lei durante a Primeira República. Em 1943, ainda durante o seu governo, foi criada a CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), que sistematizava num código único todas as leis nacionais que regulamentavam as relações de trabalho (como no momento anterior, os trabalhadores rurais permaneceram excluídos da legislação social).

A ampliação dos direitos trabalhistas foi propalada como a grande inovação da ordem política posterior à Primeira República (e de fato foi), porém não se pode asseverar que tais direitos não houvessem crescido caso Washington Luís não tivesse sido derrubado. O que se pode afirmar com certeza é que a nova ordem política alterou profundamente as relações entre Estado e classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que eram ampliados os direitos trabalhistas, os novos governantes buscavam submeter da maneira mais completa possível o movimento operário: a partir de 1931, uma legislação especial foi colocando os sindicatos sob o controle do Estado.

Em lugar de centros voltados à organização independente dos trabalhadores e à reivindicação por salários e melhores condições de vida, os sindicatos passaram a ser considerados órgãos do Estado, voltados à harmonia entre patrões e trabalhadores. A polícia passou a vigiar e prender anarquistas, comunistas, socialistas e todo e qualquer grupo que defendesse

a independência da classe trabalhadora em relação ao Estado, e o governo empenhava-se para que as diretorias dos sindicatos fossem formadas por pessoas que aceitassem as novas regras. Nessa época, trabalhadores continuaram a se colocar em atitude de resistência, mesmo dentro dos sindicatos, porém isso tornou-se cada vez mais difícil, principalmente quando, a partir de 1937, o governo Vargas assumiu claramente o caráter de ditadura (esse foi o período do Estado Novo, que se manteve até 1945).

Os direitos trabalhistas hoje existentes foram em grande parte criados durante a chamada Era Vargas. Na atualidade, como se sabe, vem ocorrendo um movimento inverso ao que ocorreu na época: o empresariado e até mesmo parte dos sindicalistas clamam por uma “flexibilização” desses direitos, isto é, a sua não-aplicação ou alteração em certos casos, para que (de acordo com essa visão) o número de empregos seja ampliado por meio da redução dos custos da contratação. Dentro dessa mesma visão, alguns chegam a afirmar que tal “flexibilização” seja uma das condições que poderiam estimular o desenvolvimento do país. Outros, discordando dessa posição, defendem que os direitos trabalhistas devem ser mantidos, ampliados e, se forem alterados, deverão sê-lo no sentido da melhoria das condições de vida dos trabalhadores (como no caso da redução da jornada) – e que isso seria um dos sinais de desenvolvimento do Brasil. Entre uma e outra das posições, há diversas variantes, e o debate permanece em aberto.

Por fim, cabe notar que, como no início da Primeira República, embora num contexto muito diferente, aguçam-se na atualidade, em certos pontos do Brasil, conflitos ou situações conflituosas, os quais também estão relacionados, em medida considerável, como nos casos da Revolta da Vacina e da Guerra do Contestado naquela época, ao avanço do capital e à implementação de grandes empreendimentos governamentais ou avalizados pelo Estado. Não estamos propondo aqui uma comparação entre estes conflitos e os da época atual (o que não teria cabimento), porém não há como deixar de constatar certa similaridade entre ambos os contextos, separados por cerca de um século. No contexto atual, temos, por exemplo, o caso notório da construção de mais hidrelétricas (ou da intenção de construí-las) na Amazônia (empreendimento que sem dúvida favorecerá interesses de grandes grupos econômicos, como os das empresas mineradoras), em regiões onde prevaleciam ou prevalecem modos de vida tradicionais, como os de ribeirinhos e

índios. Temos, também, na mesma região, o avanço dos grandes pecuaristas e sojeiros sobre áreas de florestas. Este autor não acredita que a história tenha qualquer “moral” nem que seu estudo deva servir a qualquer finalidade pragmática (quanto menos *servir*, melhor), mas entre os historiadores é aceita em certa medida a ideia de que a reflexão sobre a experiência dos que viveram antes de nós pode trazer um enriquecimento de nossa capacidade de pensar as situações presentes. Tal parece ser o caso da mencionada situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

MOREL, Edmar. *A revolta da chibata* (subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910). 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

NOSSO século. 1900/1910. V. 1. São Paulo: Abril, 1985.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 2004.

Texto 3

GEOGRAFIA DO BRASIL

Josilda Rodrigues da Silva de Moura
*Ivaldo Gonçalves de Lima*¹

APRESENTAÇÃO

Abordar a geografia do Brasil implica, inicialmente, reconhecer as relações entre espaço e tempo, âmbito no qual o papel da sociedade e da natureza assume uma relevância fundamental. Em outras palavras, trata-se de uma abordagem sobre a história territorial brasileira. Por isso, começar um texto acerca da geografia do Brasil identificando e comentando os principais aspectos da formação territorial do país traduz-se como um passo oportuno e necessário. Nesse processo de formação, analisar as distintas configurações do espaço nacional equivale a decifrar as múltiplas geografias que, ao longo de cinco séculos, conduziram à organização territorial que hoje nos é apresentada.

Este texto está estruturado em três partes principais. A primeira, de acordo com o exposto acima, refere-se à análise da formação territorial do Brasil, destacando-se os aspectos estruturalmente mais significativos. Nessa análise, tomar-se-á como ponto de partida uma breve discussão sobre o mito fundador da formação social e territorial brasileira para chegar a uma apresentação crítica do espaço nacional, transfigurado na atualidade pela dinâmica de fatores internos e externos, cada vez mais complexos. A segunda parte contempla a análise da posição do Brasil no mundo, identificando-se as dimensões geopolíticas e geoeconômicas que conferem ao país, simultaneamente, características de potência regional e de semiperiferia na economia-mundo ou sistema-mundo. Por fim, uma terceira parte reporta-se às dinâmicas regionais, suas

¹ Josilda Rodrigues da Silva de Moura é doutora em Geologia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e professora do Departamento de Geografia (Instituto de Geociências) da mesma universidade. Ivaldo Gonçalves de Lima é doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e professor do Centro de Estudos Gerais (Instituto de Geociências) dessa universidade.

potencialidades e vulnerabilidades, sociais e naturais. Assim, depreende-se facilmente que a estruturação do texto reflete o jogo de escalas geográficas – nacional, regional, mundial, como recurso metodológico e didático capaz de explicitar e de conferir sentido aos caminhos percorridos.

1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL: DO MITO FUNDADOR AO ESPAÇO TRANSFIGURADO

Ao longo do tempo, uma combinação – nem sempre tranquila e explícita – de variados elementos responde pelas configurações assumidas pelo território brasileiro. E, como uma espécie de guia desse processo, muitos autores apontam o papel desempenhado por um mito fundador. Um desses autores é a filósofa Marilena Chauí, que nos oferece a seguinte explicação para o mito:

O Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, “Nosso senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escreveu: “se deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. É essa construção que estamos designando como mito fundador (CHAUÍ, 2000, p. 58).

Os elementos constituintes do mito fundador do Brasil transparecem um caráter vinculado ao divino e nos remete, de certo modo, às ideias de paraíso, eldorado, uma espécie de terra prometida. Chauí (2000, p. 58) nos alerta que tais elementos constituintes “aparecem, nos séculos XVI e XVII, sob a forma das três operações divinas que, no mito fundador, respondem pelo Brasil: a obra de Deus, isto é, a natureza, a palavra de Deus, isto é, a História, e a vontade de Deus, isto é, o Estado”. Se nos ativermos à última sentença, o Estado como vontade de Deus, devemos lembrar que se tratava de um Estado monárquico, centralizador e que ‘incentivava’ para si um território centralizado, unificado. É essa dimensão geográfica do mito fundador que pretendemos entender melhor. Essa dimensão

corresponde à centralidade territorial do Estado e ao esforço para que se delineie e se mantenha a unidade territorial. De acordo com Mann (1992, p. 183): “Só o Estado é inerentemente centralizado em um território delimitado, sobre o qual ele tem um poder autoritário [...]. O Estado é, realmente, um lugar – tanto um lugar central, quanto um alcance territorial definido.”

A geógrafa Lia Machado explica o mito fundador do Brasil discutindo os artifícios políticos presentes na origem da unidade territorial do Brasil. Para essa autora, “a unidade territorial foi, ao mesmo tempo, produto partícipe do processo de formação do Estado brasileiro, sendo errônea a afirmação de que foi uma herança dos tempos coloniais mantida pela ação de uma elite” (MACHADO, 1990, p. 232). Para essa autora, as elites brasileiras adotaram artifícios políticos diferenciados no tempo. Assim, segue a análise, no período imediatamente posterior à independência política, o artifício utilizado foi a tese da continuidade de um governo centralizado como condição de manutenção de uma pretensa herança da unidade territorial. Pouco mais tarde, o artifício político foram os códigos jurídico-administrativos que favoreciam o papel articulador do governo central e a continuidade do exercício do poder das oligarquias no âmbito local. Para o êxito desses artifícios, Machado (1990, p. 234) ressalta que foi fundamental a organização da propriedade em geral e do trabalho escravo, reproduzindo-se no país a “imagem do Estado como organismo territorial e produto da unidade política das elites regionais”. A partir dessas considerações, impõe-se uma questão: o que tensiona essa unidade territorial? O que reforça ou fragiliza o mito?

Decerto, seria um equívoco infantil confundir unidade com homogeneidade. Há, portando, um aspecto complexo do tema em foco: a unidade múltipla. Deve-se admitir que o território resulte de profundos movimentos de diferenciação, resultando em diversidades, de ordem natural e social. A divisão territorial do trabalho assumirá um papel crucial na explicação dessa unidade múltipla, a qual acompanha os imperativos de um desenvolvimento geograficamente desigual, para usar a expressão do geógrafo Neil Smith. Recorre-se, nessa explicação, à lei do desenvolvimento desigual e combinado, responsável, em grande medida, pela diferenciação interna e externa do território brasileiro, seus contrastes e contradições, suas potencialidades e expectativas. Segundo Becker e Egler (1993), o Brasil é um país de

múltiplos tempos e múltiplos espaços. “Brasil é um continente”, afirmam os autores. Sua extensão territorial o coloca na quinta posição entre os maiores países do globo. A potencialidade de recursos se amplia pela disponibilidade de espaço útil de sua posição geográfica. O Brasil corresponde a dois terços da América Latina e é seguramente o maior país situado na faixa intertropical (BECKER; EGLER, 1993, p. 21).

Desde o período colonial, o território brasileiro vem se consolidando através de uma impressionante capacidade de incorporar novas terras, fazendo com que o papel de diferentes fronteiras, desde o sul do país, no passado, à Amazônia, no presente, jogasse uma importância notória nos formatos territoriais definidos. O acesso à terra tornou-se, historicamente, um critério fundamental para se entender a geografia do Brasil. Dois processos distintos e complementares – a apropriação e a ocupação de terras – constituíram a base do poder de grupos sociais dominantes. O controle de recursos naturais condicionado ao controle social de cima para baixo (a chamada “via prussiana”) vincula-se à incorporação de novas terras, garantindo a oferta de produtos agrícolas, sem tocar na estrutura fundiária preestabelecida, reproduzindo-se velhos mecanismos de poder até hoje, resumem Becker e Egler (1993). Um padrão de ocupação intensivo, do ponto de vista dos recursos, e extensivo, no que tange ao espaço, domina genericamente a história nacional, de acordo com Moraes (1999, p. 44), acrescentando que a “expansão territorial – despovoadora na perspectiva dos índios, povoadora na ótica do colonizador – marcou o desenvolvimento histórico do Brasil”.

Moraes (1999, p. 43) afirma que nos “países de formação colonial, a dimensão espacial adquire singular relevo na explicação dos processos sociais e da vida política em particular”. Cabe destacar que a economia colonial brasileira apresentou marcos importantes: até meados do século XVII, o Nordeste, a região em torno da capitania de Pernambuco, se tornou o maior produtor mundial de açúcar e, durante o século seguinte, o Brasil foi também o maior produtor mundial de ouro. Becker e Egler (1993, p. 52) explicam que à “estrutura econômica e social da agroexportação se associou uma estrutura espacial específica”. Para estes últimos autores, o primeiro traço marcante da estrutura espacial durante a colônia era a profunda diversidade entre a “marinha” (o litoral) e o “sertão” (o interior).

No século XIX, 60% da população concentravam-se na faixa costeira, de uns 20 Km de largura. Na “marinha” estavam as *plantations* açucareiras, as cidades e os portos exportadores. Um segundo traço daquela estrutura espacial era a concentração da produção e da organização social na própria faixa costeira. O isolamento relativo dos núcleos dessa faixa configurou uma estrutura espacial em “arquipélago”, pois a articulação do conjunto era mantida por fracas conexões comerciais voltada ao mercado interno.

Segundo Becker e Egler (1993, p. 54), a era colonial terminou para o país em 1808, antes da “Independência”. Dentre outros aspectos, os autores ressaltaram que a quebra do monopólio português e a formação do Estado-nação marcam o final da crise da economia colonial e que “o café, novo produto, viria constituir a economia mercantil escravista nacional e mudar os rumos da crise”. Assim, no final do século XIX, proclama-se a República, surge a Constituição de 1891, e um pacto oligárquico mantém a hegemonia do bloco regional cafeeiro, geograficamente localizado no entorno do centro político do país, o Rio de Janeiro.

No século XX, sobretudo a partir da década de 1930, a geografia do país vai-se afastando de um modelo agroexportador e se aproxima cada vez mais de um modelo urbano-industrial. Reconfiguram-se estruturas territoriais, capitaneadas pelos processos de urbanização e de industrialização. Nessa nova capitalização da economia e modernização dos espaços territoriais, a formação do mercado de trabalho foi condição essencial. Nas áreas cafeeiras, os imigrantes tornaram-se trabalhadores assalariados. Os capitais acumulados com café foram cruciais para a industrialização do país, conforme magistralmente analisado por Silva (1985, p. 19), “onde a expansão cafeeira e a industrialização aparecem como dois estágios da *transição capitalista* no Brasil”. Vale ressaltar também que, mesmo com a predominância do café, a partir do século XIX, o país experimentou uma diversificação no padrão das exportações primárias, com a exploração da borracha na Amazônia e com o cultivo do cacau na Bahia.

Com o Estado Novo, parte significativa da infraestrutura necessária à industrialização nacional ficou a cargo do governo central. É nesse período que são criadas importantes empresas estatais, como a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e

a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), ambas em 1942. A unidade do território nacional tornou-se o recurso simbólico fundamental para legitimação do Estado. Ao mesmo tempo, assinalam Becker e Egler (1993, p. 79), o governo Vargas deu início à campanha da “marcha para o Oeste”, isto é, a conquista dos “espaços vazios” brasileiros, incluindo todo o interior “vizinho” à costa. Na década de 1930, segundo Moraes (1999, p. 46), se “instituiu o moderno aparelho de Estado no Brasil”, criando-se agências e normas governamentais, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e os Códigos Florestal e de Águas.

Na década de 1950, Moraes (1999, p. 46) reconhece “a consolidação de uma estrutura de planejamento estatal, que tem na intervenção do território a linha mestra de atuação”. A construção de Brasília é exemplo incontestado. “Cinquenta anos em cinco” e “energia e transporte”, *slogans* do governo Kubitschek (1956-1960), traduzem o ritmo e a orientação do capitalismo no Brasil, redefinindo as estruturas espaciais, sob a égide da integração do país. Com o surgimento do planejamento regional, Becker e Egler (1993, p. 87) afirmam que foi reforçado o papel da urbanização como base para a industrialização, favorecendo novamente a concentração econômica no sudeste, e que nesse “processo” esfacelou-se gradativamente a estrutura espacial em “arquipélago”, substituída por uma de tipo “centro-periferia”. Os diversos modelos do território e sua configuração articulada podem ser confrontados nos cartogramas das Figuras 1 e 2, e a estrutura centro-periferia, através do mapa da Figura 3.

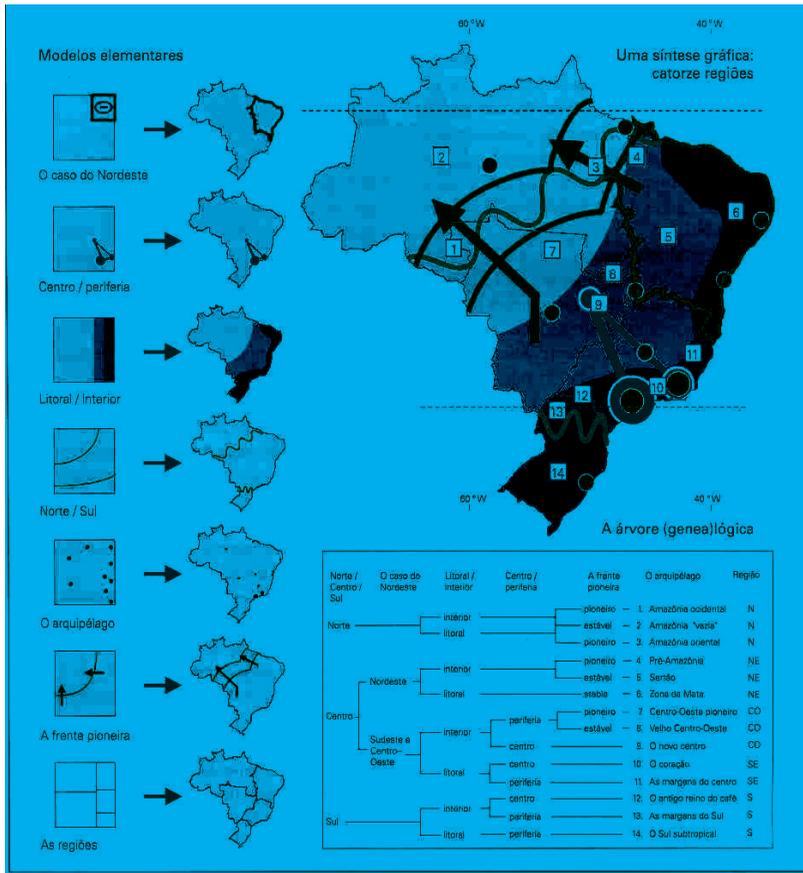


Figura 1 - Modelos do território brasileiro. Fonte: Théry e Mello (2008).

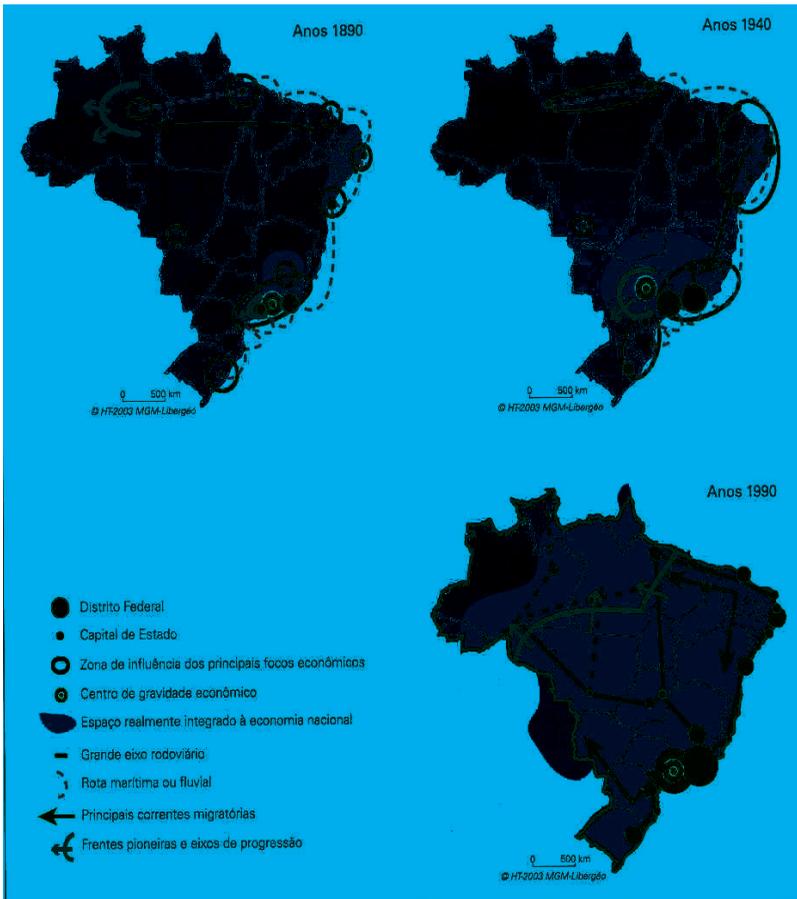


Figura 2 - Do arquipélago ao continente. Fonte: Théry, H.; Mello, N. A. (2008).

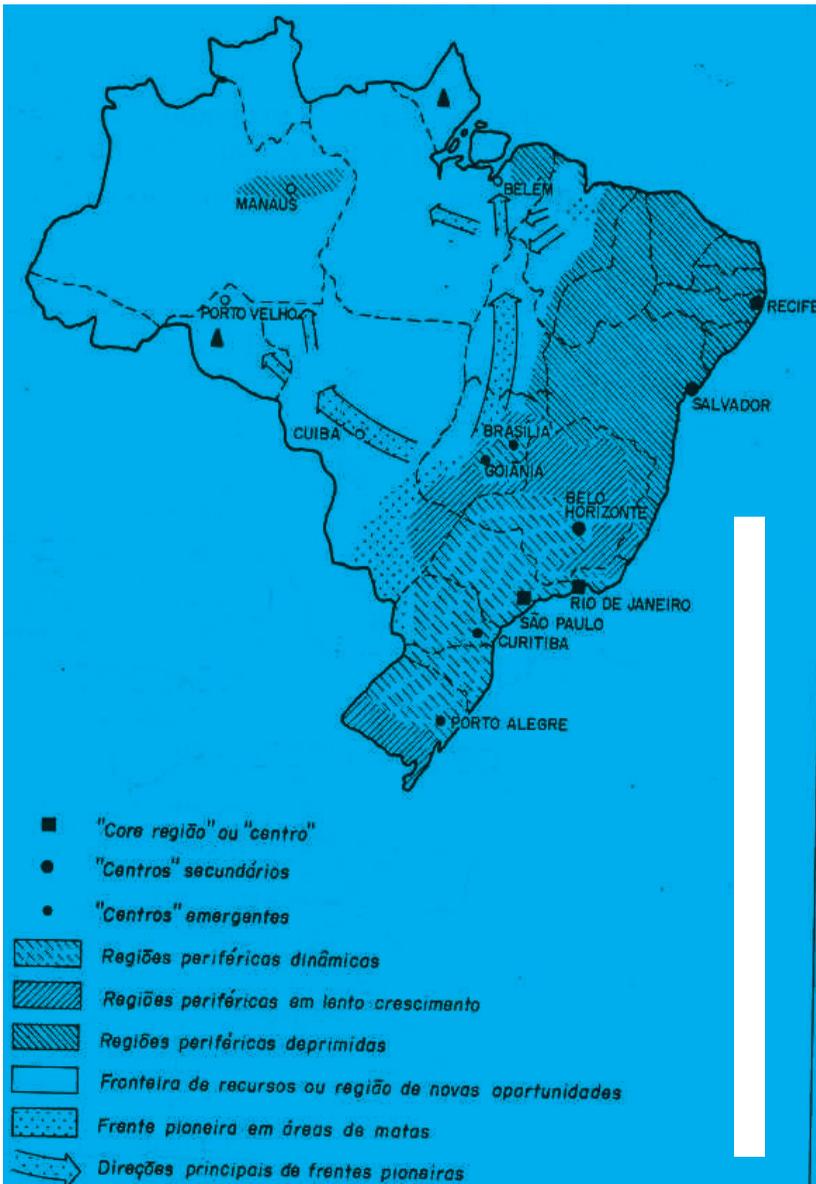


Figura 3 - Tipos de região em função das interações espaciais na década de 1960. Fonte: Becker (1992).

Esse processo de formação territorial é traduzido nas palavras de Santos e Silveira (2001, p. 31) como “uma sucessão de divisões territoriais do trabalho fundadas em graus diversos de tecnificação”, ou seja, uma longa passagem que parte de meios naturais ao meio técnico-científico-informacional. Como se nota, a divisão territorial do trabalho e as especializações produtivas em cada espaço por elas provocadas tornam-se um eixo metodológico para se entender a geografia do Brasil. Os meios geográficos no país serão marcados, progressivamente, pela combinação heterogênea da urbanização com a industrialização, o que significa dizer que o espaço nacional vai se transfigurando, haja vista que os traços rurais deixam de ser a característica principal do território.

A dinâmica demográfica e as formas de povoamento serão uma expressão clara dessa transfiguração territorial. Fluxos migratórios em direções e sentidos distintos, ao longo dos séculos, e uma constante reacomodação da hierarquia das cidades dão o tom do processo geral da configuração geográfica do país. A partir da década de 1930, o estado de São Paulo começa a atrair migrantes de todo o país, e a partir de 1945-1950 se afirma como a grande metrópole fabril do país, criando-se, então, as condições de formação do que é hoje a região polarizada ou região concentrada, o que, segundo Santos e Silveira (2001, p. 43), “foi um momento preliminar da integração territorial, dado por uma integração regional do Sudeste e do Sul”. Geiger (1995, p. 31) diz que o “quadro urbano brasileiro atual mostra São Paulo como principal centro do sistema, por ser o local da articulação da economia brasileira com a cidade mundial”. Contudo, deve-se evitar o que Gunn (1995, p. 87) denomina de “visão metropolitana *paulicêntrica*”, sustentada por uma roupagem ideológica de integração nacional, focada em São Paulo.

Com relação à metropolização brasileira e ao caso de São Paulo, especificamente, Santos (1994, p. 75) avalia que a região cresce mais que a metrópole, daí empregar a expressão “involução metropolitana” advertindo que ela não se confunde com o conceito de “involução urbana” proposto nos fins dos anos 1960, nem com a ideia de “ruralização urbana” apresentada anos à frente daquele conceito. Santos (1994, p. 75) argumenta que “evidência empírica nos permite falar, no Brasil, de ‘involução metropolitana’, devida, em boa parte, à capacidade de atração dos pobres pela metrópole”. Os principais indicadores dessa “involução urbana” seriam: “a) o PIB cresce menos nas

metrópoles do que no País como um todo e em certas áreas de sua região de influência; b) nas áreas onde o capitalismo amadurece há tendências à reversão do leque salarial [...]; c) certos índices de qualidade de vida tendem a ser melhores no interior do que nas regiões metropolitanas” (SANTOS, 1994, p. 76). Adverte este autor: “A metrópole não para de crescer, mas outras áreas crescem mais depressa” (SANTOS, 1994, p. 76).

Considerar a geografia do Brasil é reconhecer as diferenças do território redefinidas no tempo histórico. Santos e Silveira (2001) propõem que essas diferenciações sejam analisadas a partir de alguns critérios, tais como: 1) novas desigualdades territoriais; 2) zonas de densidade e rarefação – densidades urbana, rural, produtivas do emprego, do consumo, dos movimentos; 3) fluidez e viscosidade-circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens; 4) espaços da rapidez e da lentidão – número de vias, de veículos privados, transportes públicos, a vida social de relações; 5) espaços luminosos e espaços opacos – variação na densidade técnica e informacional; 6) espaços que mandam e espaços que obedecem – acúmulo de funções diretoras em certos lugares; 7) novas lógicas centro-periferia – desde um Brasil policêntrico, um “arquipélago”, no Governo Geral, no Vice-Reinado e no Império, passando pela unificação através dos transportes e da indústria, a partir de meados do século XIX, até o período atual, cujo motor passa a ser a informação.

A análise precedente permite distintas interpretações e cartografias do Brasil atual; destacaremos duas dentre elas. A primeira é apresentada por Becker e Egler (1993, p. 204), no que designarão como *espaço transfigurado*. Com a palavra, os autores:

A estrutura centro-periferia foi transfigurada pela modernização conservadora, redefinindo hierarquias e posições de poder, reestruturando funções e unidades de produção, distribuição e gestão. A consolidação da cidade mundial, do domínio, e a abertura de fronteiras são expressões desse processo. As novas territorialidades que emergem do conflito entre a malha programada e o espaço vivido assumem feições específicas em cada uma destas formações espaço-tempo. Ver Figura 4.

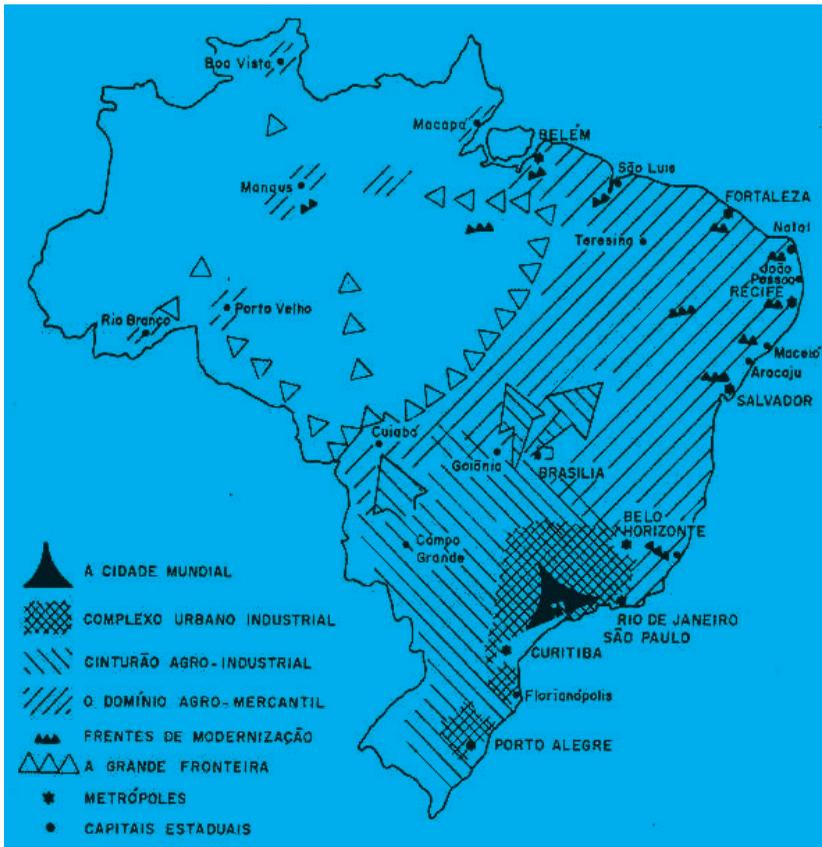


Figura 4 - O espaço transfigurado. Fonte: Becker e Egler (1993).

A segunda interpretação, apresentada pelo geógrafo Ruy Moreira (Moreira, 2004), corresponde à regionalização do trabalho industrial atual. Essa nova divisão territorial do trabalho segmenta o território nacional em quatro grandes regiões, a saber: a) polígono industrial - referindo-se à redistribuição industrial da região metropolitana para o interior de São Paulo, que, de certo modo, será copiada pelas cidades de mesmo porte e capacidade de industrialização dos estados do Sudeste e do Sul, formando uma grande região industrial estendida de Belo Horizonte para o Sul até Porto Alegre; b) complexo agroindustrial - alojado no Planalto Central, refere-se a uma extensão do território que avança das fronteiras da

região Sul para as fronteiras com a Amazônia (“nortão” de Mato Grosso) e o Nordeste (oeste da Bahia e Sul do Maranhão e Piauí), e grande parte da qual se sobrepõe ao território da região do polígono industrial; c) difusão da agroindústria e indústria de não-duráveis, e nos cerrados do oeste da Bahia, Sul do Piauí e do Maranhão, o avanço do complexo sojífero; e d) fronteira biológica – trata-se de Amazônia e seu papel como fronteira agrícola, mineral e energética. Ver Figura 5.

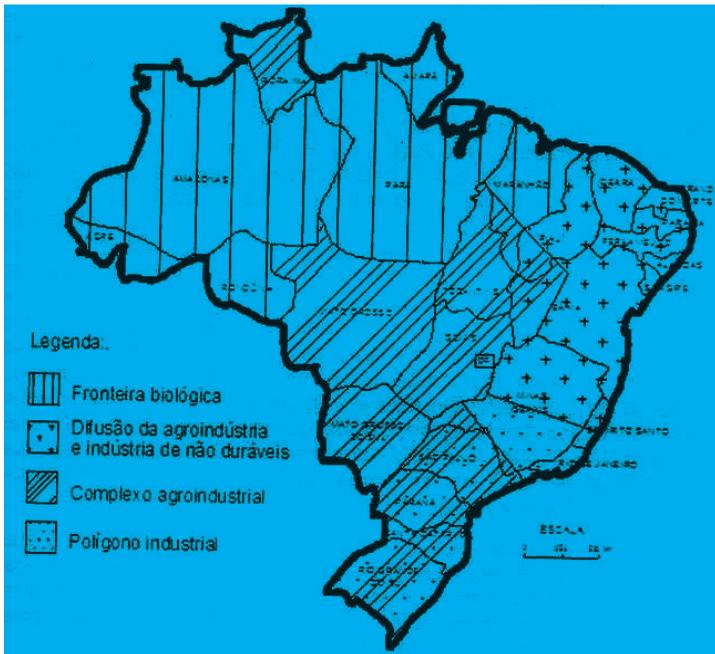


FIGURA 5: Brasil - a nova divisão do trabalho. Fonte: Limonad e Moreira, 2004.

Até aqui, foi possível perceber o modo diferenciado com que a tensão unidade/diversidade territorial conduziu a “distintas geografias” para o Brasil. Fatores de ordem natural e social desempenham papel fundamental nas configurações territoriais e nas dinâmicas espaciais destacadas. Isso nos incita a aprofundar as análises regionais, a fim de melhor compreender a geografia do Brasil. Contudo, parece oportuno recorrer à escala supranacional – continental e mundial, com o intuito de avaliar a posição do Brasil no mundo contemporâneo. É o que faremos na próxima seção, antes de retomarmos a escala regional.

2 A POSIÇÃO DO BRASIL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: UMA ARTICULAÇÃO GEPOLÍTICA E GEOECONÔMICA

Em primeiro lugar, apresentaremos o Brasil como uma semiperiferia do sistema-mundo atual. Para tanto, é necessário esclarecer a amplitude e o sentido do conceito de semiperiferia. Esse termo é atribuído à criação intelectual do economista Immanuel Wallerstein. Para ele, uma zona, região ou estado se converte em periférico ou central se neles predominarem processos de periferia ou de centro. Esses processos, de modo simplificado, de acordo com Taylor e Flint (2001, p. 21), podem ser assim descritos: “os processos de centro consistem em relações que combinam salários relativamente altos, tecnologia moderna e um tipo de produção diversificada; enquanto que os processos de periferia são uma combinação de salários baixos, tecnologia mais rudimentar e um tipo de produção simples”.

Wallerstein (2005, p. 136) esclarece que:

Não existem produtos semiperiféricos, o que existe são produtos centrais e periféricos. Assim, se calcula qual proporção da produção de um país é central e qual é periférica, identificam-se alguns países com uma distribuição aproximadamente meio a meio, quer dizer, que enviam produtos centrais para zonas periféricas e produtos periféricos para zonas centrais. Por isso, podemos falar, então, de países semiperiféricos e vemos que contam com um tipo especial de políticas que jogam um papel particular no funcionamento do sistema-mundo.

Assim, depreende-se que a semiperiferia não é centro nem periferia, mas que combina de forma particular ambos os processos. De acordo com Taylor e Flint (2001, p. 21), a semiperiferia é interessante porque é a categoria dinâmica da economia-mundo. Então, ressalta a articulação entre as dimensões geopolítica e geoeconômica, na qual o Estado desempenha relevante papel. Para Becker e Egler (1993, p. 29):

A semiperiferia é a síntese das contradições do capitalismo histórico dentro de uma

mesma economia nacional. É o lócus da profunda heterogeneidade estrutural acumulada pelo capitalismo na sua longa história, do qual o Brasil é um magnífico exemplo. Mas a categoria de semiperiferia não esgota a especificidade do Brasil como potência regional. É preciso historicizá-la.

É nesse sentido, de uma historicização, que Becker e Egler (1993) reportam-se a uma via autoritária para a modernidade no que se refere à incorporação do Brasil na economia-mundo. Assim, os autores em foco falam de “um certo autoritarismo, um certo capitalismo e uma certa territorialidade”. Com o intuito, igualmente, de complexificar a análise do sistema-mundo moderno e a inserção de países latino-americanos, Mignolo (2005, p. 73) recorre à noção de sistema-mundo moderno, proposta por Wallerstein (2005), mas se desviando dela, em parte, “ao introduzir o conceito de ‘colonialidade’ como o outro lado (o lado escuro?) da modernidade”. Este autor latino-americano considera fundamental levar em conta a colonialidade do poder e do saber eurocêntrico e reconhecer a “diferença colonial”, outro imaginário distinto do eurocêntrico. Por isso, Mignolo (2005) emprega a expressão sistema-mundo moderno colonial, para se referir à história do capitalismo e da modernidade/colonialidade, da qual o Brasil (a América Latina) é partícipe em condição subalternizada.

As categorias centro-periferia, uma vez atualizadas, seguem como válidas na interpretação do mundo contemporâneo, e é por isso que geógrafos e cientistas políticos franceses propuseram uma cartografia de centros e periferias para essa interpretação. Na Figura 6, pode-se confrontar o Brasil e sua posição no mundo, a partir da identificação de uma porção do território como periferia integrada ao centro, polarizada pelas metrópoles São Paulo e Rio de Janeiro, bem como o restante do país categorizado como periferia explorada, destacando-se na porção equatorial do Brasil uma vasta área geográfica designada como “ângulo morto” ou reserva territorial estratégica ou espaço de colonização pioneira, a qual corresponde à Amazônia sul-americana. Parece-nos um exercício bastante interessante a confrontação das categorias e designações aplicadas ao Brasil nesse cartograma da Figura 6 com aquelas aplicadas ao país nos cartogramas das Figuras 4 e 5. Então, a que conclusões chegar?



Figura 6 - Centros e periferias do mundo, 1992. Uma Rede Hierarquizada.
 Fonte: Durand e Retallé (1992).

Para além do modelo centro-periferia, é possível analisar a posição do Brasil no mundo atual por meio de alianças estratégicas estabelecidas com outros países, seja através de acordos e iniciativas multilaterais, seja por intermédio da formação de blocos econômicos supranacionais. Assim, no exemplo de novos territórios regionais e de alianças geoeconômicas e geoestratégias intercontinentais, o Brasil assume posições muito particulares no sistema-mundo. Trataremos de mencionar alguns desses exemplos, como o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), a iniciativa IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) e a proposta do BRIC (Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul).

O MERCOSUL entrou em vigor em 1995, após vastas negociações, tendo sido o ano de 1985 um ponto de partida, com o encontro entre os presidentes Raul Alfonsín (Argentina) e José

Sarney (Brasil), estabelecendo-se em 1986 o PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica), assinado pelos presidentes citados. Inicialmente, o MERCOSUL é integrado por quatro países – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Mais tarde associam-se Bolívia e Chile, mais a proposta da Venezuela, com participações diferenciadas dos quatro originais. Um dos pontos relevantes para se entender o MERCOSUL é o fato de este modelo de integração regional ter sido precedido por outros esforços na América Latina, como a ALALC (Aliança Latino-Americana de Livre Comércio), em 1962, o Pacto Andino, em 1969, e a ALADI (Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Integrado), em 1980. O que teria conduzido aqueles esforços ao fracasso? Seria o MERCOSUL uma reedição previsível daquelas experiências malfadadas? Integração para quem? Seria uma promessa ilusória?

Em que pese as disparidades em termos econômicos, sociais, culturais e políticos entre os países-membros, o MERCOSUL instaura um novo território na América Latina e uma nova arena de poder e de divisão estratégica. Para Rattner (2002, p. 67), os principais promotores dessa integração regional são as empresas e conglomerados transnacionais, além da tecnoburocracia dos Estados-membros, o que impõe a necessidade de se afirmar que a celebração de um novo contrato social em nível internacional “só se afigura viável quando lastrado nos direitos humanos e nos princípios de justiça social”. Em outras palavras, deve-se lutar por um processo de integração “por baixo”. Isto implicaria no desenvolvimento de um paradigma alternativo, democrático, pluralista e participativo, respeitoso das tradições e da diversidade cultural, conclui Rattner (2002).

O MERCOSUL corre o risco de se consolidar apenas como um espaço privilegiado para as trocas comerciais. Nesse sentido, alerta-nos Arroyo (2002, p. 129) para um possível cenário “comercialista”, no qual predominam as velhas tendências, isto é, um esquema de intercâmbio no qual só se beneficiam os setores mais concentrados, os que detêm um importante grau de controle da economia. O comércio regional, sem dúvida, foi incrementado na área integrada, mas não sem altos e baixos devido às crises particulares, como a Argentina, e em certa medida, outras crises mais globais. Vale destacar que os problemas sugeridos até agora têm sido resolvidos

de forma negociada. Ou seja, o processo integracionista não foi interrompido no primeiro obstáculo. Para o Brasil, o MERCOSUL tem sido economicamente importante e vice-versa, mas também ocorrem ganhos políticos, sobretudo em face de interesses estratégicos norte-americanos, europeus e asiáticos. Ao assumir certa liderança no bloco regional, o Brasil ganha vantagens políticas competitivas. Negocia com maior poder de barganha nas relações internacionais, e o próprio MERCOSUL apresenta uma linguagem única nas discussões e decisões a serem tomadas, como foi o caso das negociações finais sobre a ALCA, em Miami (2003) e Puebla (2004).

Antes de tudo, o MERCOSUL é um espaço geoeconômico e geopolítico de oportunidades para o Brasil e para o papel deste país na América Latina e no mundo. Fala-se em certo “entusiasmo regional”, a partir de novas adesões, como se exemplifica com a assinatura do acordo para se criar a CSN (Comunidade Sul-Americana de Nações), à qual pertencem todos os países da América do Sul, com exceção da Guiana Francesa (MENEZES; PENNA FILHO, 2006). Vislumbra-se, neste inciso, um enfrentamento com a proposta da ALCA, liderado pelo Brasil?

Em 1990, o governo dos Estados Unidos falava pela primeira vez na iniciativa para as Américas, cuja intenção era criar uma área de livre comércio que abarcasse todo o continente americano, do Alasca à Patagônia, com exceção de Cuba. Polêmicas e desconfianças não tardaram a se multiplicar na América Latina. O Brasil finda por protagonizar uma espécie de resistência à proposta da ALCA, sendo o MERCOSUL uma peça fundamental no jogo estratégico de enfrentamentos. Os Estados Unidos insistem na iniciativa e estabelecem acordos em separado com países latino-americanos. De acordo com Menezes e Penna Filho (2006, p. 122), nesse sentido, o “receio é que o Brasil, ao usar o MERCOSUL como arma para futuras discussões no âmbito da ALCA, seja neutralizado e acabe aceitando mais tarde um acordo com os EUA (Estados Unidos) não tão vantajoso como o desejado”, daí falar-se tanto na formação de unidade geoeconômica com a integração do MERCOSUL com os países da comunidade andina, criando-se a ALCSA, rebatizada de Comunidade Sul-Americana de Nações.

Vários autores combatem a proposta de ALCA, relatando que a mesma representa risco à soberania dos países latino-

americanos face às pressões dos Estados Unidos, reportando-se a ameaças aos programas sociais, à sustentabilidade ambiental e à justiça social, além do reforço ao imperialismo norte-americano e a um tipo de recolonização. São exemplos os trabalhos de Sader (2001) e da Campanha Nacional contra a ALCA (2002). Soberania e perspectiva federadora entrecrocaram-se com práticas de integração econômica. Trata-se de mais um desafio para o Brasil.

Em termos de cooperação internacional e da posição do Brasil no mundo, podem ser citados os exemplos da iniciativa IBAS e os denominados BRICs. A iniciativa IBAS, englobando Índia, Brasil e África do Sul – daí o acrônimo –, foi instituída em 2003 e é um exemplo paradigmático do novo dinamismo adquirido pelas relações Sul-Sul. Sua peculiaridade é o fato de ser formada por potências regionais ou médias, ou países intermediários, para os quais preferimos, como exposto, a designação de semiperiferias do sistema-mundo moderno colonial.

De acordo com Lima e Hirst (2009, p. 8), a:

[...] parceria estratégica entre os três está ancorada nos seguintes interesses compartilhados: 1) compromisso com instituições e valores democráticos; 2) empenho em vincular a luta contra a pobreza a políticas de desenvolvimento; 3) convicção de que instituições e procedimentos multilaterais devem ser fortalecidos para fazer face a turbulências econômicas, políticas e de segurança.

Trata-se de uma novidade e uma oportunidade na esfera da política internacional, visto que tradicionalmente as relações de cooperação tendiam a ser estabelecidas entre países do Norte. O impacto desse tipo de iniciativa no sistema internacional e as potencialidades que o Brasil poderá desenvolver por meio dela fazem desse tema algo extremamente valioso para se entender o Brasil no mundo. Ver, a respeito, a Figura 7.

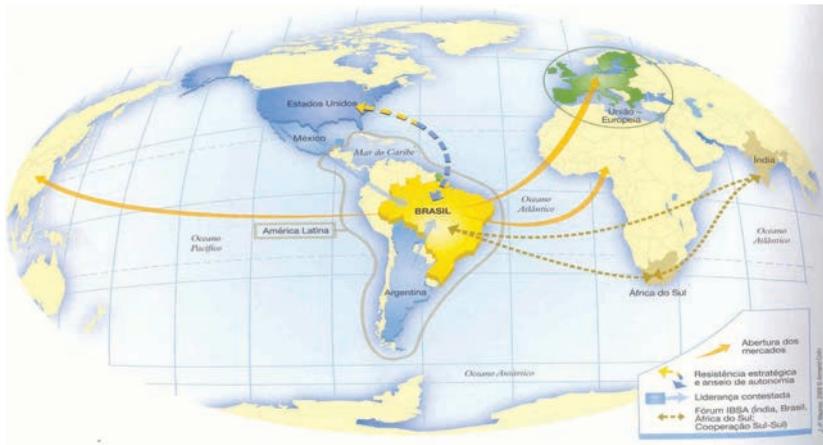


Figura 7 - O Brasil e suas posições no mundo. Fonte: Magnier (2008c).

Outro acrônimo frequente o temário da geografia do mundo contemporâneo. Trata-se dos BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China –, outro tipo de coalizão estratégica em nível internacional. Um relatório de 2003 da Goldman Sachs identificou quatro Estados que se tornariam uma força muito maior na economia mundial, num período de 50 anos - eram as economias BRICs. Por que focar esses quatro países em particular? Para Hurrell et al. (2009, p. 10):

A primeira razão é que todos parecem dispor de recursos de poder militar, político e econômico, alguma capacidade de contribuir para a gestão da ordem internacional em termos regionais ou globais, além de algum grau de coesão interna e capacidade de ação estatal efetiva.

Então, o Brasil se comportaria como “Estado pivô” no jogo geoeconômico e geopolítico global? Que peso assumirão as alianças internacionais estabelecidas pelo governo brasileiro? É preciso conhecer bem a geografia desse país para se avaliar o papel que ele desempenha na história. Na próxima seção, avançaremos em direção às peculiaridades regionais da geografia brasileira.

3 A ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ESPAÇO BRASILEIRO

A imensa diversidade territorial é a característica marcante da organização regional do espaço brasileiro. Este fato tem levantado divergências quanto à identidade territorial brasileira. E, logo de saída, levanta-se a questão: de quantos “Brasis” se está falando? São dois, três, quatro, múltiplos? Na literatura geográfica encontram-se respostas variadas a essa questão. Inicialmente pode-se destacar a de Jacques Lambert, em seu bem conhecido livro “Os dois Brasis”, bastante divulgado na década de 1960. O autor refere-se a uma sociedade dualista e à luta do país novo com o velho país colonial e, quando se reporta à industrialização, afirma que o Brasil é mais um país desigualmente desenvolvido que subdesenvolvido.

Dentre os esforços de superação da visão dualística de Lambert (1960), geógrafos como Roberto Lobato Corrêa (2001) e Milton Santos (2007) falam em três e quatro “Brasis” respectivamente. Santos e Silveira (2001, p. 268) afirmam que é possível “reconhecer a existência de quatro Brasis: uma Região Concentrada, formada pelo Sudeste e pelo Sul; o Brasil do Nordeste; o Centro Oeste; e a Amazônia” (ver figura 8).



Figura 8 – A divisão em quatro regiões, na visão de Santos e Silveira (2001). Fonte: Santos e Silveira (2001).

Corrêa (2001, p. 199) afirma que se pode falar de uma nova regionalização, a partir das décadas de 1950 e 1960, caracterizadas por três grandes regiões: o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia. O Centro-Sul é definido pelas regiões Sudeste, Sul e os estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. O Nordeste é constituído por oito estados, desde a Bahia até o Piauí. A Amazônia, por sua vez, é definida pelas unidades federativas da região Norte mais os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Segundo Corrêa (2001, p. 199):

Astrês grandes regiões podem ser reconhecidas como expressão de uma nova visão territorial do trabalho vinculada à dinâmica de acumulação capitalista internacional e brasileira e aos numerosos conflitos de classe.

[...]

A nova divisão territorial do trabalho desfaz e refaz a organização espacial, e a cada etapa a desigualdade socioespacial é refeita: a regionalização é refeita, desfazendo antigas regiões que tiveram existência sob outros processos e condições. Neste aspecto, o Brasil é um amplo laboratório de experiências já realizadas e a se realizarem, isto é, de construção e reconstrução do território.

A respeito da diversidade territorial do Brasil, Araújo (1998, p. 180) a vê como potencial e complementa que a diversidade do Brasil não é um problema, mas uma vantagem. “Só que ela não cabe em modelos centralizados, concentrados, excludentes (para esses modelos é que a diversidade é problemática)”. A autora advoga a construção de modelos descentralizados e coordenados, além de projetos includentes. Para essa autora, o corte macrorregional se tornou insuficiente. Seriam necessários cortes mais finos. Não faz muito sentido dizer: “o Sudeste vai bem, o Nordeste vai mal”. A partir desses cortes finos, fóruns de coordenação precisam definir objetivos comuns, negociados, que nos levam a uma trajetória desejada por nós e

não a uma trajetória em que vamos a reboque de agentes cuja lógica decisória é a do interesse individual (ARAÚJO, 1998).

Vejamos os recortes regionais Centro-Sul, Nordeste e Amazônia mais de perto, sistematizando Corrêa (2001), Santos e Silveira (2001) e Becker e Stenner (2008).

O Centro-Sul pode ser definido como a *core area* do Brasil, coração econômico e político da nação. Concentra os principais centros de gestão econômica e política do país – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília constituindo-se como os mais importantes. A metrópole paulista é a “capital do capital”, principal centro de gestão e acumulação da nação, sendo, para muitos analistas, uma “cidade global”. Outros centros se destacam, como Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, além de Campinas, Ribeirão Preto, Blumenau, Joinvile e Caxias do Sul. O Centro-Sul corresponde à “Região Concentrada”, marcada pela implementação mais consolidada dos dados de ciência, da técnica e da informação.

O Centro-Sul apresenta uma urbanização, um padrão de consumo das empresas e das famílias, uma vida comercial mais intensa que o restante do país, com novíssimas formas específicas de terciário superior, um quaternário e um quinquenário ligado à finança, à assistência técnica e política e à informação em suas diferentes modalidades. Consolidam-se, outrossim, *belts* modernos, destinados à produção de laranjas e cana de açúcar em São Paulo, vinculados à produção de suco e de álcool.

Nessa região ou complexo regional, concentra-se a produção industrial do país. Nela, localiza-se o embrião de uma grande megalópole (São Paulo-Santos-Sorocaba-Vale do Paraíba-Rio de Janeiro-Campinas-Piracicaba-Ribeirão Preto). Na região em questão, estão os principais portos do país, como Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá e Rio Grande, além do *hub* porto de Itaguaí². Articulado aeroportos, rede rodoferroviária e modernos meios de comunicação, a integração intrarregional apresenta forte grau e projeta o Centro-Sul em todo território nacional e no sistema-mundo. Também é a principal área de agropecuária do país. O

² Hub é palavra do idioma inglês que significa “a parte central e mais importante de um lugar ou atividade em particular”. Portanto, “hub porto” significa porto concentrador, ou seja, um porto de transbordo (no qual se faz transferência de carga etc. de uma embarcação para outra) que concentra cargas e linhas de navegação.

Centro-Sul apresenta produções nesse setor, extremamente variadas, tendo sido a mais afetada pela modernização agrícola, incluindo não apenas investimentos técnicos, mas, também, alterações na estrutura fundiária e nas relações de produção, a denominada “modernização dolorosa”. Alguns complexos agroindustriais modernos e recentes, como a soja, avançam do Centro-Sul em direção à Amazônia, expandindo a consolidação de um meio técnico-científico.

É no Centro-Sul que se espraíam, partem e chegam fortes correntes migratórias, internas e inter-regionais, portanto. Também é nessa porção do Brasil que está uma forte concentração de renda nacional, acompanhada de significativa expansão da massa de cidadãos precariamente incluídos. Como principal área política do país, é a região de maior efervescência política, palco de conflitos sociais e polo atrator de grandes manifestações e movimentos sociais, além de eventos internacionais de peso, como espetáculos artísticos, científicos e desportivos.

O Nordeste é uma região de povoamento antigo, onde a consolidação do meio técnico ocorreu de forma pontual e menos densa, comparando-se àquela ocorrida no Centro-Sul. Para alguns autores, o Nordeste pode ser considerado como “a região das perdas”, cujo conjunto poderia ser sistematizado por: a) importância declinante da agropecuária no contexto nacional; b) perda demográfica; c) atividades mais dinâmicas controladas de fora da região, estando voltadas para fora; d) ratificação de um pequeno grau de articulação interna, ou seja, uma pequena divisão intrarregional do trabalho.

O baixo nível de renda da maior parte da população é outra característica regional do Nordeste. Há contrastes entre, de um lado, os índices baixos de escolaridade e qualidade de vida e o elevado índice de mortalidade infantil e, de outro, um limitado mas poderoso grupo de elevada renda que se localiza nas suntuosas orlas litorâneas das grandes cidades e de poucos centros do interior.

Há, no Nordeste, menor variedade e densidade de formas espaciais. Contrariamente à região Centro-Sul, o Nordeste caracteriza-se por um menor acúmulo de obras do homem sobre o território, sejam elas cidades, vias de comunicação, hidrelétricas ou campos agrícolas modernos. No que se refere a perdas econômicas e demográficas, contudo, o Nordeste

apresenta no plano político uma importância desmesurada face ao que representa economicamente. A geógrafa Iná de Castro analisou esse aspecto no seu livro “O mito da necessidade”, sobre o discurso e a prática do regionalismo nordestino (CASTRO,1992).

A Amazônia é uma região de rarefações demográficas herdadas e baixas densidades técnicas, porém com elevado potencial de transformação, apresentando-se como a grande fronteira nacional. Para alguns, a “fronteira do capital”. Trata-se, de fato, de novas modalidades de integração que atingem a região, sobretudo pós-1970. Essa integração implica em: a) apropriação dos recursos naturais, incluindo a própria terra e definindo novos capitais de realização futura; b) dizimação física e cultural da base social prévia, referindo-se aos índios, em primeiro plano, e a outras populações amazônicas longamente enraizadas na região; c) correntes migratórias para a região; d) investimentos pontuais de capital, através da construção de hidrelétricas, aeroportos e portos, núcleos de mineração e de transformação; e) integração ao mercado do Centro-Sul, envolvendo tanto matérias-primas como produtos industrializados, além da construção de rodovias ligando o Centro-Sul à Amazônia; f) diferentes tipos de conflitos sociais, envolvendo a grande empresa capitalista, o latifúndio pecuarista, a população indígena, os pequenos produtores, peões das fazendas, seringueiros e garimpeiros. A Amazônia também é a fronteira do capital pelo fato de ainda ter muito “espaço” a ser ocupado, muitos recursos a serem incorporados e muitos conflitos a serem negociados.

Certamente, a Amazônia brasileira não se reduz à noção de fronteira, ou melhor, deve ser compreendida como fronteira em múltiplas direções. Becker (2004, p. 33) considera a Amazônia “como o coração ecológico do planeta, *heartland*”. Isto porque a região teve seu significado alterado, com uma valorização dupla: a) a da sobrevivência humana, com destaque para a biodiversidade, “a especiaria do séc. XXI” (BECKER; STENNER, 2008, p. 33); b) a do capital natural, sobretudo a megadiversidade e a água. Trata-se de uma fronteira do capital natural, isto é, do uso científico-tecnológico da natureza, e constitui um dos três

grandes eldorados contemporâneos, ao lado da Antártica e dos fundos oceânicos.

A Amazônia também assume um novo lugar no Brasil. Se, no nível global, a região é uma fronteira do capital, em nível nacional ela assume um novo significado geopolítico e tende a não ser mais a grande fronteira de expansão territorial. Seria uma tendência ao esgotamento da Amazônia como fronteira móvel, consolidando a sua participação no processo geral de transformação territorial do Brasil. Becker (2004) fornece o exemplo de uma imensa área, correspondente ao leste do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia, que compõe um grande arco de povoamento, um cinturão de 300 a 500 km de largura, ocupando cerca de 500 mil quilômetros quadrados. Segundo Becker (2004, p. 6):

Por ter sido a grande área de expansão da fronteira, onde se sucedeu durante décadas, abrindo novos espaços, a reprodução do ciclo expansão da pecuária/exploração de madeira/desflorestamento/queimada, este grande arco passou a ser chamado "Arco de fogo", ou "do Desmatamento", ou "de Terras degradadas". Hoje, [...] em vasta área não é mais uma fronteira de ocupação, mas sim uma área de *povoamento* consolidado, com significativo potencial de desenvolvimento.

A disponibilidade do território parece se alterar de forma acentuada, expressando certa desaceleração da incorporação de terras. Segundo Becker (2004, p. 83):

"O que se observa, portanto, em relação à tendência de evolução do uso da terra da Amazônia é a reprodução de um processo semelhante [...] no sentido de convergência dos padrões regionais - de ocupação e uso da terra - àqueles consolidados no Centro-Sul do país."

Então, poder-se-ia considerar uma nova geografia amazônica, tendo em vista uma regionalização como estratégia de desenvolvimento. Becker (2004) sistematiza as macrorregiões e as sub-regiões da Amazônia da seguinte forma: 1) macrorregião do Povoamento Consolidado, englobando as sub-regiões do

Arco da Embocadura, os núcleos de modernização do leste e sudeste do Pará, o corredor Araguaia-Tocantins, as áreas intensivas em tecnologias agroindustriais, além da sub-região da agropecuária regional e do sistema agroflorestal; 2) macrorregião da Amazônia Central, abarcando as sub-regiões da Fronteira de Preservação, do Vale do Amazonas, da produção familiar da Transamazônica, das frentes de expansão; e 3) macrorregião da Amazônia Ocidental, envolvendo as sub-regiões da Fronteira de Integração Continental, do Alto Rio Negro, das Várzeas do Solimões, da florestania e por fim, de Manaus e seu entorno.

Para concluir as considerações acerca da Amazônia, parece oportuno lembrar que se trata de uma região do país com enorme potencial natural e humano: uma região que apresenta a maioria da sua população vivendo em áreas urbanas e uma perspectiva de futuro(s) a partir do que os amazônidas conseguem sonhar e realizar, seja no investimento na sua qualificação científico-tecnológico e produtiva, seja nas resistências pela qualidade de um patrimônio sociocultural diverso, envolvendo, como escreve Porto-Gonçalves (2001), as “re-existências” dos seringueiros, dos índios, dos trabalhadores rurais, das populações negras, das mulheres quebradeiras de coco de babaçu, dos ribeirinhos, dos atingidos pelas barragens. Trata-se de se vislumbrar um futuro para a região, ou vários, de se pensar a Amazônia e outras “amazônias” possíveis e desejáveis.

PARA CONCLUIR: REDESCOBRIR O BRASIL?

Para concluir este texto, apresentamos sete proposições para redescobrir o Brasil, sugeridas pela geógrafa Bertha Becker (2000). São elas:

1. Qual o grau em que as estruturas socioespaciais podem se adaptar ou resistir ao novo contexto? Ou seja, qual o grau de adaptabilidade do Brasil ao novo contexto?

É a questão do Brasil e de um projeto nacional. O Brasil no mundo que se redefine rapidamente. Seria interessante ver trabalhos como os de Moscardo e Cardim (2007), de Benjamin et al. (1998), de Ituassu e Almeida (2007) e de Giambiagi e Barros (2009).

2. Descobrir e ouvir o novo: quais os novos atores da sociedade brasileira?

O ponto central é a sociedade que se reinventa. Devem-se consultar trabalhos como os de Sobral e Aguiar (2001), Sachs et al. (2001) e Chiappini et al. (2000).

3. Qual o *locus* da inovação? Repensar as cidades.

Aqui, ressalta o contexto urbano como potencialmente promissor. A respeito é oportuno consultar Souza (2006), Déak e Schiffer (1999) e Ribeiro (2004).

4. Que foi feito da potência regional?

Os caminhos do Brasil entre o passado e o futuro. Pode ser consultado Furtado (1992), Bocayuva (2001), Castro et al. (1996) e Oliveira et al. (2008).

5. Por que o meio ambiente é hoje uma questão fundamental e como se inscreve nos espaço nacional, regional e local?

A questão é a contraditória relação entre a sociedade e a natureza. São trabalhos alusivos à questão: Becker e Miranda (1997), Becker et al. (1995), Bursztyn (1993) e Mendonça et al. (2009).

6. Qual o significado da questão territorial?

O debate é central na Geografia. São trabalhos valiosos: Haesbaert (2004), Souza (2003), Piquet e Ribeiro (1991) e Santos et al. (2007).

7. A questão regional.

Como redefinir contextos e recortes? Consultas relevantes são os trabalhos de Lavinhas et al. (1993) e Santos et al. (2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. de. O elogio da diversidade regional brasileira. In: MINEIRO, A. dos S.; ELIAS, L. A.; BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

ARROYO, M. M. Mercosul: novo território ou ampliação de velhas tendências? In: SANTOS, M; SOUZA. M. A. A;

- SCARLATO, F; ARROYO, M. (orgs.). *Globalização e espaço latino-americano*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BECKER, B. Por um redescobrimento do Brasil. In: CASTRO, I et al. (orgs.) *Redescobrimdo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BECKER, B. *Amazônia*. Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, B.; EGLER, C. *Brasil, uma nova potência regional do mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BECKER, B.; MIRANDA, M. (orgs.) *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- BECKER, B.; STENNER, C. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- BECKER, B et al. (orgs.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BENJAMIN, C. et al. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BOCAYUVA, P. C. (org.). *Afinal, que país é esse?* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BURSZTYN, M. (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CAMPANHA Nacional Contra a ALCA. *Soberania sim, ALCA não*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- CASTRO, Iná Elias de. *O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CASTRO, I. et al. (orgs.). *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CHAUÍ, M. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHIAPPINI, L. et al. (orgs.). *Brasil. País do passado?* São Paulo: EDUSP/Boitempo, 2000.
- CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DÉAK, C.; SCHIFFER, S. (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

FURTADO, C. *Brasil. A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GEIGER, P. P. A urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos. In: GONÇALVES, F. (org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GIAMBIAGI, F. e BARROS, O. (orgs.). *Brasil pós-crise*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GUNN, F. Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles? In: GONÇALVES, F. (org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HURRELL, A. et al. *Os BRICs e o Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ITUASSU, A.; ALMEIDA, R. (orgs.). *O Brasil tem jeito?* Rio de Janeiro: s.e., 2007.

LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

LAVINAS, L. et al. (orgs.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

LIMA, M. R. e HIRST, M. (Orgs.) *Brasil, Índia e África do Sul. Desafios e oportunidades para novas parcerias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

LIMA, M. R.; HIRST, M. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, A. et al. *Os BRICs e o Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LIMONAD, E; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). *Brasil, século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. Max Limonad, 2004.

MACHADO, L. Artificio político en el origen de la unidad territorial de Brasil. In: CAPEL, H. (org.). *Los espacios acotados. Geografía y dominación social*. Barcelona, Espanha: PPU, 1990.

MANN, M. O poder autônomo dos Estados: suas origens, mecanismos e resultados. In: HALL, J. (org.). *Os Estados na história*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MENDONÇA, F. et al. (orgs.). *Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos*. Curitiba: Ademadan, 2009.

OLIVEIRA, M. et al. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo*. Rio de Janeiro: Lamparina/ANPEGE/FAPERJ, 2008.

SANTOS, M. et al. *Território Territórios*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

THIÉRY. H; MELLO, N. A. *Atlas do Brasil - disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: EDUSP, 2008.

Texto 4

CIÊNCIA ECONÔMICA: ELEMENTOS DE UMA SÍNTESE INTRODUTÓRIA

José Nilo de Oliveira Junior¹

Marcelo Bentes Diniz²

INTRODUÇÃO

Como escopo geral, Economia é entendida como a ciência social que estuda a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Ela estuda as formas de comportamento humano, resultantes da relação entre as necessidades dos homens e os recursos disponíveis para satisfazê-las. Assim sendo, esta ciência está intimamente ligada à política das nações e à vida das pessoas, sendo que uma das suas principais funções é explicar como funcionam os sistemas econômicos e as relações dos agentes econômicos, propondo soluções para os problemas existentes.

Vale ressaltar que a ciência econômica tem como principais problemas econômicos: o que produzir; quando produzir; em que quantidade produzir; e para quem produzir. E é cada vez mais aplicado a campos que envolvem pessoas em decisões sociais, como o religioso, o industrial, o educacional, o político, o de saúde, o institucional, o de guerra, etc.

Portanto, por essas características, poucas são as ciências sociais cujo senso comum seja tão próximo na formação de seu objeto, mas tão distante enquanto método de apreensão da realidade. De fato, notadamente quanto ao seu significado e propósitos, duas das mais desafiantes características da Economia enquanto ciência são: a delimitação entre o senso comum² e o

¹ Doutores em Economia pela UFC (Universidade Federal do Ceará) e professores da UFPA (Universidade Federal do Pará). José Nilo de Oliveira Junior pertence ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Mestrado em Economia), e Marcelo Bentes Diniz, ao Departamento de Economia (Centro Sócio-Econômico).

² Refere-se tanto ao entendimento superficial acerca da coisa pretensamente conhecida e dominada, quanto à vivência prática, sem, contudo, explicar por que as coisas acontecem ou por que determinados fenômenos se manifestam (Rossetti, 2002).

conhecimento econômico cientificamente sistematizado³; e a vinculação da sistematização científica a elementos de natureza ideológica⁴.

A dificuldade de delimitação entre senso comum, ciência e ideologia não se restringe à Economia. Porém, na Economia, as dificuldades de delimitação parecem superar a de outros ramos da ciência, pela força e pela capacidade de pressão dos agentes econômicos e pela magnitude dos interesses envolvidos. Decorre daí, inclusive, a convergência ou divergência dos economistas acerca de diversos fatos ou fenômenos econômicos e sua interpretação – e, por seu turno, sua vinculação direta com a política, enquanto elemento norteador da repartição da riqueza material, que se depreende da economia real. Por isso mesmo, alguns defendem a denominação de Economia Política⁵.

Desse modo, é útil aprofundar esses conceitos, no que diz respeito aos seus significados e atributos. A clara compreensão de cada um deles tem muito a ver com a construção do conhecimento científico em Economia e com sua compartimentalização usual.

O ponto de partida para uma primeira aproximação pode ser a definição usual da ciência econômica, atribuída a Robbins (1984), como “a ciência que estuda o comportamento humano, como uma relação entre fins e meios escassos, os quais possuem usos alternativos”. Ou ainda uma definição que privilegia uma visão quanto à finalidade da ciência econômica (instrumental) como a que aparece em Marshall (1920), o qual a vislumbra como a “ciência que traça as leis dos fenômenos sociais, que derivam das operações combinadas da humanidade para produzir riquezas”.

Qualquer uma das duas definições acima, ainda que incompletas, fornecem elementos importantes. O primeiro é

³ Cujos critérios de cientificidade podem ser resumidos como: primeiro, a coerência, significando falta de contradições, argumentação estruturada, corpo não contraditório de enunciados, desdobramento do conhecimento de forma organizada, conclusões a partir de deduções lógicas. Segundo, a consistência, no sentido de resistência à argumentação contrária. E, terceiro, a objetividade, no sentido de reprodução da realidade como ela é, não como o observador gostaria que fosse (ROSSETI, 2002).

⁴ Que, segundo Teixeira (2000), leva à dificuldade da própria ciência econômica de se autodefinir.

⁵ Se bem que, nos primórdios da ciência econômica, o entendimento sobre economia política voltava-se aos problemas da sociedade humana relacionados à produção, circulação e a distribuição da riqueza, bem como para as questões de natureza prática a elas associadas (TEIXEIRA, 2000).

que os fenômenos econômicos derivam de decisões (escolhas), feitas pelos chamados agentes econômicos. A segunda é que a produção, o seu crescimento e a forma como este é distribuído são elementos fundamentais de interesse e têm em si mesmo uma natureza histórica, sendo envoltos em diversas mediações sociais.

O caminho crítico da formação das teorias econômicas está intimamente relacionado ao processo de formação dessas escolhas, suas motivações, relações entre os diferentes agentes econômicos e seus resultados, condicionados a um ambiente historicamente determinado.

1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Antes de tudo, é preciso contextualizar os fenômenos econômicos como fenômenos sociais, surgidos a partir das decisões de caráter individual ou coletivo (social).

Como abstração geral, entende-se que as decisões tomadas pelos “agentes econômicos” seguem uma racionalidade, na busca do melhor resultado possível (otimização) da relação entre fins e meios. De um lado, estão os desejos a partir das necessidades a serem satisfeitas, quer individualmente, quer coletivamente. De outro, estão as restrições existentes para se chegar aos resultados desejados.

A explicação acerca da realidade econômica concreta, por conveniência metodológica, é subdividida em duas grandes categorias: a macroeconomia e a microeconomia. A primeira está relacionada ao entendimento dos fenômenos de forma agregada, ou seja, formados por um conjunto muito grande de decisões individuais, cujas categorias analíticas refletem esse caráter coletivo, de modo que cada decisão individual, de uma maneira geral, tem pouca influência sobre esse comportamento conjunto expresso por aquela variável econômica. A segunda reflete o comportamento individual dos agentes econômicos. Em todo caso, a primeira é sempre “microfundamentada”, e a segunda, influenciada de forma decisiva pelo “ambiente macroeconômico”.

Pelo campo da microeconomia derivam diversas teorias que procuram explicar a atuação dos agentes econômicos,

indivíduos e empresas, e estes entre si, a partir de diversos tipos de comportamentos/ motivações (ou ausência destes):

Preferências; satisfação; barganha; incentivos;
confiança; cooperação/concorrência;
eficiência; incerteza; coordenação;
expectativas.

E dos resultados desses processos:

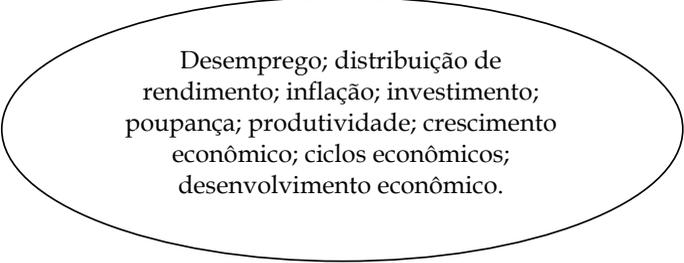
Mercado e suas estruturas;
bem-estar social; concentração
produtiva e espacial; efeitos
ambientais; regulação
econômica e ambiental.

As ações em cada tipo de comportamento partem do entendimento prévio de uma racionalidade que segue os seguintes pressupostos: a) os agentes são capazes de decidir o que é melhor para si, individualmente ou corporativamente; b) os agentes se deparam com *trade-offs*⁶ entre objetivos excludentes, em face das restrições que dispõem. Isto quer dizer que a escolha que tomam em uma direção exclui a possibilidade de outras escolhas alternativas; c) agentes racionais decidem comparando benefícios e custos marginais; d) o custo de qualquer ação é medido em termos de oportunidades abandonadas; e) as pessoas reagem a incentivos; f) os mercados são uma boa forma de organização da atividade econômica – deriva daí que uma economia de mercado é aquela em que as decisões dos agentes

⁶ Nota da organizadora do livro: **trade-off** é expressão utilizada para designar uma escolha conflitante. Por exemplo: devido à limitação de recursos, nenhum país consegue produzir tudo de que precisa – ao se concentrar na saúde poderá deixar de lado parte dos investimentos em educação, em transporte ou na estrutura militar. Ou, ao dedicar mais recursos às demandas militares, poderá sobrar menos para saúde, educação ou bens de consumo. Assim como as pessoas, as sociedades enfrentam situações de escassez e precisam fazer escolhas – ou seja, têm *trade-offs*.

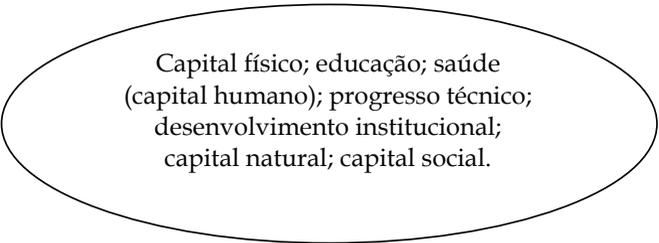
são descentralizadas; g) os governos podem às vezes melhorar os resultados de mercado. (MANKIW, 1999)

Pelo campo da macroeconomia, também derivam diversas teorias, que procuram explicar a relação entre os agregados da economia (o comportamento dos países e as relações que estabelecem entre si), destacando-se:



Desemprego; distribuição de rendimento; inflação; investimento; poupança; produtividade; crescimento econômico; ciclos econômicos; desenvolvimento econômico.

Particularmente quanto ao nível de produção, quanto às taxas de crescimento desse produto e quanto à forma como é distribuído, derivam construções teóricas e/ou conceitos fundamentais, como:



Capital físico; educação; saúde (capital humano); progresso técnico; desenvolvimento institucional; capital natural; capital social.

Uma noção importante em Economia⁷ diz respeito à ideia de equilíbrio, enquanto a situação desejada pelos agentes econômicos, na direção do alcance de seu objetivo - melhor resultado frente às restrições que lhes são impostas. O equilíbrio pode ser individual (equilíbrio parcial) ou coletivo (equilíbrio geral), e sua contraparte econômica é o equilíbrio de um mercado ou o equilíbrio de todos os mercados.

⁷ Pelo menos com relação à corrente principal neoclássica.

Destarte, uma das formas de equilíbrio em economia é o chamado “Equilíbrio de Nash”, que pode ser simplificado da seguinte forma: considere uma relação econômica que se estabeleça entre pelo menos dois agentes econômicos, cada qual buscando seu melhor resultado, mas que este resultado individual dependa do comportamento conjunto dos mesmos, a partir de uma relação de confiança/desconfiança que se estabeleça entre eles. Assim, para que as partes acreditem/confiem na conduta acordada do outro, são necessárias duas condições, embora não sejam suficientes de forma isolada: 1) em cada etapa da linha de ação combinada, haja interesse mútuo de cada uma das partes em manter o acordo, se todos assim o fizerem; 2) em cada etapa da linha de ação combinada, cada parte isoladamente acredite que as outras partes manterão o acordo. (DASGUPTA, 2008)

Portanto, sob as circunstâncias acima, nenhuma das partes terá motivo para se desviar de sua linha de ação (estratégia) se todas as outras mantiverem as delas, configurando, dessa maneira, o “equilíbrio de Nash”.

Importante ressaltar que o equilíbrio que se espera atingir (pela cooperação mútua ou não-cooperação mútua) dependerá em parte do comportamento pregresso dos agentes, que darão uma importante “sinalização” para seus “rivais” de qual comportamento se pode esperar dos mesmos. Por essa via, algumas coisas são importantes para que, efetivamente deem certo. A primeira é que a “história” importa. Ela é a base para a formação de expectativas, opiniões, crenças, valores, condutas sociais. A segunda é que a qualidade das informações que os agentes têm sobre si mesmos e sobre os outros é, também, de valor estratégico. Portanto, informações incompletas, imperfeitas, que configurem assimetria de informações entre os agentes podem levar ao insucesso da relação que se estabeleça, cooperada ou não cooperada. E, ainda, o ambiente institucional pode ou não favorecer/fortalecer os vínculos entre os agentes, criando uma coordenação tácita ou legal entre os mesmos.

Falhas de coordenação a partir das relações que se estabeleçam somente pelo mercado podem ser fatores decisivos para induzir a intervenção do Estado sobre a economia. A regulação do Estado, em várias esferas sociais, pode significar fragilidades e falhas de mercado, que, ao mesmo tempo, levem à impossibilidade de que se chegue aos melhores resultados (eficientes).

Outro conceito não menos importante (e que se liga ao anterior) em Economia diz respeito à eficiência. A eficiência é uma relação entre fins e meios. Quando se afirma que uma relação é ineficiente, sugere-se que os fins desejados poderiam ser atingidos com menos meios, ou que os meios utilizados poderiam ter produzido maior quantidade dos fins desejados. Menos e mais, nesse contexto, referem-se necessariamente a menos e mais valor. Assim, a eficiência econômica é medida não só pela relação entre quantidades físicas de fins e meios, mas também pela relação entre valor dos fins e valor dos meios (HEYNE, 2001).

Ressalte-se que, quando se fala em eficiência de qualquer processo ou instituição em Economia, naturalmente se admite que a mesma utilize estimativas monetárias, referindo-se à relação entre o valor monetário dos fins e o valor monetário dos meios. A medida monetária usada pela Economia acaba por ser vasta e útil. Permite considerar e comparar as estimativas feitas por muitas pessoas diferentes e responder adequadamente.

Ainda segundo o autor acima citado, os pré-requisitos cruciais para a criação desses valores monetários são a propriedade privada dos recursos e direitos relativamente ilimitados para a troca de propriedade. Quando essas condições são satisfeitas, desejos concorrentes para o uso de recursos estabelecem valores monetários que indicam o valor de cada recurso no seu uso atual. Na ausência de valores monetários para recursos escassos, os agentes econômicos, segundo a generalização feita por Adam Smith, “são guiados por uma mão invisível para fomentar um fim que não fazia parte de suas intenções”. Neste caso, contudo, o fim não é o interesse público, mas o resultado que ninguém quer.

Por fim, os críticos da eficiência econômica sustentam que a mesma é um guia pobre para a política pública, porque ignora valores importantes para além do dinheiro. Entretanto, a utilidade social de direitos de propriedade bem definidos, do comércio livre e do sistema de valores monetários relativos que emerge destas condições foi talvez demonstrada mais convincentemente pelo fracasso catastrófico, no século XX, das sociedades que tentaram funcionar sem eles.

2 MICRO VERSUS MACROECONOMIA

Até o final dos anos 1930 e 1940, as duas áreas da teoria econômica foram tipicamente designadas por *teoria monetária* e *teoria dos preços*. Atualmente, a dicotomia situa-se entre a *macroeconomia* e a *microeconomia*. A força motivadora para a alteração veio do lado macro, com a macroeconomia moderna a ser bastante mais explícita sobre as flutuações do rendimento, do emprego e do nível de preços do que a velha teoria monetária. Por outro lado, não há qualquer revolução a separar a microeconomia de hoje da teoria dos preços anterior: uma surgiu naturalmente a partir da outra (HARBERGER, 2001).

A força da microeconomia resulta da simplicidade da sua estrutura e da sua proximidade com o mundo real. Resumindo, a microeconomia tem a ver com a oferta e a procura, e com a forma como elas interagem, nos vários mercados. A análise microeconômica move-se facilmente e sem dificuldade de um tópico para outro e está no centro da maior parte dos setores da economia, a saber: economia do trabalho, organização industrial, economia internacional, economia agrária, finanças públicas, etc.

A economia da oferta e da procura tem uma espécie de conotação moral ou normativa, pelo menos enquanto se ocupa com um vasto número de distorções do mercado. Num mercado não distorcido, os compradores pagam o preço do mercado até o ponto em que consideram que as unidades adicionais não valem esse preço, enquanto que os vendedores competitivos fornecem unidades adicionais enquanto conseguem ganhar dinheiro com cada unidade adicional. No ponto em que a oferta iguala a procura, o preço dá a medida do valor do produto tanto para os compradores quanto para os vendedores.

Portanto, os grandes princípios unificadores da microeconomia são a oferta e a procura. O tom normativo da microeconomia vem do fato de o preço da oferta competitiva representar um valor percebido pelos fornecedores, e o preço da procura competitiva representar um valor percebido pelos clientes. A força motivadora é a dos seres humanos, sempre a gravitarem para escolhas e acordos que refletem os seus gostos.

Por outro lado, a teoria macroeconômica ganhou grande impulso a partir da década de 1930, com a obra *Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda*, elaborada por John Maynard Keynes e publicado em 1936. Após o surgimento desse livro,

a teoria macroeconômica recebeu um impulso considerável, passando a constituir um campo bastante fértil de análise da teoria econômica e propiciando um arcabouço teórico bastante profícuo para a própria política econômica.

Na obra, o autor mostrou que, contrariamente aos resultados apontados pela teoria neoclássica, as economias capitalistas não tinham a capacidade de promover automaticamente o pleno emprego. Assim, abria-se a oportunidade para a ação governamental, através de seus clássicos instrumentos de política econômica, para direcionar a economia à utilização total dos recursos (LUQUE, 1998).

Pelo que foi dito, pode-se usar a orientação de Dasgupta (2008), que simplifica a tarefa do economista em duas direções interligadas: “tenta descobrir o que levou as pessoas a ter a vida que têm” e, ao mesmo tempo, “identificar maneiras de influenciar esses fatos, para melhorar a vida de quem tem poucas chances de se realizar”. Sob esta perspectiva, ainda segundo esse autor, a primeira tarefa “requer que se encontrem explicações, enquanto a segunda procura “identificar diretrizes econômicas”.

Uma distinção metodológica importante da Economia na direção acima é entre Economia Positiva e Economia Normativa. A Economia Positiva é aquela que independe de qualquer posição ética ou análise normativa, mas cujo resultado final é a realização de previsões (FRIEDMAN, 1953). Sua tarefa é, a partir de generalizações, poder fazer previsões corretas acerca das consequências de quaisquer mudanças das circunstâncias. Seu funcionamento deve ser julgado pela precisão, alcance e conformidade das previsões, dando-lhe um caráter objetivo. A Economia Normativa, por seu turno, versa sobre a construção de um mundo idealizado, do *dever ser*. É, por esse sentido, uma arte que não pode ser independente da Economia Positiva. Isto porque qualquer conclusão de política se baseia em uma previsão que deve estar baseada implícita ou explicitamente na Economia Positiva.

Nesse sentido, a Economia Descritiva e a teoria econômica situam-se, preponderantemente, no campo da Economia Positiva, enquanto que a política econômica é, preponderantemente, normativa. Não obstante os diferentes troncos da teoria econômica estejam impregnados pelas ideologias subjacentes a sua aparição e desenvolvimento, eles buscam estabelecer verdades cientificamente comprováveis

pelas metodologias convencionais da dedução e da indução. Diferentemente, as proposições da política econômica são, quanto a sua própria significação, normativas. Necessariamente, envolvem escolhas fundamentadas em juízo de valor.

Essa distinção simples entre proposições normativas e positivas conduz a uma questão metodológica relevante: a impossibilidade lógica de se deduzirem afirmações positivas de juízos normativos, e *vice-versa*. Esta ressalva metodológica não implica a inexistência de conexões entre os compartimentos positivo e normativo, em Economia, como mostra a Figura 1 abaixo. Observa-se que os diferentes compartimentos em que usualmente se subdivide a Economia Positiva alimentam o processo político de escolha da Economia Normativa. O desdobramento dos diferentes segmentos da Economia Positiva fundamenta-se na divisão usual entre microeconomia e macroeconomia.

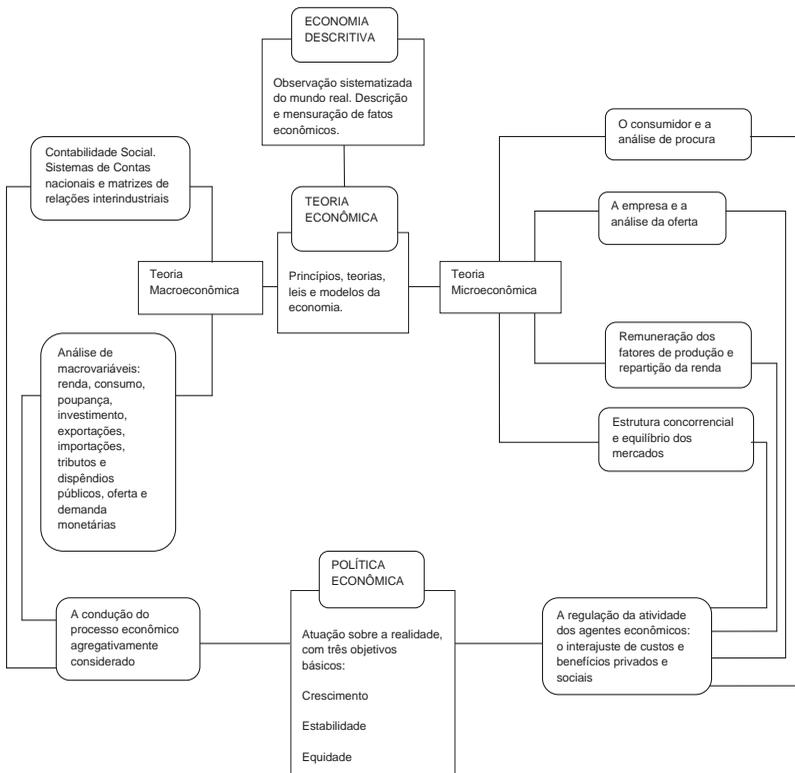


Figura 1: Compartimentos usuais da economia: conexões entre principais segmentos. Fonte: Rossetti (2002, p. 67).

3 QUANTIFICAÇÃO E ECONOMIA

Existem diversos aspectos particulares da realidade social que se entrelaçam com o campo de interesse da Economia. Dentre as diversas relações econômicas, destacam-se as relações produção-distribuição-dispêndio-acumulação (SAY, 1983), riqueza-pobreza-bem-estar (MARSHALL, 1920), crescimento-desenvolvimento (KUZNETS, 1966), bem como recursos-necessidades-prioridades (ROBBINS, 1984). Ressalte-se que uma lista mais extensa das relações de que se ocupa a economia deveria incluir, também: escassez, emprego, produção, agentes, trocas, valor, moeda, preços, mercados, concorrência, remunerações, agregados, crescimento, equilíbrio, dentre outros (ROSSETI, 2002).

Todas essas relações guardam uma característica comum: são passíveis de alguma forma de mensuração. Esta característica costuma ser apontada como uma diferença marcante entre a Economia e outros ramos do conhecimento social. Em Economia é possível quantificar resultados, construir identidades quantificáveis, desenvolver modelos explicativos da realidade, etc. Esta particularidade da Economia possibilitou o surgimento de correntes econômicas fundamentadas no método matemático, bem como o desenvolvimento de um importante ramo auxiliar de investigação econômica, a econometria.

Outro ponto importante é a unidade monetária, que é a base do processo de quantificação em Economia. Além de exercer outras funções, a moeda é, fundamentalmente, unidade de conta e denominador comum de valores. Para quantificar atividades econômicas internas, a unidade de referência é a moeda corrente do país. Para transações ou comparações externas, usam-se divisas internacionalmente aceitas, as chamadas moedas fortes de grandes economias, como, por exemplo, o dólar. Na conversão de uma unidade monetária para outra, adota-se a relação de troca entre elas - a taxa de câmbio.

Uma das mais importantes distinções, no campo da economia quantificada, diz respeito à natureza das variáveis. Desta forma, variáveis econômicas são expressões indicativas de diferentes categorias - transações, processos, resultados. Essa denominação genérica resulta de que elas variam em determinado período de tempo. Quanto a sua natureza, as

variáveis econômicas são usualmente classificadas em duas categorias: variáveis-fluxo e variáveis-estoque.

Variáveis-fluxo são indicadores que se referem, necessariamente, a transações ocorridas ao longo de determinado período de tempo. As variáveis-estoque são medidas que expressam magnitudes em determinado momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Ana Maria. Muitos métodos e o método: a respeito do pluralismo metodológico. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 2, (46), abril-jun. 1992.

BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia*. Ou como os economistas explicam. 2. ed. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1994.

DASGUPTA, Partha. *Economia*. Tradução Silvana Vieira. São Paulo: Ática, 2008.

FRIEDMAN, Milton. *The methodology of positive economics*. Essays in positive economics. Chicago, EUA: University Chicago Press, 1953.

HARBERGER, Arnold C. Microeconomia. In: HENDERSON, David R.; NEVES, João César (org.). *Enciclopédia de Economia*. Lisboa, Portugal: Principia, 2001.

HEYNE, Paul. Eficiência. In: HENDERSON, David R.; NEVES, João César (orgs.). *Enciclopédia de Economia*. Lisboa, Portugal: Principia, 2001.

KUZNETS, Simon S. *Modern economic growth: rate, structure and spread*. New Haven: Yale University Press, 1966.

LUQUE, Carlos Antonio. Teoria macroeconômica: evolução e situação atual. In: PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco A. S (orgs.). *Manual de Economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia*. Princípios de macro e microeconomia. Trad. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MARSHALL, Alfred. *Principles of economics: an introductory volume*. 8th ed. London: Macmillan, 1920.

PINHO, Diva B.; VASCONCELLOS, Marco A. S (orgs.). *Manual de Economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ROBBINS, Lionel. *An essay on nature and significance of economic science*. 3th ed. London: Macmillan, 1984.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à Economia*. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAY, Jean Baptiste. *Tratado de Economia política*. São Paulo: Abril, 1983.

SCHUMPETER, J. A. *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SILBERBERG, E.; SUEN, W. *The Structure of economics: a mathematical analysis*. 3th ed. New York: Irwin/McGraw-Hill, 2001.

TEIXEIRA, Aloisio. Marx e a Economia política: a crítica como conceito. *Econômica*, n. 4, dez. 2000, p. 85-109.

Texto 5

ÉTICA, SOCIEDADE E CIDADANIA

José Claudinei Lombardi
Mara Regina Martins Jacomeli¹

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento da sociedade em que a vida do cidadão é discursivamente eleita fundamento de tudo, mas em que, na prática, ela, a vida, foi banalizada. Sabemos que a vida humana, nesta sociedade regida pelo mercado, tem realmente muito pouco valor. Mas isso quando pensamos na maioria da sociedade, pois, para a minoria endinheirada, a vida vale muito. Uma questão presente em nossas vidas é que a sociedade democrática deve dar condições para que todos tenham acesso a tudo, como se todos fossem iguais e não houvesse distinção de classes sociais nem de posses.

Na sociedade contemporânea, o conceito de *cidadania* se tornou um termo da *moda*. Tomado como expressão fenomênica, foi alçado a panaceia de todos os males, funcionando como uma espécie de equalizador das graves crises sociais e da miséria que afeta a maioria da população. As crises sociais, entretanto, são produtos da exploração desmesurada do homem, da destruição ambiental; mostram a todos os homens o caráter predatório da exploração do capital, que, para a desenfreada acumulação, não poupa nada nem ninguém. Não é, portanto, uma questão de ser ou não ser cidadão.

Etimologicamente, o termo *cidadania* deriva do latim "*civitas*" (cidade) – e era usado para indicar a situação política da pessoa que, como membro do Estado, no gozo de seus direitos, podia participar da vida pública. Cidadania expressava, pois, a situação política de uma pessoa e o direito que tinha de atuar publicamente. Entretanto, como as formações sociais gregas, as cidades-Estado eram uma forma de sociedade excludente:

¹ Doutores em Educação pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e professores do Departamento de Filosofia e História da Educação (Faculdade de Educação) dessa mesma universidade.

algumas categorias sociais não gozavam de cidadania, tais como as mulheres, os escravos, as crianças e os estrangeiros. A expressão ainda chega com esse conteúdo à contemporaneidade, conforme a definição de Dallari (1998, p. 14):

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

De modo geral, quando os autores tratam do tema, buscam, na Grécia Clássica e, depois, no Império Romano, a origem histórica da noção de cidadania. Tal noção, na maioria dos casos, explicita que se trata de um conceito, de uma representação socialmente produzida que, dadas as profundas diferenças entre as classes, não passa de uma formulação ideológica da classe que se apropriou das terras e dos meios de produção e que criou uma organização garantidora de seus supostos direitos, qual seja: o Estado. Do governo e da democracia da cidade-Estado grega, como instrumento de exercício do poder de classe, só participavam os homens, gregos e livres. Da cidadania estavam excluídos os homens que se ocupavam de trabalhos manuais, como os artesãos e comerciantes, as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Praticamente apenas os proprietários de terras eram considerados livres, tendo o direito de decidir sobre os destinos do Estado.

Em Roma fica claramente expressa a ideia de cidadania como capacidade para exercer direitos políticos e civis, mas sendo também clara a distinção entre os que podiam e os que não podiam exercer essa qualidade. O exercício da cidadania era o fator justificador das três classes sociais do império: os patrícios, descendentes dos fundadores; os plebeus, descendentes dos estrangeiros; e os escravos (prisioneiros de guerra e aqueles que não saldavam suas dívidas). Havia também os clientes, homens supostamente livres, mas dependentes de um aristocrata romano que lhes fornecia terra para cultivar em troca de uma taxa e de trabalho. Nessa estrutura social, somente os patrícios gozavam de todos os direitos políticos, civis e religiosos. Essa situação foi se alterando com a expansão do império e com a

evidente transformação da estrutura social romana e, com ela, do próprio Estado.

Comumente os textos que tratam sobre o tema reconhecem que o atual conceito de cidadania é fruto das revoluções burguesas, particularmente da Independência dos EUA (Estados Unidos)² (1776) e da Revolução Francesa (1789), processos que, a seu tempo, expressaram as revoluções burguesas em curso nos séculos XVII, XVIII e XIX. A Declaração de Independência dos EUA (1776) e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789 em plena Revolução Francesa, fundamentaram os *princípios liberais* da cidadania moderna, os quais, em linhas gerais, estabeleceram que todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direito à vida, à felicidade e à liberdade.

Apesar de que a intenção dos princípios promulgados na *Declaração* tivesse um *caráter universal*, não se pode esquecer que, mesmo nesse ambiente gestado por uma burguesia revolucionária, tais princípios não se aplicavam a todos os membros das diversas formações sociais de então, que, entretanto, os usaram para alavancar lutas sociais diversas, como ainda era o caso das mulheres, dos negros e dos pobres:

[...] apesar do conteúdo universalista da Declaração francesa, as mulheres eram excluídas do voto. Já nos Estados Unidos, além das mulheres, a exclusão atingia escravos e brancos pobres. Esses excluídos tiveram de empreender longas lutas antes de serem contemplados pelos direitos básicos definidos pelas revoluções burguesas. [...] esses documentos tinham imenso potencial revolucionário, e muitos daqueles que foram inicialmente excluídos da vida política, depois usariam o mesmo discurso 'liberal para alcançar os direitos previstos por essas declarações [...]' (SILVA; SILVA, 2005, p. 48-49).

Justificando-se nessas raízes históricas, ainda hoje a cidadania é definida por referência aos direitos e aos deveres que se supõem inerentes ao seu exercício, como segue:

² A Independência dos EUA marca um longo processo de uma Era caracterizada pelas Revoluções, como bem expressou Hobsbawm (1986), tendo como marcos: 1776 - Declaração de Independência; 1781 - fim da Guerra; e 1783 - Tratado de Paris.

Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Mas este é um dos lados da moeda. Cidadania pressupõe também deveres. O cidadão tem de ser cômico das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição (SANTANA, 2007, [s.p.]).

Trazendo o debate para a atualidade, destacamos que Ivo Tonet, em *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*, indicou as limitadas possibilidades reformistas do projeto neoliberal em que a perspectiva de cidadania desemboca e, em contraposição, a opção por um caminho para a emancipação do homem (TONET, 2001; TONET, 2005). Etimologicamente, podemos compreender o significado das palavras, mas hoje elas parecem sombras pálidas do sentido original: cidadania, no sentido posto anteriormente, diz respeito à condição política de uma pessoa que, em seus direitos privados, pode exercer a fruição de uma vida pública, como membro do Estado. Como o Estado é formalmente um Estado de Direito, a cidadania articula os espaços privados e públicos nessa sociedade. Segundo Lombardi et al. (2005), o *público* não expressa o que é de todos, mas o que, sob o Estado-nação moderno, não passa de sinônimo de estatal; *privado* não tem o mero sentido de despojar ou despojado, mas é praticamente sinônimo de apropriado particularmente, de algo particular. Para isso, faz-se necessário conceituar qual é a concepção de Estado de que estamos falando, e apresentar um exemplo dessa relação público e privado, em especial na educação.

Segundo Bottomore (1997 apud SANFELICE, 2005, p. 177) no âmbito do marxismo, o Estado é “a instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe”. Porque essa definição é importante? Por conta do fato de que o entendimento que temos quanto ao conceito, por exemplo, de educação pública muitas vezes não é problematizado, já que “referimo-nos à educação pública para expressarmos a educação oferecida pela escola

pública, e muito raramente, a defesa da escola pública não é outra coisa senão a defesa da escola estatal.” (SANFELICE, 2005, p. 178). Sendo assim, segundo o mesmo autor, rigorosamente escola estatal não é escola pública, “a não ser no sentido derivado pelo qual o adjetivo ‘público’ se relaciona ao governo de um país ou estado: o poder público” (SANFELICE, 2005, p. 178):

A escola estatal não é necessariamente pública quando tomamos o adjetivo “público” na forma da qualificação daquilo que pertence a um povo, a uma coletividade, que pertence a todos, que é comum, aberto a quaisquer pessoas, que não tem caráter secreto, que é manifesto e transparente. O substantivo “público”, por sua vez designa o homem comum, do povo de um determinado lugar com características ou interesses comuns (HOUAISS, 2001 apud SANFELICE, 2005, p. 178-179).

A análise acima enseja o entendimento de que, sendo o Estado o defensor dos interesses de classe, no caso, o Estado capitalista, sai à luta na defesa dos interesses privados do capital, em detrimento de interesses comuns: o do público, o do povo. Sanfelice (2005, p. 179) nos alerta:

Enquanto Estado defensor dos interesses da propriedade privada, a educação estatal pode estar, portanto, atrelada aos mesmos objetivos. O que é ideologicamente explicitado como educação pública, na realidade destina-se ao interesse privado, e educação estatal assim deve ser denominada pois não é do interesse comum, do público, mas do privado. Assim, o Estado e a educação estatal estão constituídos não para preservar o interesse comum dos seres humanos que não possuem a propriedade privada dos meios de produção, mas para garantir que estes sobrevivam em certas condições e que possam vender a sua força de trabalho, única fonte de riqueza, para os proprietários dos meios de produção, para os possuidores do capital e, se possível, dentro de uma ordem política que se convencionou chamar democracia.

Vale a pena salientar um lembrete de Sanfelice (2005, p. 179):

[...] o Estado, enquanto “associado” de determinada classe social, cumpre com o papel regulador da luta de classes e da ordem social. Assim, embora o Estado assuma historicamente formas políticas diferenciadas, numa sociedade de classes antagônicas, qualquer que seja a política vigente, esta será sempre domínio de uma classe.

Também a confusão que fazemos ao tomarmos o conceito de educação estatal como sinônimo de educação pública decorre do próprio ordenamento jurídico das democracias capitalistas. Segundo esse ordenamento jurídico, vários serviços estatais considerados públicos são de prestação privativa do Estado, ou só podem ser realizados pela iniciativa privada sob concessão. Outros, os não-privativos, podem ser oferecidos livremente pela iniciativa privada. E a educação é considerada um serviço público que pode tanto ser oferecida pelo Estado, como pela iniciativa privada. E é desse argumento de prestação de serviço público que a iniciativa privada, ao longo da história da educação brasileira, sempre se valeu como argumento para conseguir (e ainda consegue) recursos estatais para seu subsídio (SANFELICE, 2005a).

Assim, a partir dessas reflexões, é conveniente lembrar que muitas vezes fazemos a defesa de uma política educacional “pública”, sem atentarmos para o fato de que estamos defendendo uma educação e escola que atende aos interesses não da população em geral, mas de um pequeno grupo social. Isso não quer dizer que defendemos a saída do Estado do investimento em educação escolar. Pelo contrário, concordamos com Saviani (2005, p. 174) quando afirma que não podemos abrir mão:

[...] que o Estado assuma plenamente os encargos que garantam as melhores condições possíveis de funcionamento da rede de escolas públicas [estatais]. E isto será viável na medida em que as organizações populares exerçam severo controle sobre a educação em geral e, principalmente, sobre

a educação ministrada nas escolas mantidas pelo Estado.

Tais palavras, público e privado, têm, portanto, um significado formal e normatizador, decorrendo da circunstância de que o sentido de público e privado só é entendido por referência à época moderna, ao advento do modo capitalista de produção. Nossa sociedade *re-introduziu* tais termos de forma a mascarar o exercício do poder do Estado por uma classe, que age em seu próprio benefício, jogando uma cortina de fumaça sobre as relações sociais, como se o Estado moderno fosse um bem comum e o exercício administrativo fosse para o bem de todos.

Isso fica explicitado se acompanharmos o longo processo de transição do feudalismo ao capitalismo, momento que foi o de formação e consolidação do modo capitalista de produção. É fundamental entendermos, a partir da filosofia política, que no processo contraditório de rompimento com o pensamento escolástico, no feudalismo, se construía uma nova matriz teórica e um novo aparato ideológico. Tal aparato buscava, por um lado, teorizar sobre a economia, a sociedade, a política, o Estado, o direito e o conhecimento e, por outro, através da implementação da ideologia liberal, consolidava o acesso e o controle do poder de Estado pela burguesia.

Na impossibilidade de uma longa incursão pelo conjunto dos clássicos que problematizaram a questão, faremos uma rápida apresentação das bases filosóficas que tornam possível trilhar o caminho para o entendimento da moderna construção do *conceito de cidadania*.

1 RAÍZES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS DA CIDADANIA

No nosso entendimento, o caminho mais rico para o entendimento do conceito de cidadania encontra-se na filosofia política. Sabemos que antes da transição do feudalismo para o capitalismo, mais especificamente antes do advento do Estado moderno, as teorizações sobre a sociedade, a política e o Estado colocavam-se no âmbito da especulação filosófica, mesmo considerando que também ela expressava as condições de vida material dos diferentes momentos em que foi produzida.

Tomando as considerações de Platão (428-348 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.), Tomás de Aquino (1225-1274) ou Dante (1265-1321), o estudo dessas questões fazia-se por referência à moral, ao abstrato universo da ação dos homens, não passando de uma metafísica da organização social e política. Ainda em Erasmo de Rotterdam (1465-1536) ou Thomas More (1478-1535), a partir de um aparente humanismo geral, entretanto abstrato, como que descolado da base material, buscava-se construir *utopias*, no sentido de modelos ideais, do bom governante ou de uma sociedade justa.

A diferenciação entre uma esfera privada e uma outra, pública, ambas permeando a *cidadania*, foi reaparecendo no transcurso da longa transição do feudalismo para o capitalismo, acompanhando o processo de desagregação das relações feudais. Por volta dos séculos XV e XVI, a descentralização feudal foi sendo gradualmente substituída pela formação de Estados nacionais unificados e pela centralização do poder. A nascente burguesia, fortalecida pelo incremento e ampliação do comércio, precisava de um mercado nacional unificado e regulamentado, com o apoio de todo o “povo”, para o combate aos entraves feudais, liberdade para a prática da usura, do lucro, da exploração de trabalhadores libertos da vassalagem e, enfim, possibilidade de ampla acumulação de capital. Só quando emergiram historicamente os Estados nacionais, no sentido moderno desse conceito, como um Estado unitário dotado de poder próprio independente de quaisquer outros poderes, é que também nasceu a moderna reflexão sobre o Estado, a política e o exercício do poder político, base e fundamento da *cidadania moderna*.

Acompanhar a trajetória histórica dessa construção filosófica é extremamente interessante, e nela têm importância pensadores como Nicolau Maquiavel (1469-1527), Jean Bodin (1530-1596), Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704), Emmanuel Kant (1724-1804), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e Charles Tocqueville (1805-1859). Foram autores que, cada qual a seu tempo, teorizaram sobre o processo de transformação da sociedade e do Estado, estabelecendo as bases teóricas do Estado liberal ou burguês.

Foi Maquiavel quem melhor expressou as transformações renascentistas que estavam em curso e se expressavam na formação de um Estado nacional italiano unificado e centralizado

nas mãos de seu Príncipe. Maquiavel produziu uma reflexão teórica não propriamente sobre o Estado moderno, mas sobre a formação desse Estado moderno promotor da unificação italiana. Ao tratar da formação do Estado, este era pensado como um Estado unitário e absoluto. Com Maquiavel, a política, a moral e o Estado foram tirados de um plano transcendente, isto é, do plano das ideias, para serem colocados num patamar imanente, mundano, estabelecido no relacionamento entre os homens, obra do cidadão (GRUPPI, 1983).

Se Maquiavel foi o primeiro a tratar a política e o Estado como construção do homem, como historicamente produzidas, as bases do que conhecemos como uma Teoria do Estado foi primordialmente obra de Jean Bodin. Este polemizou contra Maquiavel e teorizou sobre um Estado unitário que já existia, o da França, centrando sua atenção sobre o consenso e a hegemonia, sobre a autonomia e a soberania do Estado moderno. Para ele, não era necessariamente nem o território, nem o povo, nem a língua que definiam o Estado, mas este era constituído essencialmente pelo *poder*. Para Bodin o monarca era o intérprete das leis divinas, sendo a soberania a pedra angular sobre a qual se edificava toda a estrutura do Estado e da qual dependiam as leis, os magistrados, as ordenações, etc. “O Estado, para Bodin, é poder absoluto, é a coesão de todos os elementos da sociedade” (GRUPPI, 1983, p. 12). Assim se consolidavam, no plano ideológico, os fundamentos de que a burguesia em ascensão precisava para consolidar-se.

Num contexto rico em contradições políticas e religiosas, a teoria moderna do Estado avançou com Hobbes, que participou ativamente das inúmeras polêmicas de seu tempo. Para Hobbes, no *estado natural*, os homens se jogavam uns contra os outros, movidos pelo desejo de poder, de riquezas e de propriedades. Para ele, os seres humanos eram movidos pelo egoísmo, por um perpétuo e inquieto desejo de poder e mais poder que só terminaria com a morte. Por esse desejo os homens acabariam se destruindo uns aos outros, mas, além do egoísmo, todos os homens também eram naturalmente iguais, e esta igualdade baseava-se no desejo universal de autopreservação.

O instinto de preservação fazia com que os indivíduos entrassem em acordo e vivessem em sociedade, em uma forma de cooperação que não é natural, como nas organizações sociais de abelhas ou formigas, mas artificial. Foi para evitar que os

homens destruíssem uns aos outros, afirmava Hobbes, que surgiu a necessidade de estabelecerem entre si um acordo, um contrato, um pacto de transferência mútua de direito, cuja validade se mantinha enquanto a conservação da vida não estivesse sendo ameaçada. Por esse contrato, os membros do grupo concordavam em renunciar a seus direitos e entregá-lo a um soberano. O contrato era, portanto, o fundamento de um Estado absoluto, com o exercício de um poder igualmente absoluto. Era a manifestação, portanto, do *absolutismo*. (GRUPPI, 1983)

Hobbes filosofou sobre a natureza do homem em seu estado natural, mas acabou descrevendo o surgimento da burguesia, a formação do mercado, a luta e a crueldade que o caracterizaram. O impulso egoísta, o desejo de poder, de riquezas e de propriedades, a noção do Estado como contrato foram os aspectos apreendidos por Hobbes e que eram reveladores da atividade da burguesia em formação e do caráter mercantil das relações comerciais. (GRUPPI, 1983)

Manifestando o avanço econômico, social e político da Inglaterra, a primeira concepção tipicamente burguesa, que se constituía em expressão da revolução liberal inglesa, foi sistematizada por John Locke. Para ele, os homens no estado natural eram plenamente livres, havendo entre eles uma permanente luta que acabava não garantindo uma liberdade durável e, por consequência, nem mesmo a propriedade. Para garantir a propriedade, foi necessário ao homem colocar limites à sua própria liberdade. Para tanto, os homens se juntaram em sociedades políticas e se submeteram a um governo, constituindo um Estado. Para Locke, o estabelecimento de um contrato originava, conjuntamente, a sociedade e o Estado. Em Hobbes o contrato era o fundamento do Estado absoluto; em Locke, por similitude ao contrato comercial, que podia ser desfeito se uma das partes não cumprisse o livremente contratado, o Estado ou o governo podia ser feito e desfeito. Para Locke, o governo deveria garantir primordialmente o fundamento da liberdade dos indivíduos, a propriedade, mas também a liberdade política e a segurança pessoal, sem as quais seria impossível o exercício da propriedade e da própria liberdade.

Numa sociedade caracterizada pelo mercado, como a inglesa, é evidente a base material burguesa dessa concepção: pressupunha ideologicamente que a relação entre os indivíduos

se dava através de contratos de compra e de venda, da transferência de propriedade, etc. A justificação individualista da sociedade burguesa, alicerçada em relações mercantis e contratuais, se expressava numa ideologia política na qual era estrita a conexão entre propriedade e liberdade: a liberdade se justificava em função da propriedade, e esta era o alicerce da liberdade burguesa. O Estado deveria garantir a propriedade, e este não poderia tirar, de forma alguma, o poder supremo do homem sobre sua propriedade. Tem razão Gruppi (1983) em afirmar que essa visão de Locke é essencialmente uma visão burguesa e que ela inaugurou a teorização da distinção entre *sociedade política* (o Estado) e a sociedade civil – e, “por conseguinte, entre público e privado” (GRUPPI, 1983, p. 15).

No pensamento de Locke sobre o Estado, portanto, se encontra a fundamentação moderna, capitalista, burguesa, da dicotomia entre *público* e *privado*, base da moderna concepção de *cidadania*. Foi introduzida para que o Estado preservasse a propriedade e, para justificar a ação do governo, estabeleceu a conexão entre propriedade e liberdade: a liberdade está em função da propriedade e ela é o alicerce da liberdade burguesa. Como para Locke a sociedade política e a sociedade civil obedeciam a normas e leis diferentes, sendo os direitos de propriedade presentes no âmbito da sociedade civil, o Estado não deveria interferir; ao contrário, lhe cabia garantir e tutelar o livre exercício da propriedade.

Essa teorização continuou com outros autores, que avançaram teoricamente na elaboração da concepção liberal. É o caso de Rousseau, que tratou da emergência de uma concepção democrático-burguesa do Estado. O entendimento de que existe uma relação indissociável entre propriedade e liberdade foi aprofundado e ampliado por Kant. Em Tocqueville, encontramos o embate entre a concepção liberal e a concepção democrática de Estado. Uma densa e historicista retomada da distinção entre Estado e sociedade civil foi feita por Hegel (1770-1831), que, entendendo o Estado como fundamento da sociedade civil, seguiu um profundo e complexo caminho no âmbito da Filosofia do Direito. Não há como avançar nessa direção, infelizmente. Esperamos, porém, que o percurso trilhado seja suficiente para mostrar que a *concepção de cidadania*, aparente mediação entre *público* e *privado*, só faz sentido enquanto fundamentação burguesa, capitalista, do Estado moderno. É uma elaboração

teórica que *apenas* cumpria uma função de justificação ideológica burguesa, articulada como princípio fundamental do ideário liberal: *liberdade, propriedade, sociedade civil e, enfim, Estado*, como uma instituição contratualmente criada pelos homens para garantir a *liberdade e a igualdade de direitos a todos os cidadãos*. Na filosofia política burguesa, portanto, tem-se uma mera justificação ideológica do Estado existente e a aniquilação do profundo abismo entre classes sociais antagônicas, sob uma categoria que, formalmente, reconhece todos como iguais: a cidadania.

Esses conceitos de Estado democrático, de cidadão, de *público e privado*, certamente que se constituem em categorias filosóficas e políticas fundamentais, mas não servem para explicar a existência de interesses divergentes entre classes sociais com interesses e, portanto, concepções opostas. São essenciais, portanto, às diversas vertentes da concepção liberal. Enquanto parte dessa concepção de mundo, servem para fundamentar e justificar a indissociabilidade entre a liberdade e a propriedade privada, bem como a distinção burguesa entre sociedade civil e Estado.

Uma vez estabelecido o fundamento ideológico da elaboração filosófica, política ou jurídica burguesa, é transparente o caráter mistificador dessas categorias: *privado* aparece como uma referência aos direitos e liberdades dos indivíduos, enquanto cidadãos; *público*, como referido à constituição e à competência do Estado burguês, bem como do governo e dos serviços públicos articulados a esse Estado.

Ao contrário da ideologização burguesa, numa perspectiva crítica deve-se conceber o Estado como um aparelho de classe a serviço da burguesia, e as categorias público e privado, como noções ideológicas usadas para a legitimação da propriedade privada e para possibilitar as condições de funcionamento da economia capitalista. Uma visão crítica do Estado pressupõe o entendimento do conteúdo de classe do Estado, qual seja, que o Estado burguês é um instrumento de dominação de uma minoria contra a maioria, dos proprietários contra os não-proprietários; que a igualdade burguesa é meramente formal e que a liberdade não é para todos.

Foi com Marx e Engels que se deu o mais profundo e ainda insuperado desvelamento crítico do modo capitalista de produção, inclusive das concepções ideológicas que lhes dão

sustentação. Na análise teórica marxiana sobre a sociedade burguesa, o conceito de Estado é certamente de importância central, apesar de todos os estudiosos do assunto saberem, e nunca é demais relembrar, que Marx e Engels não produziram uma análise sistemática do Estado, mas que esta foi uma problemática permanentemente presente na elaboração tanto de Marx³ quanto de Engels⁴.

Consideramos importante essa discussão a partir da segunda⁵ obra conjunta de Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, escrita entre 1845 e 1846, deixada à “crítica corrosiva dos ratos”⁶ e publicada pela primeira vez em 1932. A partir do embate com o idealismo hegeliano, com o empirismo fenomênico e a-histórico feuerbachiano e com as utopias da esquerda hegeliana, já aparecem os aspectos fundamentais da concepção marxiana de Estado:

- 1 - A determinação material, econômica, do Estado;
- 2 - O Estado como um produto histórico dos homens, produzido no interior do próprio processo histórico de produção da vida, como um resultado da divisão do trabalho e do aparecimento da propriedade privada;
- 3 - O Estado simultaneamente como instrumento de exercício do poder político de uma classe dominante sobre todas as demais e como escamoteador das lutas reais entre as classes, transformadas em lutas políticas;

³ As análises de Marx relacionadas à questão do Estado encontram-se presentes em seus primeiros escritos de rompimento com a perspectiva hegeliana, como *Crítica da Filosofia do direito de Hegel* (1843) e *A questão judaica* (1844). Também é central nos chamados escritos conjunturais e históricos, como: *Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução* (1844); *As lutas de classe na França de 1848 a 1850* (1850); o *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* (1852); e *A guerra civil na França* (1871). É destaque fundamental para o entendimento de como os interesses econômicos, de classe, conformam-se na estrutura e organização política, presentes nos principais escritos econômicos, como *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) e em *O Capital...* (cujos volumes começaram a ser publicados em 1867).

⁴ Engels tratou demoradamente do Estado em vários de seus escritos; entre esses é uma problemática central em: *Anti-Düring* (1878), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884).

⁵ Não se pode esquecer que a primeira obra elaborada da colaboração conjunta de Marx e Engels foi *A Sagrada Família*, escrita e publicada em 1845.

⁶ A frase encontra-se no Prefácio escrito para *Contribuição à crítica da economia política* (MARX, 1983, p. 26).

- 4 - A conquista do poder político, isto é, do poder de Estado, como etapa intermediária necessária à revolução e à abolição de toda forma de dominação.

Em oposição às concepções filosóficas alemãs, Marx e Engels situaram o Estado a partir de sua base material, tratando-o como uma produção social dos homens, como resultante da produção da vida material pelos homens. Contrariamente ao idealismo da filosofia alemã, centraram na vida dos homens, e não em suas ideias, o fundamento para o entendimento das relações entre os homens e de suas relações com a natureza (MARX; ENGELS, s/d). Contrariamente a toda forma de idealização e eternização das formas de existência social, Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, vincularam o Estado ao processo histórico, como um resultado do processo de produção da vida econômica, social e política dos homens.

Para Marx e Engels (s/d), o entendimento sobre os pressupostos materiais da história dos homens é o que explica a existência individual e social dos homens: para viverem os homens precisam produzir os meios que satisfaçam suas necessidades elementares. Trata-se da produção da própria vida material, condição que possibilita a própria vida individual e social (MARX; ENGELS, s/d). Na produção dos bens necessários à satisfação das necessidades de existência dos homens, a própria ação de satisfazer e os instrumentos usados para tanto conduzem continuamente a novas necessidades, a uma reprodução continua das condições de produção (MARX; ENGELS, s/d). Os homens que continuamente produzem e reproduzem as condições de sua própria vida, continuamente também renovam a própria vida, criando outros homens, reproduzindo-se. Trata-se da família, a primeira relação social e da qual decorre, com o crescimento populacional, uma ampliação das relações sociais e a criação de novas formas de organização social (MARX; ENGELS, s/d). Tal como o homem produz e reproduz as condições naturais e sociais de sua existência, ele também tem consciência. Não se trata de “consciência pura”, ideia que se autocria e se expressa, mas a consciência como expressão da vida dos homens, como expressão do que existe para os homens. Essa consciência é um produto social, resultante da necessidade de os próprios homens se relacionarem. A forma prática dessa consciência é a linguagem, pela qual, através de palavras e símbolos, os homens transmitem as suas ideias (MARX; ENGELS, s/d).

Com o desenvolvimento da produção, resultado do desenvolvimento das forças produtivas, aumenta o desenvolvimento da produtividade, acompanhando a ampliação das necessidades e da população. Desse modo, desenvolveu-se a divisão do trabalho: inicialmente decorrente da própria divisão de funções sexuais, mais tarde de uma divisão do trabalho conforme os dotes físicos, até que se operou uma divisão entre o trabalho material e o intelectual. A partir desse momento, a consciência “pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente” (MARX; ENGELS, s/d) e passa a representar qualquer coisa sem representar algo de real. Ao emancipar o trabalho intelectual do trabalho manual, a consciência pode emancipar-se do mundo realmente existente e “passar à formação da teoria ‘pura’, teologia, filosofia, moral, etc.” (MARX; ENGELS, s/d). Foi dessa divisão do trabalho que ocorreu uma cisão profunda entre os homens na sociedade: entre quem executa a atividade material e a intelectual, entre o gozo e o trabalho, entre a produção e o consumo (MARX; ENGELS, s/d). A divisão do trabalho implicou não somente na repartição desigual do trabalho e dos seus produtos, mas também no estabelecimento da propriedade privada (MARX; ENGELS, s/d).

A propriedade privada, resultado e resultante da divisão do trabalho, fez com que surgisse a contradição entre o interesse do indivíduo ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionavam entre si, entre o interesse de grupos e o de toda a formação social. Foi para tornar possível a manutenção da vida coletiva, isto é, do conjunto da formação social, que os homens criaram o Estado, com uma forma independente, como que separada dos interesses reais do indivíduo e que adquiriu a aparência de “comunidade ilusória”. Em sua origem, o Estado correspondeu, assim, a uma forma social de organização política que, entretanto, adquiriu a aparência de situar-se para além dos indivíduos, como se fosse uma instituição que tivesse por objetivo a defesa do interesse comum de todos os homens (MARX; ENGELS, s/d).

Constituindo-se o Estado na forma de organização política entre os homens de uma mesma formação social, este teve sua base concreta nos laços que articulam socialmente os indivíduos. O Estado, com a divisão social e a correspondente divisão entre as classes, passou a ser simultaneamente um

instrumento de exercício do poder político de uma classe dominante sobre todas as demais e, ao mesmo tempo, um poder que transforma as lutas reais entre as classes em lutas meramente políticas, em formas ilusórias que escamoteiam as efetivas lutas entre as diferentes classes:

[...] entre esses interesses ressaltam particularmente os interesses das classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se diferenciam em qualquer agrupamento deste tipo e entre as quais existe uma que domina as restantes. Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si [...] (MARX; ENGEL, s/d, p. 39).

Os interesses das classes dominantes, portanto, conformam modos determinados de essas classes utilizarem forças produtivas determinadas para garantir as condições de dominação. Disso decorre que “cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas serve de base ao domínio de uma determinada classe” (MARX; ENGELS, s/d, p. 47). O poder social dessa classe, em cada momento histórico, “encontra regularmente a sua expressão prática sob a forma idealista no tipo de Estado próprio de cada época” (MARX; ENGELS, s/d, p. 47).

Como não se trata de um movimento linear, cumulativo, progressivo, mas imbricado por profundas contradições entre as classes, cada qual buscando defender seus interesses, Marx e Engels (em *A Ideologia Alemã*) articularam a análise sobre o Estado à problemática da Revolução. No âmbito político, as classes buscam a conquista e o controle do poder de Estado, condição para que se superem as formas sociais anteriores. Foi assim que ocorreu no modo de produção escravista, no modo de produção feudal e é assim que também ocorre no modo capitalista de produção. Com o capitalismo, chegou-se a uma total subordinação do trabalhador ao capital: este foi sendo separado de todos os seus vínculos produtivos – com a terra, com os meios de produção, com a organização produtiva e até com o próprio resultado do trabalho, transformado em mercadoria. Isso possibilitou que o trabalhador se transformasse

em um “homem livre”, mas livre apenas para vender sua força de trabalho. O controle do poder de Estado pelo proletariado – a *ditadura do proletariado* – foi entendido como uma etapa intermediária, mas necessária, à revolução e à abolição de toda forma de alienação e de dominação:

[...] toda a classe que aspira ao domínio, mesmo que o seu domínio determine a abolição de todas as antigas formas sociais da dominação em geral, como acontece com o proletariado, deve antes de tudo conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal [...] (MARX; ENGELS, s/d, p. 40).

A abolição da alienação e da dominação só pode ser conquistada sob duas condições práticas: a) que a alienação se transforme num poder insuportável que torne inevitável a revolução, mas para que isso ocorra é preciso criar uma massa de homens “totalmente privada de propriedade”, em contradição com o mundo da riqueza; b) que haja um grande desenvolvimento das forças produtivas, suficientemente amplo para colocar a existência real dos homens “no âmbito da *história mundial* e não no da vida local” (MARX; ENGELS, s/d, p. 41-42). Para Marx e Engels (s/d, p. 42):

[...] este desenvolvimento das forças produtivas é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, recomeçará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior. [...]

Pode-se certamente discordar da análise marxista, porém os vários séculos de domínio burguês evidenciam que esta classe ocupou o poder de Estado impondo seus interesses, mas criando uma carapaça ideológica – o Estado-nação moderno – alicerçado em pressupostos formais de igualdade perante a lei, sustentada sob a falácia da democracia representativa e de sua expressão dada pela cidadania. Mas essa concepção de democracia e o exercício do poder do Estado está cada vez mais enfraquecido, não mais abarcando todos os rincões urbanos e rurais. Cada vez mais debilitado, o Estado não consegue mais camuflar

que não representa grande parte da população, submetida ao desemprego, à fome, à miséria e à violência. Numa luta aberta e que ganha as ruas, os becos, as metrópoles e cidades, o campo e a floresta, segmentos crescentes da população não reconhecem a defesa de seus interesses pela maioria dos representantes no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Fica cada vez mais evidente que essa representação não passa da defesa dos interesses de uma minoria – os possuidores de terra, de negócios, de ações, de bens e de dinheiro.

Assim, em vista das condições que hoje expressam a luta de classes, geradas pelas novas formas de exploração do capital, é cada vez mais presente a necessidade de se encontrar novas, criativas, avançadas e radicais formas de luta.

2 A ÉTICA: UM TEMA DA MODA OU UM TEMA FILOSÓFICO E HISTÓRICO?⁷

Da mesma forma que o conceito de cidadania, também a ética tem sido um tema muito divulgado pela mídia. Tornou-se um tema *da moda*. Apesar dessa apropriação midiática e apressada sobre a ética, acreditamos que a melhor forma de abordá-la é recolocando-a no âmbito do campo do conhecimento em que historicamente tem sido tratada e analisada: a Filosofia.

Para início de conversa, a vida cotidiana coloca-nos questões, e temos que tomar opções quanto ao que e como fazer na vida, nos estudos, no trabalho, na nossa ação no mundo e na sociedade. São desafios e questões práticas que animam nossa ação e estabelecem os parâmetros e limites de nossas relações. Os filósofos buscam cercar tais questões mostrando que somos levados a responder teórica e praticamente aos problemas com que nos defrontamos. A maioria dos compêndios de filosofia, em sua análise sobre o verbete “ética”, iniciam por cercar as situações e perguntas que temos que responder. Tomemos apenas três exemplos que estão disponíveis no mercado editorial para avançar na discussão. Primeiramente, o manual de filosofia de Marilena Chauí, *Convite à Filosofia*. Nos parágrafos iniciais do capítulo que trata sobre a ética, constatamos que a autora, para

⁷ As reflexões que seguem retomam o capítulo publicado por José Claudinei Lombardi com o título “Ética, educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais: algumas reflexões histórico-filosóficas”, no livro *Ética e Educação*, de Lombardi e Goergen (2005).

falar do assunto, inicia por apontar a CONSCIÊNCIA MORAL e depois passa a expor sobre os juízos de valor e, na sequência, sobre a ética (CHAUI, 1997). O segundo é o de Maria Lucia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins, *Temas de Filosofia*, que abre o capítulo sobre ética com uma epígrafe sobre o nosso tão propalado “jeitinho brasileiro”, para igualmente fazer questões sobre nossas ações, que são carregadas de valor, levando a autora a discutir a MORAL e, depois, a ÉTICA (ARANHA; MARTINS, 1998, p. 116). Um autor e uma obra que também consideramos referência para a discussão do assunto, e este é o terceiro exemplo, é o filósofo mexicano Adolfo Sánchez Vázquez e seu livro *Ética*, que ajuda a elucidar um tema tão denso, profundo e complexo. Vázquez (2002) entende que a ética deita suas raízes na moral e que esta, por sua vez, é tratada como forma ou sistema de regulamentação das relações entre os indivíduos e entre estes e a comunidade. Contrapondo-se às tentativas especulativas de construção de um sistema normativo único e universal, defende que se aborde a moral como uma expressão do comportamento humano e cujos agentes são os indivíduos concretos, historicamente determinados (VÁZQUEZ, 2002). No “Prólogo”, escrito em 1969, assim explicita seu entendimento quanto ao tratamento que se deve dar ao tema, posicionando-se contrariamente a transformar a ética num código de normas:

Nada mais alheio à nossa intenção do que nos refugiarmos num neutralismo ético – muito em voga hoje em certas correntes –, mas igualmente não pretendemos ceder a um normativismo ou dogmatismo ético que transforma a ética, mais do que numa teoria da moral, num código de normas. [...]

Examinando uma série de questões cruciais de ética, procuramos expor diversas e até contrárias posições, não eclética mas criticamente [...] [VÁZQUES, 2002, p. 9-10]

Pelo exposto, não é equivocado afirmar que os autores, geralmente, discutem o assunto com base na moral, para depois se chegar à ética. Por rigor de ofício – filosófico – levam-nos a entender que, apesar da proximidade, os conceitos de *Moral* e *Ética* são diferentes. Tomemos por exemplo a distinção feita por Aranha e Martins (1998, p. 117):

Na linguagem comum, costumamos usar os conceitos de *ética* e *moral* como se fossem sinônimos. Não é grave que continuemos a denominá-los indistintamente, apesar de existir uma diferença entre eles.

A *moral* é o conjunto de regras de conduta assumidas pelos indivíduos de um grupo social com a finalidade de organizar as relações interpessoais segundo os valores do bem e do mal.

A *ética*, ou filosofia moral, é mais abstrata, constituindo a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral.

Sendo conceitos distintos, é necessário recuperar o significado de cada um desses termos, separadamente, de modo a avançarmos em nossa discussão. Tomemos o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio B. de H. Ferreira, e dois Dicionários de Filosofia, de Nicola Abbagnano e de José Ferrater Mora, para nos auxiliar nessa empreitada. Tomemos, primeiramente, o termo MORAL:

<i>Dicionário da Língua Portuguesa</i>	Dicionários de Filosofia
<p>Moral. [Do lat. morale, ‘relativo aos costumes’.] s.f. 1. Filos. Conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada [...] 2. Conclusão moral que se tira de uma obra, de um fato, etc. • S.m. 3. O conjunto das nossas faculdades morais. 4. O que há de moralidade em qualquer coisa. • Adj. 5. Relativo à moral. 6. Que tem bons costumes [...] (FERREIRA, [s.d.], p. 944)</p>	<p>Moral (lat. <i>Moralia</i>; ingl. <i>Morals</i>; franc. <i>Morale</i>...) 1. O mesmo que Ética. 2. O objeto da ética, a conduta enquanto dirigida por normas, o conjunto dos mores. Moral (gr. ...; lat. <i>Moralis</i>; ingl. <i>Moral</i>; franc. <i>Moral</i>; Al. <i>Moral</i>). Este adjetivo tem em primeiro lugar os dois significados correspondentes aos do substantivo moral, isto é, 1º. atinente à doutrina ética, 2º. atinente à conduta e portanto susceptível de avaliação... (ABBAGNANO, 1982, p. 652). [MORA não incluiu o termo em seu <i>Dicionário</i>]</p>

Assim, de acordo com os dicionários, *moral* é um termo que, quando substantivo, designa o próprio costume ou conjunto de costumes, no sentido de conjunto de normas ou regras socialmente construídas; como adjetivo designa o que é relativo à moralidade, à conduta e aos bons costumes. Ao tratar sobre *Moral*, o dicionário de Abbagnano (1982) não o distingue da teoria ou da conduta *ética*. Com relação ao conceito de ÉTICA:

Dicionário da Língua Portuguesa	Dicionários de Filosofia
<p>Ética. [fem. Substantivado do adj. Ético.] Estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana [...].</p> <p>Ético. [Do gr. <i>ethikós</i>, pelo lat. <i>ethicu</i>.] Adj. Pertencente ou relativo à ética. (FERREIRA, [s.d.], p. 591)</p> <p>Eto. [Do gr. <i>Éthos</i>, <i>eous-ous</i>] El. Comp. = 'costume', 'uso' [...]. (FERREIRA, [s.d.], p. 591)</p>	<p>Ética (gr. <i>ἠθικά</i> [<i>Ta éthiká</i>]; lat. <i>Ethica</i>; ingl. <i>Ethics</i>; franc. <i>Éthique</i>; Al. <i>Ethik</i>). Em geral, a ciência da conduta. (ABBAGNANO, 1982, p. 360-367)</p> <p>Ética. O termo "ética" deriva de <i>ἦθος</i> [<i>éthos</i>], que significa "costume", e, por isso, a ética foi definida com frequência como a doutrina dos costumes [...]. (MORA, 1998, p. 245-252)</p>

Segundo os dicionários, *Ética* deriva do grego *éthos* e significa, por um lado, modo de ser que é construído historicamente pelos homens; mas o principal sentido usado indica estudo ou análise dos costumes, da conduta humana.

Para além das explicitações dos dicionários, retornemos a Vázquez (2002), para melhor debater a *Ética*. Para esse autor, *ética* é entendida como "teoria ou ciência do comportamento moral dos homens" (VÁZQUEZ, 2002, p. 23), e a *Moral* é o objeto de estudo da *Ética*. Completa Vázquez (2002, p. 24), afirmando que: "a ética não é a moral e, portanto, não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral efetiva e, nesse sentido, pode influir na própria moral".

A recuperação da dimensão *social* e *histórica* da ética por Vázquez (2002) é de extrema importância. Enquanto muitos livros de filosofia exemplificam como a Filosofia Moral (ou a *Ética*) foram tratadas pelos diferentes pensadores, sem se reportar aos contextos que viveram, Vázquez (2002) relembra-nos que esse tema de estudo tem um caráter *social* e *histórico*.

Sendo assim, inferimos que, quando são utilizados sem essa devida contextualização, tais conceitos, por trás de uma aparente neutralidade e naturalidade, escondem uma forma de controle, na maioria das vezes ideológica, de que as instituições sociais se utilizam para escamotear a visão moral e ética que provém de uma determinada visão de sociedade e de classe social: no nosso caso, a capitalista e burguesa.

3 A ÉTICA PARA ALÉM DO ABSTRATO E UNIVERSAL: A HISTORICIDADE DO CONTEÚDO E DA FORMA

Como Vázquez (2002), consideramos que tratar do tema ÉTICA exige que a coloquemos como um produto *social e histórico* dos homens. Essa dimensão histórico-social *não* deve partir do que os homens dizem, imaginam ou pensam, nem do simples discurso sobre Ética, no pensamento ou na representação. O ponto de partida deve ser buscado nas condições reais de existência dos homens. É com base na realidade dos homens que podemos entender seu processo de vida real, bem como as representações por eles produzidas e como a ética é pensada e teorizada.

É esse o quadro teórico que possibilita, a partir do referencial metodológico e teórico de Marx e Engels, entender a moral e, por consequência, a ética. Estas surgem e desenvolvem-se como decorrência do processo de transformação histórico da sociedade. A *forma geral e sintética* do desenvolvimento histórico foi exposta em *A Ideologia Alemã*, como já apontamos neste texto.

Sendo assim, tal processo explica a transformação histórica dos modos de produção, a realização desses nas mais diferentes formações sociais, como os homens criam suas normas, valores e padrões de conduta, isto é, sua MORAL, e como adquirem a forma teórica de uma ciência do comportamento moral dos homens, ou seja, de uma determinada ÉTICA. Em outras palavras, toda organização social humana e cada sociedade em sua particularidade e historicidade institui uma moral, qual seja, estabelece valores que dizem respeito ao que é bom e ao que é mal, ao que é permitido e ao que é proibido, ao que é correto e ao que não é socialmente validado.

Nas formações sociais que romperam a plena igualdade entre os homens e estabeleceram diferenças de castas,

hierarquias ou classes, podem existir várias morais, cada uma delas referidas aos valores de cada um dos agrupamentos sociais existentes, sendo que as normas, valores e padrões da classe econômica, social e política dominante tendem a conformarem-se como dominantes e impor-se hegemonicamente sobre todos os homens.

Certamente toda formação social que existiu ou existe historicamente produziu MORAL. Entretanto, a existência da moral não significa a elaboração explícita de uma ÉTICA, de uma filosofia moral, de uma teoria que exponha, discuta, problematize e interprete os valores morais (CHAUI, 1997). A reflexão ética surgiu na Grécia antiga quando uma classe de homens liberados do trabalho, graças ao trabalho escravo de outros, pôde se dedicar ao trabalho intelectual, à elaboração teórica, à busca da sabedoria, do bem, do bom e do belo.

Nesse ponto, seria importante fazermos um rápido passeio por uma filosofia contextualizada para entendermos o caráter histórico da FILOSOFIA MORAL. Entretanto, na impossibilidade sequer de um breve passeio histórico pelos principais modos de produção e das concepções filosóficas neles produzidas, vale registrar que o estudo histórico e contextualizado da moral e da ética é fundamental para o adequado entendimento de que não há uma ética absolutamente abstrata e geral.

Cada formação social ao longo da história produziu a FILOSOFIA MORAL adequada ao modo de produção da vida material e espiritual dos homens. A maioria das formações sociais, além da sua constituição histórica, possui uma estrutura e organização social que explicita as normatizações e regulamentações MORAIS e a expressão dessas em formulações ÉTICAS que, apesar da aparência abstrata e universal, respondem concretamente às DIFERENÇAS DE CLASSES, que explicam a conformação da própria sociedade e explicitam o CARÁTER IDEOLÓGICO das teorias produzidas social e historicamente.

Todas as formações sociais e civilizações produziram conteúdos e formas para o julgamento das coisas e dos fatos, geralmente entendendo-os como bons ou maus segundo o que representavam para os homens. O que afirmamos é que não existe uma moral imparcial, uma ética acima das classes. Engels (s/d) expressa muito claramente essa afirmação, em sua polêmica obra *Contribuição ao problema da habitação*, sobre

a problemática da transformação dos princípios em normas, e destas, em lei. Afirma Engels (s/d) que a justiça, tomada como princípio regulador fundamental da sociedade, não pode ser tomada de forma abstrata e natural. Ao contrário dos que assim a concebem, afirma que o direito exprime as condições de vida da sociedade, as relações econômicas entre os homens:

[...] Os homens esquecem que seu direito se origina em suas condições econômicas de vida, assim como esqueceram que eles próprios procedem do mundo animal. [...] A partir desse instante, o desenvolvimento do direito... não reside senão no desejo de aproximar cada dia mais a condição dos homens... ao ideal da justiça, à justiça eterna. E essa justiça é sempre a expressão no plano ideológico [...] das relações econômicas existentes, às vezes em seu sentido conservador, outras vezes em seu sentido revolucionário. A justiça dos gregos e dos romanos considerava justa a escravatura; a justiça dos burgueses de 1789 exigia a abolição do feudalismo, que considerava injusto... A ideia de justiça eterna modificase, pois, não só segundo o tempo e o lugar, mas também segundo as pessoas [...] (ENGELS, s/d, p. 173).

Sendo uma criação humana, tal qual a justiça, também a ÉTICA reflete as condições materiais de existência dos homens, seu processo de desenvolvimento e das relações existentes entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. Assim sendo, os conceitos morais mudam da mesma forma que mudam as condições materiais de existência do homem, suas forças de produção e suas relações produtivas.

Marx e Engels (s/d), conforme citado, afirmavam que em uma sociedade de classes os juízos morais e seus fundamentos diferem segundo as classes, e que “as ideias dominantes em uma época são as ideias das classes dominantes”, o que faz com que os interesses e necessidades das diferentes classes sociais permaneçam escondidos por trás de uma ideologia aparentemente comum. Encontramos no mundo antigo um imperador e um escravo defendendo a mesma filosofia; e, no mundo atual, burgueses e proletários advogando, às vezes, o

mesmo ideal. Apesar de teoricamente ser possível que uma sociedade escravista estabeleça princípios morais baseados na fraternidade e na igualdade entre os homens, essa situação só pode existir por uma imposição ideológica que camufla as reais condições de vida dos homens nessa sociedade.

Somente quando a exploração do homem pelo homem for abolida e toda a humanidade trabalhar pelo interesse comum de todos os homens, a ética existente será transformada em algo que se encontre além de toda possibilidade de simples especulação mental. Somente então a sociedade irá ser regida pelo princípio: “de cada um segundo suas possibilidades; a cada um segundo suas necessidades”⁸.

Para encerrar, gostaríamos de reafirmar nossa convicção de que, no momento em que vivemos, de profunda crise estrutural do modo capitalista de produção, quando tenebrosos embates de todo tido de fundamentalismos são visíveis em todo o mundo, impõe-se como tarefa éticopolítica de todo educador e educando a defesa de uma educação pública, gratuita, laica e competente. Para além de conteúdos simplistas, diluídos numa pedagogia da forma, é fundamental a defesa da educação pública, alicerçada nos conteúdos. Sendo a escola uma instituição historicamente determinada, como uma construção humana que se articula ao processo de produção das condições materiais de sua existência, como uma dimensão da realidade humana, para além da mera reprodução da sociedade burguesa, pode a educação articular-se plenamente na construção de uma nova sociedade (SAVIANI, 1991, p. 105). Para tanto, o educador precisa romper com as pedagogias da forma, vinculando sua

⁸ Marx e Engels nunca estabeleceram uma descrição detalhada do comunismo, mas o definiram como projeto político estratégico da organização política do proletariado, que para eles centrava-se no Partido Comunista. Em linhas gerais, pressupuseram que seria um sistema econômico fundado na propriedade comum dos meios de produção, na eliminação das desigualdades de classe e na destruição do Estado e estabelecimento de uma sociedade autogestionária, ou governada coletivamente. Tinham como pressuposto uma formação social em que cada um trabalhasse em prol da coletividade, segundo suas condições, capacidades e possibilidades, recebendo o suficiente para suprir todas as suas necessidades físicas e intelectuais, biológicas e espirituais. Superando o “reino da necessidade”, com sua emancipação, o homem construiria um “reino da liberdade e da abundância”, instaurando a repartição segundo o princípio de “a cada um segundo sua necessidade”. *Nota da organização da série*: os autores se referem, nesta nota, ao princípio mencionado no texto, que expressa a essência da sociedade comunista, na concepção de Marx e Engels.

prática e sua teoria, isto é, sua práxis, a uma perspectiva crítica e revolucionária do homem e do mundo existente.

À eternização capitalista dada por uma perspectiva teórica defensora do fim da história, é preciso demonstrar que as aceleradas transformações em curso desvelam um processo de constante recomeçar de uma história marcada pela contradição. Para além de uma escola mistificadora e conformista, como educadores precisamos acreditar no futuro, submetendo o presente a uma profunda, radical e rigorosa crítica que, desvinculando-se de tudo o que é antiquado e caduco, colabore com o processo de construção do novo. É essa a recomendação do reconhecido filósofo e educador polaco Bogdan Suchodolski (1992, p. 130):

[...] a juventude tornar-se-á melhor ou pior consoante o modo como seremos capazes de organizar as suas atividades concretas no meio em que vive [...] para que se torne apta a realizar as tarefas futuras e conforme o que soubermos fazer para facilitar o desenvolvimento interior dos jovens. É o único modo de desenvolver as forças criadoras da juventude, de a libertar das peias provocadas pela desilusão que a leva a afirmar “nada se pode fazer, portanto não vale a pena fazer o quer que seja”. É o único processo para limitar as tendências dos jovens a basearem a sua vida na exclusiva satisfação das necessidades materiais, é o único recurso para lutar contra um cinismo que é hoje, na maior parte das vezes, uma forma de protesto contra o que está mal na vida, mas que corre o risco de se tornar o pior dos males.

No que diz respeito à nossa prática educativa, como professores e alunos, em lugar de uma escola onde “professores fingem que ensinam” para “alunos que fingem que aprendem”, centrada na forma e não no conteúdo, é preciso propiciar a todos os homens o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. É preciso romper com uma educação aligeirada e simplista, com o comodismo e a apatia, devolvendo aos homens a possibilidade de colocar-se como construtores de seu próprio futuro. Portanto, discutir

abstratamente ética, sociedade e cidadania, sem relacioná-las com os contextos sociais e históricos, é um trabalho que não contribui para a emancipação humana. Devemos, portanto, rechaçá-lo e questioná-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ARANHA, Maria Lúcia de A.; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de Filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

DALLARI, Dalmo. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 3. São Paulo: Alfa-Omega, s.d..

ENGELS, F. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., p. 105-182.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel* (as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). Porto Alegre: L&PM, 1983.

HOBSBAWM, Eric. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LOMBARDI, J. C. (org.). *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2001.

LOMBARDI, J. C. e GOERGEN, P. L. (orgs.). *Ética e educação: reflexões filosóficas e históricas*. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei. *Público e privado como categorias de análise da educação? – Uma reflexão desde o marxismo*. In:

LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. T. da. *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados, 2005.

MARX, KARL. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 3. ed. Lisboa, Portugal: Presença, s/d.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998.

SANFELICE, J. L. A problemática do público e do privado na História da Educação no Brasil. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. da. (orgs.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas*. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR/UNISAL, 2005.

_____. Da escola pública estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005a.

SANTANA, Marcos Silvio de. *O que é cidadania*. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>. Acesso em 21/10/2007.

SAVIANI, D. *Educação e questões da atualidade*. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1991.

_____. O público e o privado na história da educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C.; JACOMELI, M. R. M.; SILVA, T. M. da. (orgs.). *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR: UNISAL, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas: a pedagogia da essência e a pedagogia da existência*. 4. ed. Lisboa, Portugal: Última Edição, 1992.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2005.

_____. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília-SP, 2001.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais: ética*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos Temas Transversais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BUSQUETS, Maria Dolors et al. *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. 6. Ed. São Paulo: Ática, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. Os parâmetros curriculares para o ensino fundamental. Convívio social e ética. Cadernos de Pesquisa, n. 99, São Paulo, nov. 1996, p. 60-72.

DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC /UNESCO, 2001.

FREITAS, Helena C. L. de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. *Educação e Sociedade: Revista de Ciência e Educação*, v. 23, N. 80, Campinas, setembro/2002, p. 137-168.

GALLO, Silvio (coord.). *Ética e cidadania: caminhos da filosofia* (elementos para o ensino de filosofia). Campinas: Papirus, 1997.

JACOMELLI, Mara Regina Martins Jacomeli. *PCNs e temas transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras*. Campinas: Alínea, 2007.

LOMBARDI, J. C. (org.). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 1999.

MARX, K. *Textos filosóficos*. Lisboa, Portugal: Estampa, 1975.

_____. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

NORONHA, Olinda Maria. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas: Alínea, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 1998.

VELLOSO, Jacques (org.). *Quem pesquisa o quê em educação 1998*. Brasília, DF; São Paulo: ANPEd, 1999.

Texto 6

DIVERSIDADE BIOCULTURAL: CONVERSAS SOBRE ANTROPOLOGIA(S) NA AMAZÔNIA

Jane Felipe Beltrão
Denise Pahl Schaan
Hilton Pereira da Silva¹

1 ANTROPOLOGIA(S) E DIVERSIDADE BIOCULTURAL

Diversidade biocultural é a pedra de toque dos profissionais que trabalham no campo da(s) Antropologia(s), especialmente na Amazônia, pois implica em conversar sobre a pluralidade de sociedades existentes no Brasil. Pluralidade que salta aos olhos e se apresenta como um raro mosaico, que nem sempre é compreendido como deveria.

Para trabalhar a diversidade na Antropologia é preciso considerar que a(s) cultura(s) mantida(s) socialmente se constituem como teia(s) de significados que enlaça(m) os humanos em sua trama e os distinguem a partir do conjunto de comportamentos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam as diversas sociedades ou grupos sociais, o que abrange, para além das letras e das artes, os modos de vida, as maneiras de viver e conviver, os sistemas políticos, jurídicos, religiosos, econômicos e sociais, as tradições, os valores e as crenças (GEERTZ, 1989). Conjunto que, eleito socialmente, é caminho constitutivo de identidades diferenciadas que se apresentam de forma *sui generis* (únicas) e que devem ser respeitadas como vias legítimas de estarem no mundo, equivalentes a quaisquer outras formas de viver. Portanto, a diferença que aponta para a diversidade biocultural deve ser pensada como equivalente, jamais como desigualdade! Assim refletindo, pode-se pensar os humanos como seres “integrados” socialmente de tal maneira

¹ Jane Felipe Beltrão é mestre em Antropologia pela UnB (Universidade de Brasília) e doutora em História pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Denise Pahl Schaan é doutora em Antropologia Social pela University of Pittsburgh. Hilton Pereira da Silva é doutor em Bioantropologia pela Ohio State University. Todos são professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA (Universidade Federal do Pará), atuando no NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) dessa instituição.

que se torna impossível distinguir o animal biológico do animal cultural, pois as fronteiras se apresentam a cada dia mais rasuradas, borradas, fato que requer referenciais sofisticados para empreender análises antropológicas.

Parafraseando Doudou Diène (2006)², que, referindo provérbio senegalês, diz: “[à] noite, na floresta, quando os ramos das árvores se quebram, as raízes se abraçam [...]”, podemos pensar as árvores como as mangueiras (que o colonizador importou de longe e que nós transformamos em símbolo no Pará), nas quais cada ramo pode ser tomado como povos que, na Amazônia, ainda combatem o colonialismo interno e externo para livrar-se da vulnerabilização à qual foram/são submetidos e que, por razões históricas, lutam contra o *grande cerco de paz* (SOUZA LIMA, 1995) imposto por muitos, como o fazem os povos indígenas e as populações tradicionais – aqui compreendidas como quilombolas, ribeirinhos e assentados, entre outros, que lutam pela manutenção de seus territórios. O problema é que as mangueiras não oferecem sombra como antes e estão, em geral, cheias de “erva de passarinho”, erva que se constitui em impedimento à união de povos, os quais se tornam antagonísticos e combatem entre si, como frequentemente assistimos.

A metáfora senegalesa pode ser lida *primeiro* para voltar às raízes profundas como os princípios universais pautados por amor, compaixão, fraternidade, solidariedade, justiça e demais sentimentos profundos que são compartilhados por todos os povos para evitar que os galhos se rompam, se quebrem; *segundo*, é preciso conservar as mangueiras frondosas e com vitalidade, resguardando suas singularidades, porque nenhuma das centenárias árvores, aqui ou alhures, sobrevive com um único ramo; *terceiro*, devemos transformar as mangueiras em ramos dourados que abriguem a diversidade compreendida pelas raças, etnias, culturas e religiões, entre tantos outros sistemas considerados necessários à vida com qualidade. Quem sabe assim, de maneira harmoniosa, as mangueiras plantadas e preservadas crescerão em busca de alcançar a plenitude; e

² Diène foi diretor da Divisão de Diálogo Intercultural da UNESCO, responsável pelos programas sobre as estradas da seda, o tráfico de escravos e a escravidão, o diálogo inter-religioso e a interculturalidade do reino de Al-Andalus. Atual relator das Nações Unidas contra o racismo, a discriminação, a xenofobia e a intolerância.

quarto, as mangueiras podem ser vistas como o Pará, a Amazônia e o Mundo, e nós devemos ser ramos, flores e frutos de nosso próprio cultivo.

2 A BIOANTROPOLOGIA E O FASCÍNIO DAS ORIGENS

A história da origem dos seres humanos sempre gerou grande fascinação. Até hoje muitos interessados no tema têm problemas nas escolas religiosas em que estudam ou lecionam, por causa disso, e o catecismo se torna um problema para quem “pergunta demais” e “acredita pouco” nos tradicionais livros sagrados. Os bioantropólogos jamais aceitam respostas prontas e sempre têm enorme curiosidade sobre o mundo. Quer-se mesmo ir a todos os lugares, conhecer todas as gentes e saber como eram as coisas no passado e como serão no futuro. Inquietam-se sempre com a existência de pobres e ricos, pessoas com e sem acesso a saúde, adultos que não sabem ler, perdendo assim muitas possibilidades de conhecer e aprender sobre tudo que há e as aparentes diferenças entre as pessoas. Possivelmente por isso alguns profissionais entre nós acabam se envolvendo com ensino, com a área da saúde e com a história evolutiva humana.

A Antropologia é, por natureza, uma área de inquietação, na qual há muitíssimo mais perguntas do que respostas. É um campo dinâmico, que se constrói lentamente e muda com muita rapidez. A Bioantropologia, parte da Antropologia que se dedica a entender, do ponto de vista evolutivo, desde o passado mais remoto dos seres humanos e seus ancestrais até o impacto da sociedade contemporânea em nossa saúde e sobrevivência futura, é um daqueles campos fascinantes de estudo que pode levar qualquer um de nós a alguns dos cenários mais espetaculares do planeta, como a Garganta de Olduvai, na Tanzânia, as montanhas do Witswaterand e a praia entre dois oceanos, onde ficam Blombos, na África do Sul, as cavernas de Choukoutien, na China, o deserto de Atacama, no Chile, a região de Atapuerca na Espanha, ou Monte Alegre no Pará, Brasil. Pode ajudar a desvendar crimes por meio da Osteobiografia, desenvolver políticas públicas através da biologia humana, e entender porque somos todos tão diferentes e ao mesmo tempo tão iguais, por meio da Paleoantropologia e da Genética Antropológica.

Diversidade, aliás, é o pano de fundo de todos os estudos bioantropológicos. Busca-se sempre entender como a seleção natural e nossa cultura nos fazem singulares e como nossas sociedades lidam com essa variação. Somos todos diferentes, cada um é único; por isso, discutir e compreender a variabilidade humana são tão importantes. Nossas diferenças mais relevantes não estão *entre* os grupos, como pode fazer crer a ideia de “raças” humanas, mas *dentro* dos grupos, das famílias, das vilas.

A perspectiva de que é possível caracterizar populações inteiras como raças estanques é uma falácia que nasceu no século XVI como um dos resultados das grandes navegações e da formação dos impérios coloniais, adquiriu força nos dois séculos seguintes por causa das migrações forçadas entre os continentes (escravidão africana, principalmente) e atingiu maturidade ao longo do século XIX por conta dos movimentos eugenistas³, que se misturaram a ações terríveis na primeira metade do século XX (o holocausto judaico na Alemanha, que também levou à morte milhares de negros, ciganos, homossexuais e diversos outros grupos minoritários europeus), às políticas racistas nos EUA (Estados Unidos) e ao *apartheid* na África do Sul. Tal perspectiva foi cientificamente destruída pela biologia nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), graças à descoberta do DNA e aos avanços da genômica (PENA, 2008; MAGNOLI, 2009).

Podemos nos perguntar: mas não há negros e brancos? Estas não são as “raças” humanas consagradas até nos recenseamentos? A resposta à primeira pergunta pode até ser sim, mas a resposta à segunda certamente é NÃO!

As diferenças observadas na cor da pele, dos olhos e dos cabelos das pessoas são resultantes, principalmente, da quantidade de melanina que cada um tem. A melanina é uma substância natural que ajuda a proteger a pele dos raios do sol, que podem causar danos graves ao organismo, como queimaduras e câncer. As diferentes cores da pele são, em geral, ligadas aos continentes de onde as pessoas e seus ancestrais vieram. Assim, por exemplo, a maioria da população que pode ser considerada

³ **Eugenia** significa “bom nascimento”. O termo foi criado pelo britânico Francis Galton (1822-1911) para indicar o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>.

negra vive no continente africano, mais precisamente ao sul do deserto do Saara, onde a insolação é intensa. A maioria da população conhecida como branca tem ancestralidade no continente europeu, e a população considerada classicamente como tendo a cor da pele “amarelada” tem sua origem na Ásia, especificamente no leste asiático, e se espalhou também, antes da chegada dos europeus, por todo o continente americano.

Pode-se observar, porém, que muitas partes do mundo ficam fora das áreas geográficas citadas acima: o norte da África, o leste da Europa, o norte e o sul da Ásia, o Oriente Médio, as Ilhas do Pacífico, a Austrália. Essas e outras áreas são cheias de gente que não se encaixa bem em nenhuma das classificações e, mesmo dentro dos continentes, os grupos humanos são tão diversos entre si que qualquer tentativa de classificação é um exercício em futilidade.

A ideia de raças humanas é fútil porque não tem qualquer base, seja das Ciências Biológicas seja das Ciências Sociais, e a diversidade cultural humana alcança sua expressão máxima entre os pequenos grupos sociais, que formam diferentes populações e etnias, identificando-se de centenas de formas, e não entre os grandes grupos continentais (SILVA, 2009).

3 MAS... DE ONDE VIEMOS?!

Ao que se sabe atualmente, entre cerca de quatro milhões e dois milhões de anos atrás, vivia na África um grupo de criaturas que os paleoantropólogos chamam de australopitécinos: primatas bípedes, pequenos como os chimpanzés atuais, todos com o cérebro mais ou menos do mesmo tamanho, bem menor do que o do homem atual. Essas criaturas foram divididas em cerca de oito espécies pelos pesquisadores, e as investigações demonstram que uma delas é, possivelmente, um de nossos parentes distantes mais representativos: o *Australopithecus afarensis*, cujo exemplar mais conhecido é chamado de Lucy (LEWIN, 1999).

Ao contrário de outras espécies, como o *Paranthropus boisei* e o *Paranthropus robustus* – que eram mais robustos em termos físicos e comiam principalmente folhas e ramos de plantas, o *Australopithecus afarensis* tinha uma estrutura óssea mais delicada e a capacidade de comer folhas e frutos, além

da carne de outros animais, o que o diferenciava dos demais primatas. Porém, à época em que os australopitecíneos viveram, uma grande mudança ambiental estava em curso na África. Em função de mudanças climáticas em todo o planeta, o clima no continente foi ficando muito seco, diminuindo a quantidade de florestas, uma vez que as árvores precisam de muita água para sobreviver. Nesse ambiente mais árido, em que há poucas árvores e pouca água, a disputa pelos recursos naturais é muito grande. Muitas espécies morreram porque não encontraram comida. As espécies que conseguiram se adaptar com menos alimentos ou ampliando a sua dieta sobreviveram. As que não se adaptam com menos comida disponível têm de procurar alternativas ou irão desaparecer (isto se chama *seleção natural*, é um conceito proposto por Charles Darwin, em 1859, e um dos pilares da biologia contemporânea). Aquelas espécies que são mais flexíveis têm mais chance de sobrevivência.

Foi o que aconteceu com os australopitecíneos, embora a maioria deles tenha se extinguido, como é também o caso dos *Paranthropus*, por conta de sua alimentação muito restrita. Isso é algo que não ocorreu, porém, com Lucy e seus parentes. Com uma dieta mais variada, eles puderam sobreviver e deixar muitos descendentes.

Para a Bioantropologia, os ancestrais do homem atual são os australopitecíneos que descendem do *Australopithecus afarensis*. Esse fato fica mais claro quando se analisa outro parente distante do homem moderno, mas um pouco mais recente: o *Homo habilis*. Essa criatura, fisicamente, era mais semelhante aos *Australopithecus afarensis* do que aos *Paranthropus* e também tinha outra característica muito importante: essa espécie começou a fazer utensílios, daí seu nome, que significa, em uma tradução livre, “homem que faz instrumentos”. Em latim, *Homo habilis*. Um homem habilidoso (SILVA, 2006).

Durante o período em que viveu o *Homo habilis*, há cerca de dois milhões e meio de anos, o planeta começou a se resfriar novamente. Nesse período, apareceram animais maiores, o que possivelmente influenciou na extinção da maioria dos *habilis*, bem adaptados a um ambiente tropical, e o surgimento de uma nova espécie, ou duas, muito parecidas, segundo alguns autores, tais como Neves (2006), ensinam: o *Homo erectus/ergaster*. Provavelmente as mudanças ecológicas e uma maior disponibilidade de animais para caçar, associadas a

uma maior preferência por proteína animal, contribuíram para diferenciar os descendentes do *Homo habilis* sobreviventes, que se transformaram no *Homo erectus/ergaster* através da seleção natural.

Com um cérebro e um corpo bem maiores do que os *habilis*, o *Homo erectus/ergaster* apareceu na Terra há cerca de dois milhões de anos. Dependia mais de animais para sua sobrevivência e para caçá-los produziu ferramentas mais complexas do que o “homem habilidoso”. Mas o mais interessante é que ele foi o nosso primeiro parente a sair da África. Essa migração indica que o *Homo erectus/ergaster* estaria utilizando pelo menos alguma proteção física, como peles de animais (pois, como dito antes, a terra nessa época passava por um processo de resfriamento), e fazendo uso regular do fogo, além de utensílios de pedra diferentes (NEVES, 2006; SILVA, 2006).

Uma das hipóteses para explicar migração dos *erectus/ergaster* é que, provavelmente, eles eram caçadores ativos e, como tal, tinham de seguir os animais onde quer que eles fossem, diferentemente, do *Homo habilis*, que, ao que parece, obtinha sua proteína animal da carcaça de animais mortos por outros predadores. Assim, ao seguir os animais quando eles migravam, para garantir seu alimento, o *Homo erectus/ergaster* virou o primeiro andarilho do planeta (SILVA, 2006).

Segundo a maioria das pesquisas, alguns dos grupos de *erectus/ergaster* que deixaram a África devem ter penetrado na Europa e no Oriente Médio e, isolado por milhares de anos dos outros grupos que estavam se espalhando pelo mundo graças ao resfriamento do planeta que havia isolado a Europa e o leste do Oriente Médio com grandes blocos de gelo, este grupo diferenciou-se, dando origem a uma nova espécie, que os pesquisadores chamam de *Homo neanderthalensis*, os famosos neandertais.

Os neandertais, cujos primeiros fósseis foram descobertos no vale do rio Neander, na Alemanha, no início do século XIX – eram muito parecidos conosco, sendo apenas mais baixos do que alguns dos humanos modernos, em média, e bem mais fortes. No entanto, a imagem que as pessoas têm deles, em geral, é a do “homem das cavernas”: brutos, encurvados e toscos. Isso ocorre por causa de um erro que aconteceu quando o primeiro fóssil de *Homo neanderthalensis* foi descrito, pois este pertencia a um indivíduo idoso, que tinha artrite e artrose, sendo, portanto, um

esqueleto doente, com aparência arqueada e grotesca. Estudos contemporâneos mostram que, possivelmente, os neandertais eram muito parecidos com os humanos atuais (LEWIN, 1999).

As pesquisas genéticas mais recentes indicam que, enquanto os neandertais viviam na Europa e em partes do Oriente Médio, na África surgia a espécie humana atual, à qual nós pertencemos: *Homo sapiens*. Provavelmente, os *Homo sapiens* surgiram a partir do isolamento de algum dos grupos de *Homo erectus/ergaster*, que, nessa época, eram encontrados na África e na Ásia. Os fatores ambientais que contribuíram para dar origem à nova espécie, porém, ainda são tema de intensos debates. O fato é que, segundo o registro fóssil, por volta de 200 mil anos atrás os primeiros *sapiens* apareceram na África, e em um espaço de tempo de pouco mais de 150 mil anos dominaram todos os continentes, exceto a América, que só foi colonizada bem mais tarde (SILVA; RODRIGUES-CARVALHO, 2006). A partir de 30-35 mil anos atrás todos os vestígios de outros hominídeos deixam de existir, e passa a haver apenas um humano, o *Homo sapiens*, nós.

Os seres humanos, ao longo de sua evolução enquanto espécie, migraram pelos continentes, e neste processo houve contínuo fluxo gênico (casamentos) entre as populações que se espalhavam pelo mundo, o que, desde a pré-história, contribuiu para a homogeneidade biológica da Raça Humana, essa sim, bem diferente dos outros primatas (macacos) seus primos.

Como visto, a Humanidade tem uma origem única, na África subsaariana. Foi daquele continente que os primeiros *sapiens* evoluíram por seleção natural e em seguida migraram para ocupar todas as outras terras do planeta, ao longo de centenas de milhares de anos, o que demonstra indiscutivelmente que, do ponto de vista biológico, somos um só grupo.

4 A DIVERSIDADE ATUAL

As populações que se espalhavam pela terra foram gradualmente se adaptando aos diferentes ambientes em que viviam e que eram, simultaneamente, mais quentes na região do equador e mais frios próximos aos polos do que o clima de hoje. Assim, na África setentrional, onde é ensolarado, quente e há grandes extensões de áreas áridas e semi-áridas,

ao longo de centenas de gerações a cor predominante das pessoas adquiriu um tom mais escuro, graças a um aumento da produção de melanina para protegê-las do sol intenso. Essa era, provavelmente, a cor original de todos os seres humanos.

Na Europa e no noroeste da Ásia, onde o clima é frio e há pouca insolação na maior parte do ano, o tom da pele ficou gradualmente mais claro para impedir que nossos ancestrais desenvolvessem doenças causadas pela falta de radiação solar, como o raquitismo, causado pela deficiência de Vitamina D, que é formada na pele por ação dos raios ultravioleta (JABLONSKI; CHAPLIN, 2000).

Na Ásia, onde há grande variedade climática e ambiental, e um predomínio de ventos e chuvas intensos (as monções), os grupos humanos evoluíram uma grande variação na cor da pele, desde os mais escuros indianos até os mais claros chineses e japoneses do extremo oriente, que são os mais conhecidos representantes da cor da pele chamada “amarela”, que é também como a população ameríndia é historicamente classificada. Entre essas áreas geográficas, todas as pessoas têm cores de pele, cabelos, formato e cor dos olhos e estrutura física intermediárias, que variam gradualmente de acordo com as regiões geográficas (a chamada variação Clinal) e se combinam em formas muito diversas, expressando a grande variabilidade populacional humana (JABLONSKI, 2006). Somos uma espécie altamente diversa, isto é, temos muitos tipos físicos diferentes nos continentes, embora geneticamente sejamos todos 99,9% parecidos uns com os outros.

As pesquisas sérias desenvolvidas até hoje não conseguem identificar qualquer evidência científica que indique diferenças intelectuais ou de capacidades físicas concretas entre as populações dos diferentes continentes. Embora se possa dizer, em alguns casos, com alguma precisão, a origem geográfica continental de uma pessoa ou de seus ancestrais olhando a cor da sua pele, isso na verdade nos fala mais sobre as condições climáticas nas quais os ancestrais dessa pessoa viviam do que sobre qualquer outra diferença física, fisiológica, genética, neurológica ou intelectual que possa ser encontrada nela. As diferenças entre os humanos estão apenas na epiderme, a camada mais externa da pele, onde ficam os melanócitos.

Embora existam técnicas de Antropologia Forense⁴ que permitem uma aproximação razoável da ancestralidade continental a partir de análises do crânio e técnicas de genética antropológica que permitem identificar alguns genes que têm uma maior probabilidade de terem vindo de um continente ou outro, a maior parte da diversidade morfofisiológica dos humanos está *dentro* dos continentes e não *entre* eles.

5 ONDE SURTIU A DIVERSIDADE HUMANA? HÁ QUANTO TEMPO SOMOS DIFERENTES UNS DOS OUTROS?

Sempre fomos diferentes uns dos outros, porém todos Humanos. Segundo a teoria evolutiva⁵ de Charles Darwin (1809-1882), fundamento para a compreensão de toda a variabilidade de seres vivos na terra, quanto mais uma espécie sobrevive e quanto mais adversos são os seus habitats, mais biologicamente diversa ela se torna. Essa é a chave de nosso sucesso adaptativo. A evolução biocultural humana permite nos adaptarmos aos mais variados ambientes, e o resultado desse processo é o que conhecemos hoje – uma enorme diversidade humana.

Tanto a diversidade biológica quanto a diversidade cultural nada mais são do que frutos de nossos processos evolutivos e adaptativos. Para conseguirmos sobreviver nos diferentes ambientes em que habitamos, é preciso termos condições físicas e características socioculturais particulares, que permitam nossa reprodução biológica enquanto grupo. Aparentemente, somos muito “espertos” do ponto de vista adaptativo: conseguimos nos adequar rapidamente a qualquer ambiente e, por isso, somos um dos mais numerosos grupos de vertebrados do planeta.

⁴ **Antropologia forense** é a área das ciências forenses que aplica técnicas e métodos antropológicos para a resolução de casos judiciais.

⁵ Segundo a Teoria Evolutiva Darwiniana, **evolução** significa “descendência com modificação”, ou seja, *mudança* de uma geração para outra. Isso não implica de forma alguma em melhoria, superioridade ou aumento da complexidade, apenas que ancestrais e seus descendentes são biologicamente diferentes entre si. É essa variação que permite a adaptação dos organismos aos diferentes ambientes naturais, que estão em constante modificação.

Criar novas variedades biocomportamentais, principalmente a partir de nossa evolução cultural ao longo do tempo, tem sido essencial para nossa sobrevivência. Hoje, *a cultura é a nossa principal forma de adaptação*. Os mecanismos de mudança cultural são muito mais rápidos que a evolução biológica, e são mais fáceis de passar de uma geração para outra, espalhando-se muito mais rapidamente em uma população, uma vez que os indivíduos não precisam ser parentes biológicos para compartilhar os mesmos hábitos e regras sociais. Richard Dawkins chama as unidades de evolução cultural de Memes⁶ (SILVA, 2009).

Está claro que, desde que emergimos na África enquanto *Homo sapiens*, jamais existiram “raças” puras. A população humana sempre foi muito pequena e homogênea, embora bastante dispersa até a revolução agrícola, iniciada cerca de 10 mil anos atrás (e objeto de estudo de outro ramo da Antropologia, a Arqueologia). Nossa diversidade genética é muito menor que a dos outros primatas nossos parentes mais próximos, como os gorilas e chimpanzés, embora sejamos muito mais numerosos atualmente do que qualquer outro grupo de primatas. São seis bilhões de pessoas no planeta, mas há apenas cerca de 125 mil gorilas e aproximadamente 150 mil chimpanzés no mundo. Porém, geneticamente, eles são mais diversos do que nós (PENA, 2008).

Como dito linhas atrás, é possível identificar, através de alguns genes, que uma pessoa tenha maior percentual de ancestralidade africana ou asiática, ou que venha de determinada região da Europa. No entanto, isso não quer dizer que a diferença genética se traduza em diferenças do ponto de vista de nosso desempenho, de qualquer forma que ele seja medido: teste de QI (Quociente de Inteligência), teste de força, acuidade visual, velocidade, fertilidade, tamanho do cérebro, entre tantos outros). Ou seja, isso não quer dizer que esses genes sejam importantes em nossa sobrevivência atualmente; eles são apenas resultados de variações genéticas aleatórias e resquícios dos lugares de onde nossos ancestrais vieram.

Todos os grupos do mundo se consideram diferentes dos seus vizinhos; é assim que as identidades culturais são

⁶ **Meme**, termo cunhado por Richard Dawkins, é considerada uma unidade de evolução *cultural*, da mesma forma que um *gene* é uma unidade de evolução *biológica*.

instituídas. E a criação do processo identitário é o que vem a caracterizar o que chamamos, em Antropologia, de *etnia*. Cientificamente, a *etnia* se estrutura de forma muito mais ampla do que a noção de *raça*, pois inclui e transcende o parentesco biológico, ampliando significativamente a noção de identidade do grupo. De outro lado, quando se tenta definir *raça* esbarra-se no fato de que esta invariavelmente é interpretada de forma diferente de um lugar para outro. Alguém classificado como negro nos EUA pode ser enquadrado como branco, no Brasil, e “de cor”, uma categoria diferente de “negro” e de “branco”, na África do Sul. Cerca de um terço dos estadunidenses que se consideram “brancos” têm menos de 90% de ancestralidade europeia. No Brasil, muitas pessoas que se declaram negras têm cerca de metade dos seus genes de origem europeia, e em nenhum outro lugar do mundo alguém é classificado como “pardo”. Daí, novamente, a constatação da impropriedade de se tentar subdividir as populações humanas em *raças* estanques. Dentro de cada um dos grupos continentais existem centenas ou milhares de subgrupos, com suas características próprias, como cultura, hábitos, estilo e história de vida, língua⁷, padrões econômicos e socioecológicos diferentes, e, portanto, a ideia de homogeneizá-los, considerando-os uma coisa só, nada mais é do que uma proposição incoerente para lidar com a diversidade humana (SILVA, 2009).

A experiência tem demonstrado que a ideia de *raça* não contribui para a compreensão da variabilidade sociocultural e biológica humana e dificulta a aceitação da diversidade como algo positivo, necessário à sobrevivência. A ideia, pelas implicações históricas, reforça o racismo, a xenofobia e a intolerância, nada acrescenta ao debate contemporâneo sobre diversidade e direitos humanos, não soma para a discussão sobre a necessidade de respeito à diversidade cultural e não ajuda a entender e lidar melhor com a complexidade e a heterogeneidade que se encontram dentro de todas as sociedades

⁷ A **Linguística Antropológica** é a área da antropologia que investiga a história evolutiva, biológica e cultural das línguas. Por exemplo, há no Brasil risco de extinção de várias línguas faladas por grupos indígenas. Alguns levantamentos mostram que 154 línguas são faladas no Brasil por diferentes etnias indígenas e que 21% desses idiomas estão ameaçados de extinção. Uma língua é considerada ameaçada de extinção se é falada por poucas pessoas e não é mais ensinada às próximas gerações. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/152761>.

atuais. Os conceitos ligados a raças são culturalmente criados e aplicados (e temporalmente subscritos), organizados a partir de uma determinada perspectiva e cultura, e com objetivos bem definidos. Eles não são entidades naturais, não são essenciais da biologia, não existem de maneira independente. A natureza nada tem a ver com o conceito de raças ou com as políticas de relações inter-raciais. Estas são criações culturais. A Antropologia contemporânea em sua amplitude pode contribuir para, como diz a musica *Imagine*, de John Lennon (1940-1980), fazer cair as barreiras entre as pessoas e os países, levando a que nos reconheçamos todos enquanto cidadãos do mundo, como seres humanos, valorizados a partir de sua especificidade, de sua individualidade, com direitos e responsabilidades, com possibilidades concretas de sobreviver dignamente, com qualidade de vida e, fundamentalmente, em condições de interagir de maneira harmoniosa com a totalidade da humanidade, independente de gênero, ancestralidade, origem geográfica, opção religiosa, ou outros fatores que atualmente são tão valorizados e que tanta violência têm gerado (SILVA, 2009).

6 O QUE É ARQUEOLOGIA?

Enquanto parte do grande campo disciplinar abrangido pela Antropologia, a Arqueologia pode ser vista como uma “Antropologia do passado”. Diferentemente da Antropologia, que se faz no presente, que observa, analisa e interage com comunidades vivas, a Arqueologia estuda o comportamento dos seres humanos em sociedade a partir dos vestígios materiais que resultaram de suas atividades. Os vestígios são materiais descartados, perdidos, esquecidos, assim como as transformações que as sociedades imprimiram nas paisagens, ou seja, nos lugares onde viveram. A Arqueologia torna-se imprescindível para conhecer como viveram as pessoas durante vastos lapsos de tempo para os quais não se possuem documentos escritos.

Pensada assim, fica evidente, portanto, a importância da Arqueologia na Amazônia, habitada há mais de onze mil anos, mas “incluída” no mundo letrado há somente pouco mais de 400 anos. Portanto, a maior parte da história dos povos indígenas da região, que implica entender o processo migratório de grupos

asiáticos ao continente americano, a dispersão dos mesmos de norte a sul, a penetração dos migrantes na Amazônia, o desenvolvimento das diferentes sociedades, os processos de ocupação do território, as mudanças culturais, as ações sobre as paisagens, depende fundamentalmente da Arqueologia.

Pode-se dizer que a Arqueologia é uma disciplina ainda pouco conhecida no país, não raro percebida como esoterismo, diletantismo, aventura ou mistério. Muitas pessoas pensam que arqueólogos escavam dinossauros – sem se dar conta de que os dinossauros foram extintos muitos milhões de anos antes que os seres humanos aparecessem na face da terra! Enfim, a imagem do arqueólogo como Indiana Jones, ou Lara Croft, personagens hollywoodianos que saem à caça de tesouros e enfrentam grandes perigos, está muito longe da realidade.

A Arqueologia é uma ciência social, e como qualquer ciência possui objeto de estudo, teorias e métodos próprios. “A Arqueologia procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural” (TRIGGER, 2004, p. 18). Com relação aos métodos de trabalho, pode-se comparar o arqueólogo a um detetive que se depara com a cena de um crime: há uma série de pistas presentes, que devem ser cuidadosamente observadas e registradas, amostras devem ser recolhidas para análises posteriores, fotos são tiradas, croquis são desenhados. O que a Arqueologia produz, assim como o investigador policial, é uma interpretação dessas cenas do passado, a partir das quais se reconstitui a história dos fatos ocorridos e se propõem razões que indiquem seu encadeamento.

Outra imagem que nos ajuda a pensar sobre o trabalho da Arqueologia é a de um grande quebra-cabeça, do qual a maioria das peças encontram-se irremediavelmente perdidas, sendo por isso necessário preencher os vazios com deduções a partir do conjunto que restou. Quanto mais coerente e verossímil for a reconstituição, tanto melhor é a Arqueologia que fazemos. Obviamente, posteriormente, outros pesquisadores podem agregar novos dados e interpretações, questionando as proposições e teorias, anteriormente formuladas. E assim se produz ciência!

Os limites da Arqueologia, no entanto, não devem obscurecer as enormes possibilidades de investigação que a disciplina oferece para períodos de tempo para os quais outras

fontes de informações (relatos orais ou escritos) simplesmente não existem. Desde a década de 1950 é possível datar resíduos orgânicos pelo método do radiocarbono, com precisão que pode chegar a 20 ou 40 anos. Esse pode parecer um intervalo de tempo grande, mas se pensarmos em acontecimentos que tiveram lugar há centenas ou milhares de anos, essa imprecisão não é significativa. Há métodos para análise de pólen e fitólitos, que são fósseis botânicos que podem nos informar sobre antigos hábitos alimentares e as mudanças climáticas e paleoambientais no passado. Além disso, a análise de aspectos tecnológicos e simbólicos dos artefatos produzidos, utilizados e descartados nos informa sobre práticas, comportamentos e organização social, trocas, divisão do trabalho, acesso diferenciado a bens, rituais, cerimônias, entre muitos outros caminhos sociais.

Percebe-se, então, que a Arqueologia, utilizando-se de diversos métodos, alguns deles emprestados das Ciências Naturais, produz narrativas sobre o passado. As narrativas são produzidas a partir do presente. Diferentemente da Antropologia, cujos objetos de estudo estão andando por aí, dispostos a confrontar os antropólogos com suas construções teóricas sobre “o outro”, os arqueólogos, via de regra, nos informam sobre povos desaparecidos. Mas o fato não isenta os arqueólogos de responsabilidade ética, pelo contrário. Há inúmeros exemplos na história ocidental sobre o controle político da interpretação arqueológica, através da manipulação do passado. Por exemplo, a suástica, utilizada como símbolo do “povo ariano” pelo nazismo, foi uma representação encontrada em um antigo vaso pelo arqueólogo Heinrich Schliemann (1822-1890), tendo sido utilizada como prova da ligação dos antigos gregos e vedas com os germanos. A Arqueologia, portanto, está imersa na realidade sociopolítica de seu tempo, e suas descobertas podem vir a ser utilizadas nas negociações de poder entre os diversos grupos sociais.

A Arqueologia feita nas Américas difere da Arqueologia feita na Europa. Lá ela estuda a longa história dos povos europeus, dividindo-se em dois ramos disciplinares, que investigam dois grandes períodos: Arqueologia Pré-histórica – antes da invenção e adoção da escrita nas diversas regiões – e Arqueologia Histórica. Nas Américas, a Arqueologia divide-se em Pré-colonial – antes da chegada dos invasores europeus no século XVI – e Arqueologia Colonial – após 1492, quando

se inicia o contato -, podendo haver ainda outras divisões e especializações internas. A Arqueologia pré-colonial feita nas Américas é História Indígena, pois estuda a história dos diversos povos que para cá migraram antes da chegada dos europeus, buscando compreender suas interações e relações com as paisagens locais. A grande diversidade cultural dos povos indígenas é percebida pela Arqueologia a partir do estudo das muitas formas de organização social, modos de subsistência e padrões de ocupação do espaço desenvolvidos. Na Amazônia, especialmente, desenvolveram-se múltiplas formas de relação dos grupos humanos com as florestas e as savanas tropicais, tendo esses povos deixado marcas indeléveis nas paisagens.

7 PAISAGENS E POVOS NA AMAZÔNIA

O conceito de paisagem, utilizado pela Geografia Histórica, Ecologia Histórica e Arqueologia, nos ajuda a entender os processos de desenvolvimento social e cultural dos povos amazônicos. Acostumamo-nos a entender *paisagem* como uma visão da natureza separada dos seres humanos. Os cientistas das disciplinas acima mencionadas, entretanto, entendem as paisagens como constituídas por elementos naturais e culturais. Paisagens naturais só existiriam antes da presença humana. A partir do momento em que os seres humanos ocupam determinado ambiente, transformam-no de tal maneira que não mais podem ser considerados puramente naturais. Nesse sentido, quase todos os ambientes do planeta foram modificados pelas sociedades humanas.

Em muitos locais, essas transformações geraram verdadeiras catástrofes ecológicas, com a poluição de rios e destruição de flora e fauna, com consequências nefastas para o clima do planeta. Em outros locais, a ação humana deu-se de maneira positiva: em grandes extensões da Amazônia, em locais antes habitados por povos indígenas, diversas espécies de árvores frutíferas e palmeiras úteis às populações humanas cresceram, gerando um aumento da biodiversidade local. O etnobiólogo William Balée, professor da Universidade de Tulane, considera que possivelmente 11% da floresta tropical foi alterada pelos povos indígenas.

Quando se verificam as áreas de desmatamento em imagens de satélite, por exemplo, salta aos olhos o fato de que, sobre o “arco do desmatamento”, que se desenha na periferia amazônica a partir do sul do Acre e Amazonas, passando pelo norte do Mato Grosso, sul do Pará e quase todo o Maranhão, existem poucas áreas ainda verdes, que são exatamente as reservas indígenas – como é o caso da reserva Turiaçu, no oeste do Maranhão, e o Parque Nacional do Xingu, no norte do Mato Grosso. Balée (1993) chama as áreas impactadas positivamente pelos povos indígenas de “matas culturais”, onde a alteração das espécies teve consequências positivas. A estreita relação entre povos indígenas e floresta tropical iniciou-se na Amazônia quando os primeiros grupos de caçadores-coletores adentraram o território, cerca de 10 mil anos. Em seus trajetos de caça e coleta, manipularam espécies de plantas, levando-as em suas jornadas, transplantando-as propositalmente ou não, e criando ambientes distintos. A biodiversidade amazônica, portanto, que nos acostumamos a ver como algo “natural”, teve e tem forte participação humana.

Os seres humanos não modificam seu entorno sempre de maneira igual, e suas ações sobre o ambiente não são intrinsecamente negativas ou positivas. A maneira como se relacionam com o ambiente, entretanto, depende de seu entendimento sobre a natureza das relações dos seres humanos com as paisagens; enquanto algumas sociedades procuram retirar o máximo da natureza para satisfazer suas necessidades imediatas, outras entendem que é necessário manter um cuidadoso equilíbrio entre os diversos seres que compõem as paisagens, pois desse equilíbrio depende, em última instância, o bem-estar de todos.

A investigação de práticas e comportamentos culturais de sociedades indígenas contemporâneas na Amazônia – feita pelos antropólogos sociais, bioantropólogos e outros especialistas, tem ajudado os arqueólogos a compreender como viviam as populações pretéritas na região. Isso não quer dizer que as sociedades indígenas vivam hoje de maneira “primitiva” ou que tenham mantido suas culturas imutáveis durante milhares de anos. Entretanto, a observação de determinados comportamentos, por meio da Etnoarqueologia, pode proporcionar importantes pistas para a investigação arqueológica. Por exemplo, a produção de panelas e objetos de cerâmica, entre alguns grupos indígenas

e entre as populações caboclas, parece conservar práticas milenares quanto à preparação da massa de argila, formação das peças e mesmo a queima, feita a céu aberto. A Etnoarqueologia é a disciplina que se preocupa em observar os comportamentos de sociedades vivas registrando os processos de formação do registro arqueológico. Nesse sentido, o etnoarqueólogo é um etnógrafo que, acompanhando populações atuais, presta atenção nas consequências desses comportamentos – principalmente as práticas de descarte, pois é daquilo que permaneceu que a Arqueologia tira suas conclusões. Pesquisas etnoarqueológicas realizadas entre povos Maku na Amazônia colombiana e brasileira, por exemplo, têm produzido importantes dados sobre as práticas desses grupos caçadores-coletores. A variabilidade no tamanho dos grupos, formas de organização social, redes de relações intergrupos, preceitos com relação à caça, manipulação de plantas nos caminhos de caça e cosmologias tem chamado a atenção para a complexidade existente nos sítios de caçadores-coletores, exigindo dos arqueólogos interpretações mais complexas de seus achados.

8 O QUE “DIZEM” OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS?

A Amazônia está repleta de sítios arqueológicos, que guardam testemunhos das antigas populações da região. Na Amazônia brasileira foram encontrados vestígios arqueológicos de populações paleoíndias na Serra dos Carajás (sul do Pará) e em Monte Alegre (Baixo Amazonas), aonde os primeiros grupos chegaram há onze mil anos. Segundo a arqueóloga Anna Roosevelt, que realiza pesquisas na região, as pinturas encontradas sobre paredes de rochas e grutas e abrigos tinham como motivação a necessidade de definir e defender territórios. Além disso, pesquisas recentes têm sugerido, também, preocupações astronômicas, registradas na forma de pinturas.

As primeiras populações sedentárias da Amazônia são estudadas a partir dos sambaquis, sítios formados principalmente pelo acúmulo de conchas de moluscos consumidos por populações que baseavam sua subsistência em uma grande variedade de recursos aquáticos, vivendo próximas a enseadas, lagos, igarapés e furos, tanto no litoral quanto no estuário amazônico e suas ilhas. Esses sítios são

testemunhos das primeiras populações que conseguiram crescer demográfica e culturalmente graças à oferta abundante de alimentos nestes ambientes lacustres, marítimos e ribeirinhos. Além disso, por causa do alto teor de cálcio existente nas conchas, remanescentes humanos e resíduos da fauna consumida são encontrados bem preservados nesses locais, o que não ocorre com frequência em outros sítios amazônicos. Como se trata de ocupações antigas (entre 2 e 8 mil anos antes do presente), seu estudo é extremamente importante - entre outras coisas, para que se conheça a variabilidade genética da população que deu origem aos povos atuais da região e se entenda melhor a história das mudanças geológicas, geográficas e climáticas na costa Amazônica. Diferentemente dos sambaquis no sudeste e sul do Brasil, nos sambaquis amazônicos são encontrados remanescentes de vasilhas cerâmicas que estão dentre as mais antigas da região. No sambaqui da Taperinha, no baixo Amazonas, foi encontrada a cerâmica mais antiga das Américas, com 7 mil anos, colocando a Amazônia como possível centro inicial de invenção dessa tecnologia no continente.

Por ser muito resistente, a cerâmica é um dos vestígios mais presentes em sítios arqueológicos. Há sítios onde existem vasos de cerâmica que foram utilizados pelas populações nativas para colocar os restos mortais de indivíduos de prestígio na sociedade que datam de até 2 mil anos. Em sua maioria, são sítios que contêm também vestígios habitacionais, uma vez que as práticas funerárias consistiam geralmente em conservar a urna funerária no interior da casa. Pela importância desses mortos ilustres, os vasos utilizados eram decorados de maneira especial, com riqueza de recursos plásticos e pictóricos, e acompanhados por outros objetos, feitos de cerâmica e rocha. Tendo em vista o seu tamanho (os maiores podem chegar a um metro de altura), muitos moradores ribeirinhos hoje em dia buscam esses grandes vasos para armazenar água ou farinha de mandioca em suas casas.

Muitos sítios arqueológicos são reconhecidos por apresentarem solo de coloração escura, muito fértil, onde se encontram fragmentos de antigos utensílios de cerâmica e rocha, resultantes de ocupação densa e prolongada. Esses sítios variam muito em extensão e profundidade, mas podem

alcançar até 90 hectares, com profundidades que atingem, em alguns pontos, de 1 a 2 metros. Sítios investigados recentemente na área de Manaus mostram datas que vão de 500 a 2.500 anos antes do presente, mas alguns destes sítios podem datar em até 4.800 anos, de acordo com pesquisas no sudeste da Amazônia. Uma vez que são locais elevados e geralmente protegidos de inundações, são procurados pelas populações ribeirinhas para moradia e cultivo. Em alguns desses sítios aparecem também bordas de vasilhas enterradas, que vão sendo descobertas e retiradas pelos moradores.

Há também na Amazônia sítios que se caracterizam por obras de terra de tamanho monumental, que podem vir a ser confundidos como naturais e não serem reconhecidos enquanto obras de sociedades nativas, pois acabam integrando-se à paisagem ou sendo encobertos por vegetação. É o caso dos geoglifos do Acre, estruturas de terra de formato geométrico formadas por um conjunto de trincheiras e muros, com até 300 metros de diâmetro, que circundavam antigas aldeias. A maior parte destes sítios foi descoberta a partir de sobrevôos e devido à supressão da vegetação original para a criação de gado. São também sítios monumentais, entre outros: as estradas, estruturas defensivas e barragens encontradas no alto Xingu; os tesos (barragens e escavações de lagos na ilha de Marajó); e os alinhamentos de pedras na região de Calçoene, no Amapá.

Por último, há os sítios coloniais e de contato, existentes em todos os municípios mais antigos. Caracterizam-se por apresentarem estruturas remanescentes de construções do período colonial, algumas delas erigidas sobre aldeias indígenas. São as igrejas, as missões, os fortes, os engenhos de açúcar, as olarias, as fazendas e as casas que, construídas principalmente entre os séculos XVI e XVIII, guardam informações deste período importante do contato nada pacífico dos europeus com as sociedades nativas. Além das edificações de pedra, revelam à superfície louças e metais, além de cerâmica indígena de diferentes épocas. Alguns podem ser achados em áreas desabitadas e às vezes cobertas por mato, como é o caso das ruínas da cidade de Nova Mazagão, cidade portuguesa do Marrocos “transplantada” para o Amapá há 334 anos.

9 DIVERSIDADE E PATRIMÔNIO

Toda essa diversidade de modos de vida que se desenvolveram na Amazônia durante mais de dez mil anos, com a produção de tecnologias locais e visíveis transformações das paisagens, não pode ser perdida para projetos desenvolvimentistas que ignoram os saberes locais sobre a preservação e incremento da biodiversidade da região. O patrimônio arqueológico precisa ser preservado e estudado, pois registra a longa história que resulta na diversidade cultural presente hoje entre os povos amazônicos.

Diversas populações hoje moram sobre sítios arqueológicos. As populações amazônicas atuais, assim como as do passado, buscam os melhores locais para moradia. São locais em geral considerados propícios, por sua elevação, a salvo dos alagamentos periódicos durante o inverno amazônico, por possuir visão privilegiada do entorno, ou por estarem próximos às zonas de recursos naturais e, portanto, possibilitarem a captação de alimentos com maior facilidade e segurança. Na Amazônia, há ainda outras razões para que as populações contemporâneas ocupem locais de antigas aldeias indígenas: o solo destas é extremamente fértil (a chamada terra preta de índio) e há muitas árvores frutíferas e palmeiras que se desenvolvem nos locais de antigas roças, tornando esses locais extremamente convidativos.

O reaproveitamento de antigas paisagens traz consigo a consequente ressignificação desses lugares, através da construção de memórias que englobam também os bens arqueológicos. São diversas as interpretações sobre os materiais encontrados. As lâminas de machados feitas de basalto e granito, por exemplo, que eram trocadas entre as populações indígenas do passado, são consideradas por algumas comunidades como “pedras de raio”, que teriam surgido depois de tempestades – uma explicação considerada plausível, uma vez que esses objetos são frequentemente encontrados em locais onde não há rochas. Alguns grupos indígenas incorporam os artefatos e as pinturas ou gravuras rupestres em suas histórias sobre o passado, considerando-os como obras de seus antepassados. As muitas estórias que surgem sobre o passado mostram a força que os objetos arqueológicos possuem sobre as construções das memórias locais.

Os sítios arqueológicos e os objetos que eles contêm fazem parte do patrimônio arqueológico, cultural e histórico das populações amazônicas e devem ser preservados e estudados para que se possa dar continuidade ao diálogo com o passado que existe em todas as sociedades humanas. O genocídio das populações indígenas que se seguiu à chegada dos europeus às Américas causou uma irremediável ruptura na história das populações nativas; com o decréscimo demográfico e desaparecimento de grupos inteiros, muito do conhecimento produzido por centenas ou milhares de anos se perdeu. Durante o período colonial, populações africanas trazidas forçadamente para a Amazônia também ocuparam e transformaram paisagens, e a falta de documentos sobre seus modos de vida também exige da Arqueologia um protagonismo no estudo de suas trajetórias. Portanto, mesmo estudando o passado remoto, a Arqueologia possui contornos políticos expressivos. Os arqueólogos não são as únicas vozes a produzir narrativas sobre o passado. Também as populações do presente engendram suas próprias narrativas históricas, que precisam ser respeitadas e valorizadas. O respeito ao outro e à diversidade cultural, do ponto de vista da Arqueologia, implica reconhecer os aspectos subjetivos, sociais e políticos da prática da disciplina e assim permitir que ela seja exercida de maneira democrática e inclusiva.

10 QUEM ESTUDA A DIVERSIDADE SOCIAL, HOJE!

O antropólogo social estuda a diversidade hoje, sincronicamente (no seu tempo, na contemporaneidade), sem desprezar os aspectos diacrônicos (relacionados ao tempo). Na verdade, os antropólogos são protagonistas das mudanças que se processam no momento em que realizam suas pesquisas. Estudam a organização social e política de sociedades diferenciadas entre si; descobrem as formas de relações de parentesco entre nós, na Amazônia, ou alhures, mais longe, na tentativa de apresentar as infinitas formas de os grupos humanos se organizarem. Os temas podem ser estudados no mundo urbano, em cidades, onde as “tribos” são diferenciadas e ocupam espaços sociais diversos. Os cortes para estudo obedecem, também, diferentes critérios; é possível estudar os grupos humanos por faixas etárias: crianças, jovens, adultos e velhos. O antropólogo pode escolher trabalhar

com povos indígenas e populações tradicionais de modo geral: ribeirinhos, remanescentes de quilombos, “caboclos”, entre tantos outros segmentos sociais.

Os trabalhos de Antropologia Social podem ser originados de preocupações acadêmicas, identificadas pelos profissionais como prioridades, mas podem também ser oriundas de demandas sociais. Na Amazônia, os antropólogos podem registrar diálogos e conflitos interétnicos. Os profissionais de antropologia podem, ainda, produzir vistorias, laudos e perícias antropológicas por solicitação de autoridades judiciárias, para dirimir as dúvidas e favorecer a solução de litígios entre partes que querelam.

A Antropologia Social realizada na Amazônia não pode, nos dias atuais, desprezar a relação direta entre os grupos – tornados vulneráveis – e os direitos sociais, oferecendo especial atenção aos Direitos Humanos, pois infelizmente em alguns territórios a lei e a justiça parecem adormecidas. Portanto, parece impossível fechar os olhos à realidade social. Na Amazônia, a Antropologia é necessariamente implicada, comprometida, com os destinos dos povos que estuda.

Os antropólogos podem trabalhar em estreita colaboração com lideranças indígenas e quilombolas, tornando o trabalho uma das etapas de luta pela autodeterminação e avançando na tentativa de inclusão social. Hoje, inúmeros profissionais coordenam propostas de políticas afirmativas. Parece que não é permitido cruzar os braços na Amazônia, pois muito há por fazer.

11 ANTROPOLOGIA(S) E AMAZÔNIA(S)

Para atender às demandas políticas de estar e trabalhar na Amazônia, antropólogos sociais, arqueólogos e bioantropólogos devem permanecer de braços bem abertos para acolher, discutir e trabalhar pela sociedade que queremos, sob pena de ser “testemunha muda” da possibilidade de ins/constituir a sociedade plural e inclusiva. A Antropologia na Amazônia é importante se praticada nos campos da tradição da disciplina (Antropologia Social, Arqueologia, Bioantropologia e Linguística Antropológica), pois permite compreender as formas multifacetadas dos seres humanos para os quais

voltamos nossos estudos. A interdependência dos campos da tradição se apresenta como ferramentas essenciais, e para além deles as relações com os demais campos científicos não devem ser negligenciadas.

A utopia de coexistência harmônica entre grupos étnica e culturalmente diferenciados e a existência de uma sociedade plural de direito e de fato implica em ultrapassar a extensão dos sentidos e transformar o discurso sobre a sociedade utópica (no sentido de sonhada e produzida) em políticas, em ações práticas. Diz respeito à experimentação do novo, ao colocar-se no lugar do outro.

Para compreender o protagonismo da Antropologia Social em associação com a Arqueologia e a Bioantropologia, imagine encontrar-se às escuras, como no Museu do Diálogo, em Campinas (SP), local onde se aprende a ver o mundo sem usar os olhos. Imagine, experimente, feche os olhos e tente percorrer um caminho sem abrir os olhos. Pise devagar, um pouco atordoado, por vezes constrangido, mas pense que assim estaremos obrigados a ver que as coisas existem de outra maneira, a ver com os demais sentidos, para além das palavras, para além da Antropologia. Ao voltar à luz, abra os olhos devagar, sinta o incômodo da luz solar ou artificial, e aos poucos talvez você compreenda, com muito esforço, o que é ter algum tipo de deficiência visual. Pois é, olhar a diversidade biocultural dos humanos exige treinar “sensibilidades outras” e aprender que os cortes de compreensão que geram conhecimento requerem ser e ter diamante fino que ilumine os caminhos para eliminar as formas de racismo, de intolerância. A Antropologia pode funcionar como a ponta do diamante que, cuidadosamente, permite incorporar e aceitar os diferentes grupos étnicos, religiosos, práticas culturais e diversidades linguísticas, além de tentar articular valores como igualdade e diferença.

Articular igualdade e diferença é a exigência política do momento social vivido – e chega revestida de relevância social, pois para alguns a construção da democracia deve colocar a ênfase nas questões relativas à igualdade e, portanto, eliminar ou relativizar as diferenças. É preciso tomar as bengalas brancas que se nos oferecem e puxar a coleira dos cães guias, aceitar de bom grado as orientações que se apresentam, deixando-nos conduzir pelo mundo de cheiros que não são

patchouli ou priprioica, sabores que fogem aos do piracuí, do pato no tucupi e da maniçoba, tão conhecidos de todos nós, sons que não lembram o Carimbó do mestre Lucindo, toques que não recordam a toada do Boi de Máscara de São Caetano, deixando-nos surpreender pelo novo, sem considerá-lo bizarro, procurando nos acostumarmos aos poucos e, devagar, nos colocarmos no lugar do outro, para podermos cantar, em noite de lua cheia, sem culpas, às margens dos pranteados Tapajós, Xingu, Tocantins, Guamá e outros rios associados às nossas aldeias, as cantigas que nos foram ensinadas.

A missão dos antropólogos, sejam eles arqueólogos, bioantropólogos ou antropólogos sociais, é estudar as diferenças impostas pela diversidade. Portanto, para melhor compreender as formas de estar no mundo, é preciso pensar em igualdade incorporando as diferenças, sobretudo as locais, o que supõe lutar contra o preconceito, evitando a discriminação que corrói, tornando-nos, metaforicamente, cegos, surdos e mudos. A Antropologia abre as portas para escolher caminhos que fujam do racismo e do preconceito, oferecendo chances de tornar-se humano, com **H** maiúsculo, além de possibilitar amenizar a tensão que nos sufoca, pensando e *fazendo valer a igualdade entre os diferentes*, mas *evitando que a diferença nos descaracterize* – eis a proposta dos estudos em Antropologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALÉE, W. Biodiversidade e os índios amazônicos In: CASTRO, E. Viveiros de; CUNHA, M. Carneiro da (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII-USP-FAPESP, 1993, p. 385-393.

DIÈNE, Doudou. A Diversidade é nossa força In: *Observatório Intenacional das Reformas Universitárias (ORUS)*, n. 2, maio de 2006. Disponível em: www.orus-int.org/revue/article.php3?id_article=78. Acesso em 25.02.2008.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

JABLONSKI, N. *Skin: a natural history*. Berkeley, EUA: University of California Press, 2006.

JABLONSKI, N. G.; Chaplin, G. The evolution of human skincoloration. *Journal of Human Evolution* (39), 2000, p. 57-106.

LEWIN, R. *Evolução Humana*. São Paulo: Atheneu, 1999.

MAGNOLI, D. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

NEVES, W. A. E no princípio... era o macaco! **Estudos Avançados**, v. 20, n. 58, 2006, p. 249-285. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/21.pdf>. Acesso em: 23.09.2009.

PENA, S. D. *Humanidade sem raças?* São Paulo: Publifolha, 2008.

SILVA, H.P.; RODRIGUES-CARVALHO, C (orgs.). *Nossa origem, o povoamento das Américas: visões multidisciplinares*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

SILVA, H. P. África, Berço da Humanidade. *Ciência Hoje das Crianças*, v. 1. 168, n. 8, maio, 2006, p. 12.

SILVA, H. P. Variabilidade, raça e racismo: conversando sobre nossa diversidade biocultural. In: BELTRÃO, J.; MASTOP-LIMA, L. *Diversidade, educação e direito*. etnologia indígena. No prelo, 2009.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. *Um grande cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BELTRÃO, Jane Felipe. Haraxare Krokti Ronore Konxarti e a vigilância do território Gavião Parketêjê - laudo antropológico *Humanitas*. Belém: CFCH/UFGA, v. 13, n. 1/2, 2004, p. 101-111.

_____. Direitos Humanos e Povos Indígenas: um desafio para a Antropologia. In: COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. (org.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 157-174.

_____. Diversidade cultural rima com universidade(s) ou conversa propósito de conviver e construir. *Série Aula Magna*, n. 4. Belém: Ed. UFGA, 2008.

_____. *Diversidade cultural ou conversas a propósito do Brasil Plural*. Rede da Educação em Direitos Humanos, 2008. Disponível em: http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca_online/modulo3/mod_3_3.3.1b_diver_cultural_jane.pdf

BELTRÃO, Jane Felipe; MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré; MOREIRA, Hélio Luiz Fonseca. De agredidos a indiciados, um processo de ponta-cabeça: Suruí-Aikewára versus Divino Eterno – Laudo Antropológico. *Espaço Ameríndio*, N. 2, 2008, p. 194-258. Disponível em: <http://www.espaçoamerindio.ufrgs.br>. Acesso em: 23.09.2009.

CARNEIRO, R. L. A Base Ecológica dos Cacicados Amazônicos. *Revista de Arqueologia*, n. 20, 2007, p. 117-154.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios de Antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Vol. 1. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em <http://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/>

NEVES, Eduardo Góes. O lugar dos lugares. Escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia Central pré-colonial em comparação com a Amazônia contemporânea. *Ciência e Ambiente*. (Amazônia: recursos naturais e história), v. 31. 2005, p. 79-91.

PORRO, Antonio. O antigo comércio indígena. In: PORRO, Antonio. *O povo das águas*. Ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 125-132.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. España: Akal, 1993.

ROOSEVELT, Anna C. O Povoamento das Américas: o Panorama Brasileiro. In: Tenório, Maria Cristina. *Pré-história da terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

Roosevelt, Anna. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia In: Neves, W. A. (org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991, p. 103-141.

SCHAAN, D. P. Os Filhos da Serpente: rito, mito e subsistência nos cacicados da Ilha de Marajó. *International Journal of South American Archaeology*, n. 1, 2007, p. 50-56.

SCHAAN, D. P.; PÄRSSINEN, M.; Ranz, A.; PICCOLI, J. C. Geoglifos da Amazônia ocidental: evidência de complexidade social entre povos da terra firme. *Revista de Arqueologia*, n. 20, 2007, p. 67-82.

_____. *Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio*. Textos selecionados. Erechim, Habilis, 2009a.

_____. Paisagens, imagens e memórias da Amazônia pré-colombiana. In: SILVEIRA, F. L. A.; CANCELA, C. D. (orgs.). *Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Ed. UFPA, 2009b, p. 7-20.

SILVEIRA, Maura I.; SCHAAN, Denise P. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os sambaquis do Pará. *Revista de Arqueologia*, n. 18, 2005, p. 67-80.

TRINDADE, José Damião de Lima. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

 ACQUERELLO
design&editoria



9 78 - 8 5 - 6 4 7 1 4 - 0 6 - 9

SOCIEDADE, NATUREZA E DESENVOLVIMENTO - SND

